

Relatório Integrado

1º Semestre 2021



a nossa entrega é total

Índice

1.	INTRODUÇÃO AOS CTT	7
1.1.	PRINCIPAIS INDICADORES	7
1.2.	PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS EXTERNOS	10
2.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	13
2.1.	ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO	13
2.2.	LINHAS ESTRATÉGICAS	15
2.3.	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	16
2.4.	ÉTICA EMPRESARIAL	16
2.5.	GESTÃO DE RISCOS	17
3.	NEGÓCIOS CTT	23
3.1.	CORREIO	23
3.2.	EXPRESSO E ENCOMENDAS	25
3.3.	BANCO CTT	27
3.4.	SERVIÇOS FINANCEIROS E RETALHO	27
3.5.	PERSPETIVAS FUTURAS	28
4.	DESEMPENHO	31
4.1.	CAPITAL FINANCEIRO	31
4.2.	CAPITAL HUMANO	37
4.3.	CAPITAL INTELECTUAL	41
4.4.	CAPITAL SOCIAL	42
4.5.	CAPITAL NATURAL	42
5.	GOVERNO SOCIETÁRIO	57
6.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	61
7.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	121
8.	RELATÓRIO DE AUDITORIA	129
9.	APOIO AO INVESTIDOR	133
10.	CONTACTOS	135



01

Introdução aos CTT

a nossa entrega é total



1. INTRODUÇÃO AOS CTT

1.1. Principais indicadores

1.1.1. Indicadores económico-financeiros

mil euros ou %, exceto indicação adicional

	'1S20	'1S21	Δ 21/20
Rendimentos operacionais ⁽¹⁾	349 168	412 784	18,2%
Gastos operacionais EBITDA ⁽²⁾	313 478	355 476	13,4%
EBITDA ⁽³⁾	35 689	57 307	60,6%
Depreciações e amortizações ⁽⁴⁾	30 034	28 613	-4,7%
Gastos operacionais recorrentes	343 513	384 089	11,8%
EBIT recorrente	5 655	28 694	407,4%
Itens específicos	788	-2 316	-394,1%
Gastos operacionais	344 300	381 773	10,9%
EBIT	4 867	31 011	537,1%
EBT	-1 031	25 660	»
Resultado antes de interesses não controlados	-1 928	17 255	994,9%
Resultado líquido do período ⁽⁵⁾	-1 984	17 187	966,1%
Resultado líquido por ação (euro) ⁽⁶⁾	-0,01	0,11	967,3%
Margem EBITDA	10,2%	13,9%	3,7 p.p.
Margem EBIT	1,4%	7,5%	6,1 p.p.
Margem líquida	-0,6%	4,2%	4,7 p.p.
Investimento	10 903	11 734	7,6%
Cash flow operacional	3 896	37 829	870,9%
Cash flow livre	-556	31 298	5724,8%

	'31.12.20	'30.06.21	Δ 21/20
Caixa e equivalentes de caixa	518 180	654 743	26,4%
Caixa ajustada	135 424	143 998	6,3%
Ativo	2 894 903	3 096 592	7,0%
Capital próprio	150 275	148 787	-1,0%
Passivo	2 744 628	2 947 806	7,4%
Capital social	75 000	75 000	0,0%
Número de ações	150 000 000	150 000 000	0,0%

⁽¹⁾ Excluindo itens específicos.

⁽²⁾ Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

⁽³⁾ Excluindo depreciações e amortizações e itens específicos.

⁽⁴⁾ As depreciações e amortizações foram impactadas positivamente no 1S21 pela revisão da vida útil de alguns ativos.

⁽⁵⁾ Atribuível a detentores de capital.

⁽⁶⁾ Considerou-se o número médio de ações ordinárias de 149 800 684. A 30.06.21 os CTT detinham 1 500 001 ações próprias.

1.1.2. Indicadores operacionais

	'1S20	'1S21	Δ 21/20
Correio			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	263,0	249,8	-5,0%
Correio transacional	228,3	216,0	-5,4%
Correio editorial	15,1	14,7	-2,4%
Correio publicitário	19,6	19,1	-2,8%
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	183,2	222,1	21,3%
Expresso e Encomendas			
Portugal (milhões de objetos)	12,4	16,2	30,6%
Espanha (milhões de objetos)	11,3	20,4	80,7%
Serviços Financeiros e Retalho			
Pagamentos (nº de transações; milhões)	763,6	854,6	11,9%
Poupança e seguros (subscrições; milhões de euros)	1 935,2	2 342,7	21,1%
Banco CTT			
Nº de contas à ordem	488 931	543 230	11,1%
Depósitos de clientes (milhares de euros)	1 511 891,2	1 906 651,6	26,1%
Stock líquido de poupança (<i>off-balance</i>)	378 808,3	549 457,3	45,0%
Stock líquido de crédito à habitação (milhares de euros)	472 689,5	564 048,5	19,3%
Stock líquido de crédito auto e <i>leasing</i> (milhares de euros)	514 594,9	602 346,8	17,1%
Stock líquido de cartão de crédito Universo (milhares de euros)	-	185 496,7	-
Produção crédito ao consumo <i>off-balance</i> (milhares de euros)	14 167,4	19 247,0	35,9%
Pagamentos (nº de transações; milhões)	20,4	20,0	-1,7%
LTD (incluindo a 321 Crédito)	65,4%	70,7%	5,3 p.p.
Nº de balcões	212	212	0,0%
Custo do risco	160,0 p.b.	110,0 p.b.	-50,0 p.b.
Trabalhadores			
Trabalhadores em 30 de junho	12 015	12 261	2,0%
ETI ⁽¹⁾	12 157	12 164	0,1%
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Pontos CTT	2 354	2 374	0,8%
Rede de lojas	547	566	3,5%
Postos de correio	1 807	1 808	0,1%
Agentes Payshop	4 902	5 241	6,9%
Centros de distribuição postal	226	223	-1,3%
Giros de distribuição postal	4 651	4 576	-1,6%
Frota (número de veículos)	3 996	3 925	-1,8%

⁽¹⁾ ETI = Equivalente a Tempo Inteiro.

1.1.3. Indicadores de sustentabilidade

	'1S20	'1S21	Δ 21/20
Cientes			
Satisfação dos clientes (%)	85,2	84,5	-0,7 p.p
Trabalhadores/as			
Sinistralidade (nº ocorrências)	407	380	-6,6%
Volume de formação (horas)	58 243	104 364	79,2%
Mulheres em cargos de chefia (1ª linha) (%)	20,4	13,0	-7,4 p.p
Comunidade/ Ambiente			
Cadeia de valor - contratos com critérios ambientais (%)	96,1	98,6	2,5 p.p.
Emissões CO ₂ totais, scopes 1 e 2 (kton.) ⁽¹⁾	7,9	8,3	4,3%
Consumos energéticos (TJ) ⁽¹⁾	177,9	181,6	2,1%
Veículos ecológicos	321	336	4,7%
Peso da gama eco na linha <i>direct mail</i> (%) ⁽²⁾	48,9	44,4	-4,5 p.p
Investimento na comunidade (mil euros)	474,0	273,0	-42,4%

⁽¹⁾ Atualização dos dados do 1S20. Dados provisórios do 1S21. Inclui energia verde.

⁽²⁾ Tráfego.

1.2. Prémios e reconhecimentos externos

No primeiro semestre de 2021 os CTT obtiveram as seguintes distinções e reconhecimentos:

Marca de Confiança

Foram distinguidos pela 14ª vez como uma das Marca de Confiança dos portugueses, no estudo realizado pela revista *Seleções Reader's Digest*, tendo ficado em 1º lugar na categoria "Serviços de Correio e Logística" com 81% dos votos.

Prémios Marketeer 2021

Na 13ª edição dos Prémios *Marketeer 2021* venceram na categoria "Corporate Brands". Estes prémios têm como objetivo distinguir o que melhor se faz em Portugal nas áreas de comunicação, marketing e publicidade.

Prémio Mundial de Filatelia

Nos prestigiados *World Post and Parcel Awards 2021* venceram na categoria "Melhor Campanha Mundial de Filatelia de 2020", com o bloco filatélico em grafeno que revela o poema de Miguel Torga "Contágio".

Prémio Nacional de Sustentabilidade

O projeto "Uma Árvore pela Floresta" foi distinguido com o Prémio Nacional de Sustentabilidade 20 | 30 com uma menção honrosa, na categoria Comunicação de Sustentabilidade. Foi a primeira edição do prémio, promovido pelo Jornal de Negócios para distinguir as empresas e as organizações que se destacam pela sua atuação e boas práticas de sustentabilidade nas áreas: ambiental, social e de *governance*.

Prémio Cinco Estrelas para o Banco CTT

O serviço de Atendimento ao Cliente do Banco CTT foi considerado pelos portugueses como Cinco Estrelas, obtendo a classificação de 73,7% de entre os cinco bancos avaliados. Trata-se de um Prémio atribuído pelo U-Scout Lda, na categoria "Banca – Atendimento ao Cliente".



02

Enquadramento estratégico

a nossa entrega é total



2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Enquadramento regulatório

2.1.1. Setor Postal

O **contrato de concessão** do serviço postal universal (SU), cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro. Em fevereiro de 2021, os CTT desencadearam um procedimento formal destinado à resolução das questões relacionadas com a sustentabilidade do atual contrato de concessão relativo aos anos de 2020 e 2021, em particular. Neste contexto, e seguindo o entendimento do Estado de que o mecanismo adequado para a resolução das referidas questões seria a via arbitral, em 11.06.2021, os CTT iniciaram um processo de arbitragem contra o Estado Português, na qualidade de concedente. Tal processo visa tutelar os direitos dos CTT, em concreto: (a) os impactos e efeitos contratuais, designadamente compensatórios (que os CTT computam em cerca de 23 M€), da pandemia associada à COVID-19, bem como das medidas públicas adotadas nesse contexto, à luz, em especial, das cláusulas do contrato de concessão que regulam a alteração das circunstâncias; e (b) a compatibilidade legal, impactos e efeitos contratuais, designadamente compensatórios (que os CTT computam em cerca de 44 M€), da decisão de prorrogação do contrato contida na alínea a) do artigo 35.º-W do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro.

Os valores supramencionados correspondem aos montantes a que os CTT, com os dados disponíveis, consideram ter direito, estando sujeitos a atualização, apreciação e decisão no processo que agora se inicia.

O grupo de trabalho criado pelo Governo para proceder à análise da evolução do serviço postal universal (SU), nos termos da Lei Postal, bem como para avaliar a necessidade de introdução de ajustamentos no âmbito do SU e das obrigações do respetivo prestador, terá terminado a fase de audição das partes interessadas. Estará a decorrer a fase de análise dos resultados das audições e elaboração das conclusões.

Mantendo-se a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, Portugal permaneceu em estado de emergência até 30.04.2021, ao que se sucedeu a declaração de situação de calamidade, ainda em vigor. Tal como no ano anterior, e ao abrigo da cláusula de força maior do contrato de concessão, os CTT continuam a implementar as normas de saúde pública emanadas das autoridades competentes, bem como a adotar as medidas complementares necessárias e adequadas para proteger trabalhadores(as) e utilizadores(as), e a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais. Os CTT continuam a reportar periodicamente o estado

da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço postal universal.

A proposta de **preços do serviço postal universal** apresentada pelos CTT em 17.02.2021 foi aprovada pela ANACOM, por deliberação de 25.03.2021¹. Os preços subjacentes à referida proposta, que cumpria os princípios e critérios de formação de preços definidos, entraram em vigor em 01.04.2021. Esta atualização correspondeu a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 1,35%, não incluindo a oferta do serviço postal universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais.

Os **preços especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço postal universal** aplicáveis a remetentes de envios em quantidade foram também atualizados² em 01.04.2021, na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 25.03.2021. As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 1,72% para o ano de 2021, refletindo também o efeito da atualização dos preços dos serviços reservados (serviços de citações e notificações postais) e dos preços especiais do correio em quantidade.

Em 23.07.2021, os CTT foram notificados da deliberação da ANACOM que indeferiu o requerimento dos CTT de 12.04.2021 para redefinição dos critérios de formação de preços do serviço postal universal estabelecidos na Deliberação de Preços para o triénio findo em 2020.

A 29.04.2021, a ANACOM aprovou um conjunto de decisões relativas à prestação do Serviço Postal Universal (SPU) após o termo da atual concessão. As decisões referem-se aos seguintes assuntos: (i) critérios de formação dos preços, (ii) parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho, (iii) conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do SPU, (iv) à metodologia de cálculo dos custos líquidos do SPU, (v) informação a prestar pelo(s) prestadores) de serviço postal universal aos utilizadores, e (vi) admissibilidade da distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio.

Em 17.06.2021, a ANACOM aprovou para audiência prévia o sentido provável de decisão de conformidade a emitir pela ANACOM, para efeitos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 017/2012, de 26 de abril, decorrente da auditoria aos resultados do sistema de contabilidade analítica (SCA) dos CTT, referente ao exercício de 2018, bem como as determinações de melhoria do sistema, resultantes da referida auditoria e a consolidação de todas as determinações e recomendações num mesmo documento. As determinações manter-se-ão em vigor após 2021, até à aprovação de uma nova decisão sobre esta matéria, caso os CTT se mantenham como empresa prestadora do serviço postal universal após 31.12.2021.

¹ Nos termos dos critérios de formação de preços definidos por deliberação da ANACOM de 12.07.2018, complementada por deliberação de 05.11.2018, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de

abril (Lei Postal), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei n.º 16/2014, de 4 de abril.

² Cfr. artigo 14.º-A da Lei postal, com a redação introduzida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro.

A 24.06.2021 a ANACOM determinou a taxa de custo de capital a ter em conta nos resultados do sistema de contabilidade analítica dos CTT em 2021, a qual foi fixada em 7,4712%, nos termos da metodologia aprovada por aquela autoridade em 2019.

2.1.2. Setor Financeiro

À semelhança do ano de 2020, o primeiro semestre de 2021 foi marcado especialmente pela crise pandémica de COVID-19. As alterações regulatórias registadas neste período refletem a contínua preocupação do legislador em garantir o financiamento às empresas e às famílias, assim como a adaptação aos novos desafios suscitados pela pandemia no âmbito da continuidade de negócio. No primeiro semestre de 2021 houve igualmente um desenvolvimento e concretização de soluções legislativas publicadas no ano transato em sede da atividade seguradora e da organização interna das instituições de crédito.

Na sequência da publicação em 2020 do regime da moratória a nível europeu e nacional, em janeiro de 2021 foi publicada a Carta Circular do Banco de Portugal n.º CC/2021/00000001. Esta Carta refletiu a necessidade de atualização da data-limite de adesão e aplicação das moratórias gerais de pagamento atendendo a que muitos agentes económicos continuam a ser severamente afetados pela crise pandémica. Nestes novos termos, a extensão do prazo de adesão e aplicação das moratórias passou a ser permitida até 31 de março de 2021, tendo, contudo, sido introduzidas duas restrições que se prendem com (i) o novo limite temporal de 9 meses para suspensão de pagamentos, aplicável a moratórias concedidas após 30 de setembro de 2020 e (ii) a introdução de requisitos de reporte de documentação obrigatórios sobre a avaliação da reduzida probabilidade de pagamento. Estas alterações encontram acolhimento na reativação das Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) relativas a moratórias públicas e privadas aplicadas a operações de crédito no contexto da pandemia de COVID-19 (EBA/GL/2020/02). A EBA aproveitou a reativação das referidas Orientações para introduzir o conceito de nova moratória e de modificação de moratórias já existentes.

Com a preocupação de aumentar a resiliência operacional do setor financeiro, o Banco de Portugal publicou em março de 2021, a Instrução n.º 4/2021 relativa a gestão e reporte, pelos prestadores de serviços de pagamento, dos riscos operacionais e de segurança. Esta Instrução teve como objetivo implementar os requisitos constantes das Orientações da EBA relativas à gestão dos riscos associados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e à segurança (EBA/GL/2019/04), incluindo o dever de reporte

da avaliação anual dos riscos operacionais e de segurança dos serviços de pagamento prestados. Estes requisitos materializam-se (i) numa maior especificação das expectativas de supervisão do risco associado às TIC, (ii) numa clareza de responsabilidades da direção de topo e da segunda e terceira linha de defesa neste âmbito, e (iii) no reforço da resiliência operacional em matéria de cibersegurança.

Após a publicação em 2020 do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 que regulamenta os sistemas de governo e controlo interno e define os padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, ficou claro que o mesmo se aplicava às instituições de crédito e às sociedades gestoras de participações sociais sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, não estando prevista a respetiva aplicabilidade às instituições de pagamento e às instituições de moeda eletrónica. Nesta sequência, foi publicado o Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2021 determinando a aplicação parcial do aviso de 2020 a estas entidades, nomeadamente nos domínios do sistema de controlo interno e de gestão de riscos.

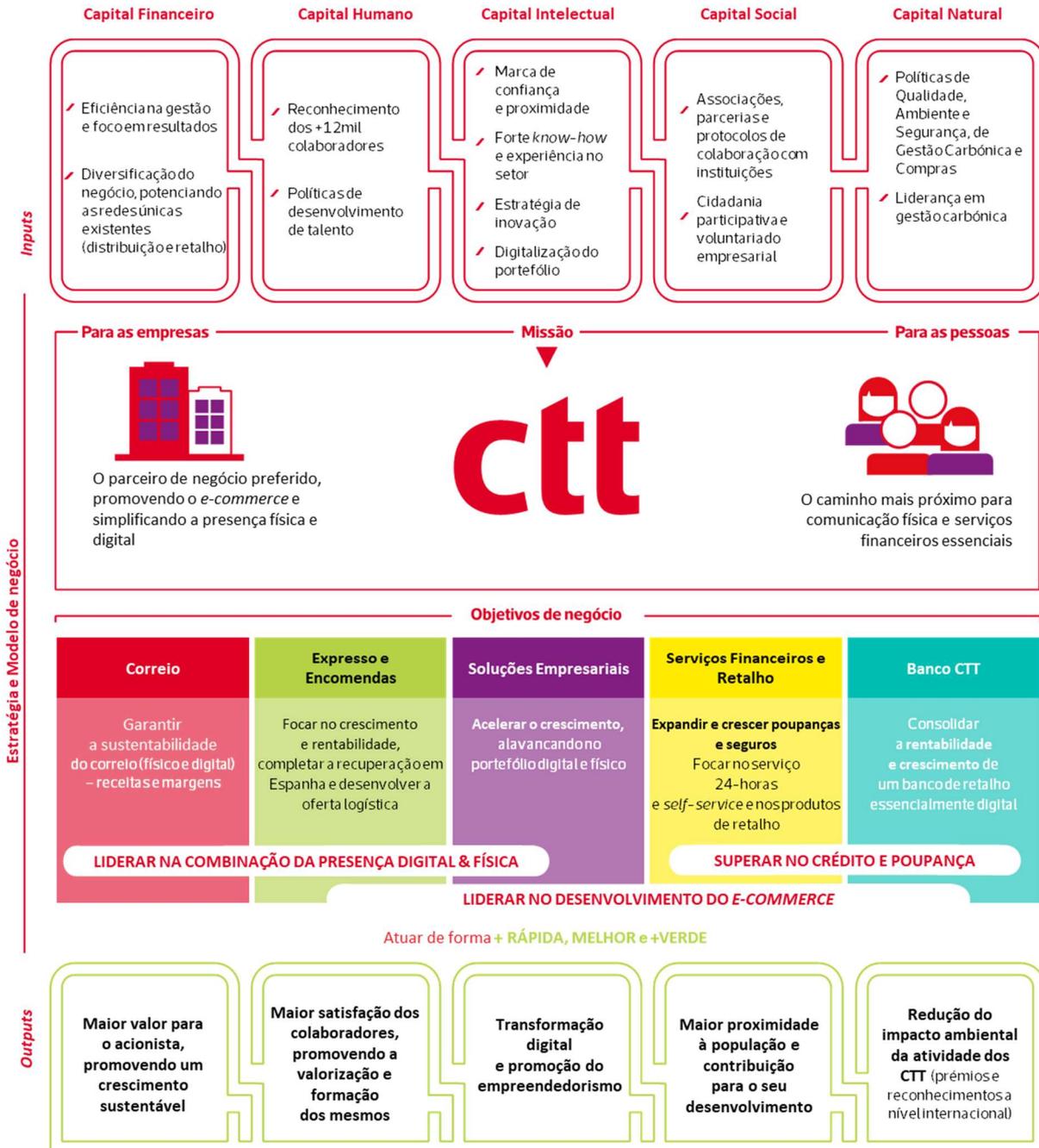
No domínio da atividade seguradora e no seguimento da publicação no final de 2020 da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) publicou a Carta Circular n.º 1/2021 de 6 de abril, passando a concretizar o reporte pelas entidades obrigadas, incluindo os mediadores de seguro, particularmente no que respeita (i) à informação sobre mediadores de seguros e mediadores de seguros a título acessório utilizados para distribuição de produtos de seguros, (ii) à publicação dos documentos de prestação de contas anuais, (iii) à listagem de pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição de seguros e (iv) ao relatório relativo à gestão de reclamações.

A agenda regulatória ficou ainda marcada pela publicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2021 relativo à regulamentação do registo, organização e funcionamento das agências e extensões de agências, particularmente no que toca à partilha de meios físicos e humanos com outras entidades. Neste âmbito, ficou contemplado que o espaço alocado a uma agência, quando partilhado com outras entidades, deve ser claramente demarcado e facilmente identificável, de modo a garantir a confidencialidade da informação, sendo para tal fundamental assegurar a utilização em exclusivo pela instituição dos meios técnicos, materiais e publicitários afetos à atividade através da agência ou extensão de agência em espaço partilhado.

Por fim, no final do primeiro semestre de 2021 a EBA publicou uma versão atualizada das Orientações sobre a comunicação de incidentes de caráter severo ao abrigo da PSD2 (EBA/GL/2021/03), a entrar em vigor em janeiro de 2022.

2.2. Linhas estratégicas

Ligamos pessoas e empresas com entrega total!



2.3. Objetivos de desenvolvimento sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas refletem 17 temas prioritários, a nível global, para a preservação do planeta e da dignidade do ser humano.

Os CTT, para além de alinharem a sua estratégia de gestão ambiental com os ODS prioritários para o sector, resultantes de um estudo do IPC – *International Post Corporation*, mapearam e priorizaram os ODS para a sua cadeia de valor, utilizando a metodologia *SDG Compass*, desenvolvida pelo *WBCSD*, *UN Global Compact* e *GRI*.

Os compromissos dos CTT estão alinhados com estes objetivos globais, com vista a um equilíbrio entre a criação de valor económico e a preservação do planeta e da dignidade humana.

Nesse sentido, este ano os CTT subscreveram os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas que se reportam a Direitos Humanos, Práticas Laborais, Práticas Ambientais e Anticorrupção, expressando a intenção de apoiar e difundir os referidos princípios na sua esfera de influência.

Os CTT comprometem-se a fazer com que os Dez Princípios se reflitam na estratégia, cultura e operações diárias da organização e a envolver-se em projetos cooperativos que promovam os objetivos mais amplos de desenvolvimento das Nações Unidas, em particular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No quadro abaixo apresenta-se o nível de desempenho no 1º semestre de 2021 face aos objetivos definidos pelos CTT para este ano.

	<p>Saúde e bem-estar</p> <p>Com foco nas metas da sinistralidade rodoviária</p> <p>Redução de 6,6% Acidentes mortais: 0 Programa de Prevenção Rodoviária - com cerca de 9 500 participações</p>		<p>Educação de qualidade</p> <p>Com foco nas metas de formação</p> <p>Volume de formação de 104 mil horas Taxa de formação de 1%</p>
	<p>Energia acessível e limpa</p> <p>Com foco nas metas de energia renovável e eficiência energética</p> <p>Aquisição de 100% de eletricidade de origem renovável</p>		<p>Trabalho digno e crescimento económico</p> <p>Com foco nas metas das condições de trabalho e acesso aos serviços financeiros</p> <p>Consolidação do negócio bancário 494 participações e 1 151 horas em Prevenção do Branqueamento de Capitais</p>
	<p>Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>Com foco na mobilidade elétrica</p> <p>Entrada em operação de 15 veículos elétricos novos</p> <p>Alargamento das entregas e clientes aderentes ao serviço <i>Green Deliveries</i> (entregas verdes) com veículos elétricos</p>		<p>Consumo e produção responsáveis</p> <p>Com foco no portefólio eco</p> <p>Oferta de correio verde e expresso, neutra em carbono</p> <p>Lançamento de projeto piloto de embalagens reutilizáveis direcionado para clientes de <i>e-commerce</i>, pioneiro em Portugal</p>
	<p>Ação contra a mudança global do clima</p> <p>Com foco na gestão carbónica, na adesão a normativos internacionais e na educação ambiental</p> <p>Alinhamento das metas carbónicas CTT (SBT) com a ambição global de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030</p> <p>Eficiência operacional: entregas mais 0,8% de objetos de correio endereçado, expresso e encomendas por cada km percorrido pela frota própria</p>		<p>Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>Com foco na anticorrupção e suborno, governance e ética e envolvimento com stakeholders</p> <p>Formação de 627 trabalhadores/as nos Códigos de Conduta CTT, Subsidiárias e Banco; Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. Total de 1 881 horas</p> <p>Artigo de comunicação para o <i>stakeholder</i> interno</p>

2.4. Ética Empresarial

Os princípios de atuação do Grupo CTT integram um conjunto de valores éticos que se encontram refletidos no respetivo Código de Conduta, compreendendo as normas de conduta individuais a serem observadas pelo universo CTT nas relações que se

estabelecem, quer internamente, quer junto de *stakeholders* externos.

De destacar igualmente o “Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio”, através do qual é reconhecida a importância das medidas nele divulgadas para a promoção de um ambiente de trabalho saudável que eleve a dignidade de todos os trabalhadores/as.

Compete à Comissão de Ética o acompanhamento e supervisão sobre a aplicação daqueles códigos, bem como a apreciação de comunicações de irregularidades relacionadas com situações de incumprimento de normas de conduta, tendo este ano sido analisadas quatro comunicações.

No domínio do combate à corrupção, estão em vigor procedimentos para a identificação de autores ativos e passivos de situações de suborno e corrupção com vista ao seu enquadramento jurídico-penal, sendo averiguadas denúncias e reclamações e analisados procedimentos e práticas que proporcionam ou configuram comportamentos irregulares e de corrupção.

No desenvolvimento de ações de investigação, ocorreram duas rescisões de contratos de trabalho (uma trabalhadora efetiva, por apropriação de dinheiro do cliente e um contratado a termo certo por furto/violação de objetos).

Complementarmente encontram-se implementados procedimentos preventivos em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tendo sido reportadas às autoridades competentes, Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria-Geral da República e Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, 18 comunicações, envolvendo operações financeiras que ascenderam a cerca de 2,6 milhões de euros.

2.5. Gestão de riscos

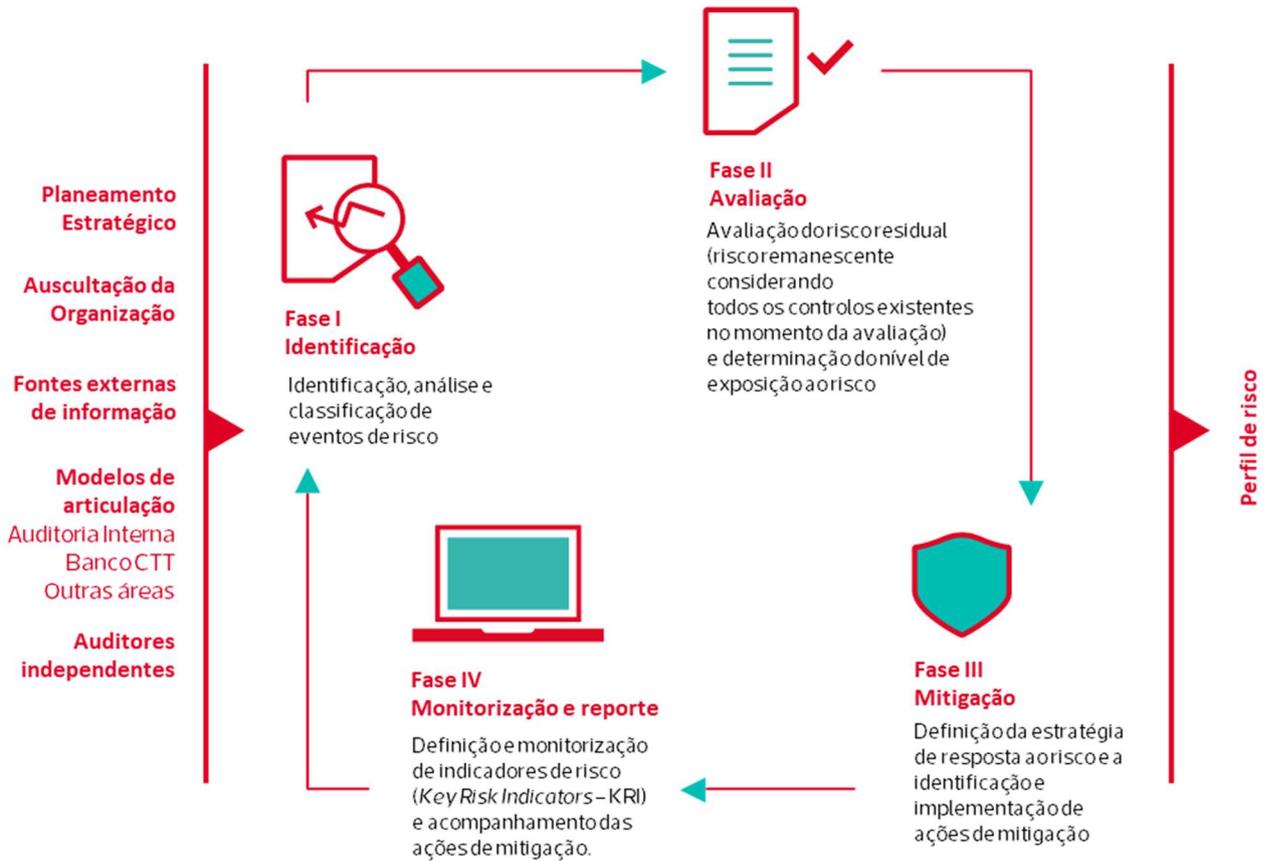
2.5.1. Descrição do processo de gestão de risco

Os riscos decorrentes da atividade dos CTT e das suas subsidiárias são geridos tendo em conta a forma descrita no **Regulamento do Sistema de Gestão do Risco** aprovado pelo Conselho de Administração. Este documento, além de estabelecer normas, princípios e procedimentos orientadores da gestão do risco, define funções, responsabilidades e modelo de governo, assegurando a implementação de uma *framework* de apoio ao processo de tomada de decisão, levando em consideração os riscos a que os CTT estão expostos.

No âmbito da atividade bancária, o Banco CTT possui um sistema de gestão de riscos autónomo, suportado num conjunto de conceitos, princípios, regras e num modelo organizacional aplicável e ajustado às especificidades e ao enquadramento regulamentar da sua atividade. Contudo, está estabelecido um modelo de articulação entre as áreas responsáveis pela gestão do risco dos CTT e do Banco CTT, de forma a assegurar um alinhamento relativamente aos principais riscos interdependentes.

O **perfil de risco** apresenta-se como o *output* principal do processo, traduzindo a visão num dado momento sobre os eventos que, a ocorrer, poderão afetar de modo adverso a consecução dos objetivos estratégicos, comprometendo a sustentabilidade dos CTT. A revisão e atualização contínua do perfil de risco é, pois, fundamental, e assenta num processo dinâmico constituído por quatro fases sequenciais e inter-relacionadas e alimentado por um conjunto de *inputs* tal como ilustrado na figura seguinte:

Sistema integrado de Gestão do Risco



Os riscos identificados durante a Fase I são avaliados na Fase II segundo critérios qualitativos e quantitativos em termos de probabilidade de ocorrência, impacto e velocidade de materialização do efeito, de acordo com as diretrizes previstas no Regulamento do Sistema de Gestão do Risco.

O **nível de exposição ao risco** resulta da combinação da sua probabilidade e do seu impacto. Durante a Fase III, verificando-se que o nível de exposição a um determinado risco é superior ao apetite estipulado, são definidas e implementadas ações corretivas ou de mitigação com o objetivo de reduzir a exposição, através da diminuição da probabilidade e/ou do impacto. O **apetite ao risco** traduz-se, assim, no nível máximo de exposição que os CTT assumem de forma consciente e estão dispostos a aceitar na prossecução da sua estratégia tendo em consideração os seus princípios de negócio, as suas políticas e procedimentos bem como o facto de operarem em mercados fortemente regulados. O apetite ao risco é revisto anualmente e encontra-se definido por tipologia de riscos, de acordo com a taxonomia aprovada.

A evolução dos principais riscos dos CTT (aqueles com maior nível de exposição) é monitorizada na Fase IV através de **Key Risk Indicators (KRI)**. Os KRI funcionam como barómetro do nível de exposição atual dos CTT aos riscos, alertando, tempestivamente, para eventuais alterações da probabilidade

de ocorrência e/ou do impacto do evento de risco. Cada KRI tem definido um **objetivo** e um **nível de tolerância**. A ultrapassagem deste nível de tolerância poderá significar que a Empresa incorre em perdas financeiras superiores ao esperado (*value-at-risk*), requerendo, portanto, a adoção de medidas de resposta imediata. Em alguns casos, de forma a maximizar a eficácia do KRI, são definidos *a priori* planos de atuação programada com medidas de mitigação específicas cuja implementação fica condicionada à ultrapassagem dos níveis de tolerância definidos para os KRI.

2.5.2. Riscos enfrentados pelos CTT

Durante o 1º semestre de 2021 a atividade dos CTT continuou a ser marcada pela pandemia de COVID-19. Esse motivo justifica que grande parte dos riscos sobre os quais recaiu maior atenção corresponde precisamente aqueles em que a pandemia é um fator indutor do aumento de exposição:

Negócios impactados
Racional do Risco

Desafio CEP (Courier Express and Parcels) Ibérico
Categoria: Estratégico


A estratégia dos CTT para o negócio Expresso e Encomendas (E&E) ambiciona o desenvolvimento e consolidação do seu posicionamento como operador Ibérico forte e de referência, reforçando a sua posição de líder no mercado nacional e aumentando escala em Espanha. Neste contexto, assumem particular importância dois factores de risco a ter em atenção. Por um lado, o sucesso na implementação do plano de *turnaround* em Espanha, fulcral atendendo à dimensão e velocidade de crescimento do mercado espanhol. Por outro lado, as incertezas que subsistem quanto à evolução do ritmo de crescimento do e-commerce (e, consequentemente, do mercado de E&E) após o forte aumento verificado durante a pandemia.


Imagem pública
Categoria: Estratégico


A imagem e reputação dos CTT e a confiança dos clientes, investidores e restantes *stakeholders* na marca são fatores chave para o sucesso. Por esse motivo, a ocorrência de eventos desencadeadores de pressão mediática negativa sobre a imagem dos CTT pode resultar em efeitos materialmente adversos sobre os negócios e resultados da Empresa. Neste capítulo, os CTT estão particularmente empenhados na sua capacidade de resposta em contexto da pandemia, assim como no compromisso com níveis exigentes de qualidade de serviço prestada aos seus clientes.


Cibersegurança
Categoria: Operacional


O cibercrime é um dos desafios económicos e de segurança nacional mais sérios que os governos em todo o mundo enfrentam. Atendendo à cada vez maior dependência das tecnologias de informação nos negócios dos CTT, a segurança e proteção de informação é, pois, um tema bastante crítico. É hoje motivo de particular preocupação o crescimento em volume e grau de sofisticação dos ataques cibernéticos em contexto pandémico. De facto, a implementação obrigatória do regime de teletrabalho nos serviços onde tal se verificou possível, colocou mais de 2 mil trabalhadores a aceder remotamente a partir de casa à rede interna dos CTT, fazendo aumentar o nível de exposição a este risco.


Continuidade do negócio
Categoria: Operacional


A ocorrência de determinados eventos adversos, imprevisíveis e inevitáveis, alheios à vontade e controlo dos CTT, pode afetar sistemas informáticos, instalações e pessoas, conduzindo, no limite, à paralisação da atividade. A falta de uma reação pronta e coordenada, poderá prolongar a interrupção no tempo causando perdas financeiras consideráveis além de danos irreparáveis na reputação e imagem da Empresa. Durante a pandemia, num teste à resiliência das suas operações, os CTT nunca deixaram de assegurar a prestação de serviços aos seus clientes, sempre com um nível muito baixo de perturbação.


Saúde e bem-estar dos trabalhadores/as
Categoria: Operacional


A segurança e bem-estar dos trabalhadores é uma prioridade dos CTT. Nesse sentido, desde o início da pandemia que foram implementadas várias medidas de cariz preventivo visando salvaguardar a saúde e segurança dos trabalhadores/as. Contudo, vem ganhando cada vez mais relevo a questão da saúde mental. É já uma certeza que a interrupção das rotinas e condições normais de trabalho, o isolamento e a incerteza económica constituem fatores desencadeadores de um aumento de casos de ansiedade e depressão. Neste cenário, importa avaliar os impactos associados a uma eventual falta de resposta dos sistemas de apoio à saúde mental que poderá traduzir-se em elevadas consequências socioeconómicas resultantes do aumento dos níveis de absentismo e/ou da queda da produtividade.


Substituição eletrónica
Categoria: Externo


A intensificação do fenómeno de digitalização e substituição do correio físico por outras formas de comunicação digital tem conduzido a uma queda contínua do tráfego postal ao longo da última década. Os efeitos da pandemia na economia vieram acelerar ainda mais esta tendência, tendo-se registado valores mínimos históricos na procura por serviços de correio. Apesar de subsistirem dúvidas sobre uma possível desaceleração da queda no pós-pandemia, esta realidade continua a pressionar os rendimentos operacionais dos CTT (ainda relativamente dependentes do negócio Correio) e vai obrigar, numa lógica de sustentabilidade, a repensar os atuais modelos operacionais de forma a adaptá-los a volumes drasticamente menores.



Negócios impactados
Racional do Risco

Alterações regulatórias
Categoria: Externo

Enquanto prestador do Serviço Postal Universal (SU), os CTT operam num ambiente intensamente regulado e estão sujeitos a um número significativo de requisitos legais e regulatórios relativos a regime de preços, parâmetros da prestação do SU e qualidade dos serviços. A alteração destes requisitos, da sua aplicação ou da sua interpretação pode determinar um aumento significativo dos custos associados ao seu cumprimento e o consequente efeito adverso nos resultados dos CTT. Também no contexto da configuração dos aspetos de execução do futuro contrato de concessão do SU, não é de excluir o agravamento do nível de exigência e complexidade das condições e obrigações que venham a ser definidas e apresentadas, o que, num cenário em que os CTT continuem com a missão de prestação do serviço público, representará um risco de sustentabilidade acrescido.


Epidemias (COVID-19)
Categoria: Externo

Há muito que investigadores alertam para a possibilidade de poderem vir a ocorrer surtos pandémicos com uma frequência cada vez maior. Conforme se constatou com a atual pandemia de COVID-19, fenómenos desta natureza têm a capacidade de provocar elevados danos económicos e sociais ao mesmo tempo que induzem o surgimento de novos riscos e o aumento da exposição a riscos já existentes. Com exceção do negócio Expresso e Encomendas, a generalidade dos negócios CTT foi negativamente afetada por esta pandemia. A duração do seu impacto continuará a depender de vários fatores exógenos nomeadamente o surgimento e severidade de novas vagas/variantes, a eficácia das vacinas, a manutenção de medidas de confinamento e restrição à circulação, e, de uma forma geral, a capacidade de recuperação económica a nível nacional e internacional.


Danos ambientais
Categoria: Estratégico

A atividade dos CTT acarreta impactos ambientais diretos e indiretos nomeadamente a depleção de recursos energéticos de origem fóssil, a emissão de poluentes atmosféricos, em particular de gases de efeito de estufa, o consumo de recursos naturais (e.g. papel e água), a potencial contaminação de solos e efluentes por resíduos produzidos pelos CTT e a emissão de ruído. O risco advém de danos reputacionais decorrentes de uma perceção dos CTT como empresa pouco amiga do ambiente.



03

Negócios CTT

a nossa entrega é total



3. NEGÓCIOS CTT

A atividade económica no 1S21 apresentou uma recuperação, apesar de continuarem a existir restrições relevantes impostas à população e às atividades económicas, cujo processo de reposição à normalidade tem sido muito influenciado pelo surgimento de novas estirpes do coronavírus SARS-CoV-2, que desencadeou a pandemia de COVID-19.

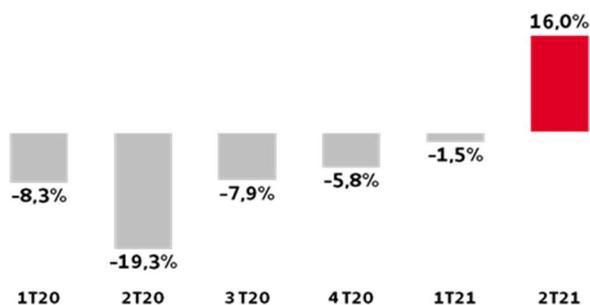
3.1. Correio

Correio

Os rendimentos da área de negócio de Correio refletem uma recuperação consistente iniciada após o 2T20, com o 2T21 a apresentar um crescimento de 15,0 M€ (+16,0%).

Evolução dos rendimentos do correio

(Δ% face ao período homólogo)



Tráfego de correio

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
Transacional	228,3	216,0	-12,3	-5,4%	102,0	108,9	6,9	6,8%
Publicitário	19,6	19,1	-0,6	-2,8%	8,5	9,0	0,5	5,5%
Editorial	15,1	14,7	-0,4	-2,4%	7,5	7,5	0,0	-0,1%
Total endereçado	263,0	249,8	-13,2	-5,0%	118,1	125,4	7,4	6,2%
Publicitário não endereçado	183,2	222,1	39,0	21,3%	67,8	130,1	62,4	92,1%

Milhões de objetos

É, no entanto, de referir que no 2T20 se verificou o principal impacto do confinamento decretado no âmbito do combate à pandemia de COVID-19, enquanto em 2021 o principal impacto do confinamento se verificou no primeiro trimestre. Assim, a evolução dos rendimentos no 1T21 foi penalizada por este efeito, enquanto no 2T21 o crescimento dos rendimentos beneficiou da base comparável do 2T20.

No 1S21, os **rendimentos operacionais** de Correio cresceram 13,3 M€ (+6,6%) face ao 1S20, para 216,1 M€, sendo este um sólido desempenho face ao contexto económico e à tendência secular dos serviços de Correio. Resultou, fundamentalmente, do aumento dos rendimentos do correio transacional (+12,3 M€; +7,1%), cuja receita beneficiou do aumento do contributo dos produtos de maior valor acrescentado os quais apresentam também um maior valor unitário, assistindo-se a uma menor dependência do correio normal – cujo peso na receita passa de 37% no 1S20 para 34% no 1S21 – e a uma maior importância do correio registado e internacional de chegada, cujo peso na receita cresce de 34% no 1S20 para 37% no 1S21. Verificou-se, ao mesmo tempo, uma influência positiva do correio publicitário (+0,5 M€; +5,9%), do correio editorial (+0,2 M€; +2,8%), das encomendas do serviço universal (+1,2M€; +46,1%), da filatelia e outros produtos e serviços de correio (+0,2 M€; +6,2%), apenas atenuada pelo decréscimo das soluções empresariais (-1,2 M€; -14,3%).

No 1S21 o tráfego do **correio transaccional** apresentou uma queda de 5,4%, tendo-se, contudo, verificado uma recuperação praticamente em todas as linhas de produto face ao período homologo. Destaca-se o crescimento observado no **correio registado** (+11,0%) e no **correio verde** (+16,0%). O **correio normal** nacional decresceu 7,7%, continuando os clientes contratuais dos setores da banca e seguros a ter a maior contribuição para esta evolução.

A evolução do negocio de **correio internacional** continuou a ser bastante influenciada pela pandemia de COVID-19 que provocou um estrangulamento ao nível da rede logística internacional aérea, apesar da melhoria que se assistiu nos últimos meses. No 1S21, o tráfego do **correio internacional de saída** atingiu um crescimento de 0,5%, tendo o **correio internacional de chegada** apresentado uma descida de 1,9%. Neste último fluxo, no 2T21, assistiu-se a transferência de negocio associado a objetos de correio *tracked* para o segmento expresso, que começa a assumir uma maior relevância.

No **correio publicitário**, com a retoma de campanhas de alguns anunciantes no decorrer do 2T21 sobretudo nas áreas do retalho e de bens de consumo, a atividade apresentou uma recuperação. No 1S21, o tráfego **publicitário não endereçado** registou um aumento de 21,3% e o **publicitário endereçado** uma queda de 2,8%. Foi lançada no final do 1S21 uma nova oferta de **Media Digital**, acessível através do *site* dos CTT, que permite às empresas acederem a pacotes de investimento publicitário nas principais plataformas de *media*. Este serviço foi lançado em parceria com a Opus Opera, empresa do universo Omnicom Media Group, e funcionará como catalisador da digitalização das empresas portuguesas, removendo barreiras  adoção de novas tecnologias.

No 1S21, **as soluções empresariais** registaram rendimentos de 7,1 M€, traduzindo-se numa redução de 14,3% face ao 1S20. Resultou principalmente da queda significativa nos preços de venda dos Equipamentos de Proteção Individual e dos volumes de venda elevados que se atingiram no 2T20, na sequência do apoio que os CTT deram aos seus clientes permitindo a compra destes equipamentos quando a sua aquisição era bastante difícil. Continua a aposta no alargamento e otimização da oferta existente. Destaque para o lançamento da prestação de serviços de *Contact Center* com vários clientes, no âmbito da estratégia dos CTT para fortalecer a sua oferta na área de *outsourcing* de processos de negocio (BPO).

A 1 de abril entraram em vigor os novos preços de 2021 relativos aos serviços postais prestados no âmbito do serviço universal, os quais foram determinados em conformidade com os Critérios de Fixação de Preços do Serviço Postal Universal definidos pela ANACOM. Foram igualmente atualizados na referida data, preços de outros serviços postais prestados pelos CTT. A variação média de preços no 1S21 do serviço universal³ face ao período homólogo foi 2,55%.

³Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do Serviço Universal, excluindo o correio internacional de chegada.

Portefólio eco

O correio verde, que aposta na conveniência e na componente ambiental, garantindo a neutralidade carbnica dos produtos, contabilizou mais de 4,1 milhões de objetos vendidos no primeiro semestre do ano. A gama de serviços de Marketing Direto Eco fornece um símbolo distintivo para as campanhas que se destacam positivamente pelo seu desempenho ambiental, mediante o cumprimento de vários critérios ecológicos. No 1S21 a gama Eco representou 44,4% do tráfego total do *Direct Mail*.

Filatelia

Apesar dos efeitos da pandemia continuarem muito presentes, sobretudo no acesso à rede de lojas dos CTT, os rendimentos da **filatelia** no 1S21 ascenderam a 2,4 M€, representando um ligeiro crescimento (+0,8%) face ao 1S20.

Destaca-se o prmio obtido pelo bloco filatlico especial dos CTT com inserção de grafeno – editado para promover a esperança apesar da pandemia – que foi considerado, pela *World Post and Parcel Awards*, a melhor campanha filatlica do mundo em 2020.

Emissões Filatélicas Comemorativas – 1º Semestre 2021	
<ul style="list-style-type: none"> Vultos da História e da Cultura D. Manuel I Centenário do Partido Comunista Português Centenário da Liga dos Combatentes 200 Anos da Extinção da Inquisição em Portugal Tuberculose (etiquetas) Centenário das Faculdades de Farmácia: Coimbra, Lisboa e Porto Tiger Meet 2021 Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia Memória do Holocausto Arquivo Regional da Madeira 150 Anos do Nascimento de Alfredo da Silva 	Acontecimentos Nacionais e Internacionais
<ul style="list-style-type: none"> Europa – Espécies Ameaçadas Portugal Singapura – Emissão conjunta Terras do Barroso – Património Agrícola Mundial A Descoberta da Antártida A Caça em Portugal 	Ambiente e Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Numismática – Autoadesivos (2ª série) 	Autoadesivos

Emissão Filatélica Base – 1º Semestre 2021
<ul style="list-style-type: none"> Numismática (2ª série)

Livros Filatélicos – 1º Semestre 2021
<ul style="list-style-type: none"> História do Bailado em Portugal O Correio – Rostos e Estórias

Poderá descobrir mais sobre o plano de emissões filatélicas e sobre o plano editorial dos CTT em:

<https://www.ctt.pt/particulares/filatelia/>

3.2. Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas atingiram os 125,8 M€ no 1S21, +40,7 M€ (+47,8%) do que no 1S20.

No **mercado ibérico** os rendimentos situaram-se em 124,3 M€, +40,7 M€ (+48,6%) do que no 1S20. O **CEP** (*Courier, Express and Parcels*) representou 114,4 M€, +56,8% do que no 1S20, e o tráfego totalizou 35,8 milhões de objetos, que representou um crescimento de 59,6% face ao 1S20.

No 1S21, os **rendimentos de Expresso e Encomendas em Portugal** registaram 67,1 M€, +15,3 M€ do que no 1S20 (+29,6%), e o tráfego totalizou 16,2 milhões de objetos, que representa um crescimento de 30,6% face ao 1S20.

O desempenho do negócio de Expresso e Encomendas em Portugal no 1S21 esteve assente no crescimento do **CEP**, cujos rendimentos ascenderam a 58,6 M€ (+41,1%). O negócio **carga** ascendeu a 4,6 M€ (-13,6%), o negócio de **banca** a 2,3 M€ (-31,5%) e o da **logística** a 1,2 M€ (+2,5%).

O incremento do CEP deveu-se sobretudo à atividade de *e-commerce* (B2C), com maior relevância nos setores da alimentação, desporto e lazer, educação e cultura e eletrónica de consumo e com a captação, no 2T21, de uma grande plataforma de *e-commerce*. Os negócios da carga e da banca sofreram um maior impacto com as restrições provocadas pela pandemia de COVID-19. Na logística a saída, já prevista,

de um cliente relevante no 1T21 foi compensada por novos negócios.

Durante o 1S21, os CTT continuaram a investir no desenvolvimento de novas plataformas, sistemas e aplicações com o objetivo de promover a adoção do comércio eletrónico por parte das empresas vendedoras (*e-sellers*) e dos consumidores (*e-buyers*). Neste contexto, foram lançadas diversas iniciativas das quais há a destacar: (1) o alargamento, depois do seu lançamento nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, do serviço CTT Morada Virtual Internacional a lojas *online* de Espanha e outros países europeus que não fazem envios para Portugal; (2) a plataforma de *plug-ins* de *shipping* que permite que os seus clientes automatizem os seus envios através da integração de lojas *online* criadas em Prestashop, Shopify, Magento e WooCommerce, e (3) a parceria com a Habitat Invest que permitiu a primeira instalação em Portugal em julho de 2021 de um centro de distribuição de encomendas *on-line* num edifício residencial com a ambição de revolucionar o mercado e garantir a comodidade dos proprietários de frações residenciais no momento de receberem encomendas digitais. Acresce que durante o 1S21 os CTT continuaram a desenvolver a sua estratégia de Cacifos 24H, públicos e corporativos, os quais permitem que os clientes possam levantar as suas encomendas com a máxima conveniência, 24 horas por dia em todos os dias da semana. No final do 1S21, a rede de cacifos dos CTT contava com uma oferta de 97 Cacifos 24H, localizados em diversos locais do país, nomeadamente em plataformas de transporte intermodais, centros comerciais, *campus* universitários, redes de retalho físico, ou no caso dos corporativos, em empresas.

O *marketplace* Dott⁴, lançado em maio de 2019 em parceria com a Sonae, tinha no final de junho de 2021 1,6 mil vendedores presentes na plataforma e mais de 5 milhões de produtos disponíveis. No final do 1º semestre de 2021 havia cerca de 350 mil utilizadores registados (+30% face a março de 2021), evidenciando o forte crescimento e aceleração da digitalização e do *e-commerce* no período de confinamento.

Os **rendimentos em Espanha** situaram-se em 57,2 M€ no 1S21, +25,3 M€ (+79,5%) do que no 1S20. O tráfego totalizou 20,4 milhões de objetos, crescendo 80,7% face ao 1S20. Em resultado deste crescimento, a CTT Expresso Espanha atingiu *breakeven* de EBITDA no 2T21 (1,5 M€ e 1,3 M€ no 2T21 e 1S21, respetivamente, nas contas individuais). Este desempenho superou a previsão de *breakeven* de EBITDA durante 2021, divulgada aquando dos resultados do 3T19. No 2T21, o EBIT recorrente atingiu igualmente *breakeven*, com 0,0 M€.

O ano 2021 está a dar continuidade ao forte crescimento já verificado no ano 2020, posicionando-se a CTT Expresso Espanha como um operador de referência no envio de encomendas urgentes no mercado ibérico. Os índices de qualidade de serviço, que superam a média do setor, a capacidade de tratamento e distribuição, sobretudo nas alturas de pico, a flexibilidade e adaptabilidade que os CTT Expresso Espanha oferecem, são algumas das razões pelas quais, cada

vez mais, os clientes confiam na empresa para gerir os seus envios a nível ibérico.

Mantém-se a estratégia do plano de investimento em novas instalações, em tecnologia e inovação que melhorem a qualidade do serviço e os processos de tratamento e distribuição. Já está em curso a segunda fase da mecanização do centro operacional de Madrid, que se pretende que fique operacional em agosto de 2021, dando assim seguimento ao investimento já realizado que incluiu os centros operacionais de Barcelona (lançado em agosto de 2020), de Madrid (lançado em outubro de 2020) e de Valência (lançado em janeiro de 2021), bem como a instalação de 26 novos centros de distribuição e 9 expansões para aumento de capacidade. Para fortalecimento da capacidade e da cobertura em Espanha, estão ainda planeados, para o 4T21 e 1T22, 4 novos centros operacionais. Estes investimentos, permitem servir um cada vez maior número de clientes, estando assim a operação em Espanha preparada para acolher o crescimento que se antecipa para os próximos trimestres. Este investimento, em conjunto com o crescimento já verificado e com novos processos de negócio ao nível da *software* de distribuição, novos modelos de remuneração de parceiros e renegociação de contratos existentes tem vindo a permitir uma redução de custos variáveis e um consequente aumento da rentabilidade da operação em Espanha.

Os **rendimentos em Moçambique** no 1S21 situaram-se em 1,5 M€, +4,9% do que no 1S20. O crescimento verificado no 2T21, que permitiu recuperar o decréscimo verificado no 1T21, foi suportado no negócio na área da saúde (recolha de amostras biológicas). Mantém-se o elevado nível de incerteza relativamente à evolução da pandemia de COVID-19 (apesar da diminuição ou mesmo eliminação de algumas medidas restritivas), à instabilidade política e militar no norte do país, com consequências diretas na atividade económica.

Portefólio eco

A oferta Expresso é totalmente neutralizada através de projetos de compensação carbónica selecionados por votação do público e que promovem impactos positivos ao nível da biodiversidade e do desenvolvimento das comunidades locais em que os mesmos se inserem.

O serviço *Green Deliveries* (entregas verdes) direcionado para clientes empresariais, permite que todas as entregas nos locais contratados sejam feitas exclusivamente com veículos elétricos, que por sua vez permitem uma melhoria da qualidade do ar nas cidades, uma vez que os veículos elétricos não emitem partículas de NO_x durante a sua utilização. Desde o seu lançamento em 2020, o serviço contabilizou mais de 76 mil objetos vendidos, representando uma receita aproximada de 111 mil euros. Destaca-se ainda o impacto carbónico neutro associado, dado que os CTT adquiriram 100% da eletricidade de origem renovável.

⁴ O investimento do *marketplace* Dott é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

Os CTT iniciaram um projeto-piloto junto de clientes parceiros para lançar um novo conceito de embalagem eco reutilizável direcionada a clientes de *e-commerce*. Estas embalagens são uma alternativa às embalagens de utilização única, permitindo reduzir o desperdício e prolongar a vida útil das mesmas, potencialmente, até 50 envios.

A CTT Expresso Espanha, lançou novos formatos de embalagens sustentáveis que incorporam plásticos reciclados e recicláveis. As embalagens possuem ainda o selo *Blue Angel*, certificação alemã que comprova um conjunto de boas práticas ecológicas aplicadas ao fabrico e funcionamento de um produto ou serviço.

3.3. Banco CTT

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 45,7 M€ no 1S21, um crescimento de 7,3 M€ (+19,0%) face ao 1S20. O 2T21 registou um crescimento de 5,6 M€ (+29,5%) face ao 2T20, tendo no 1T21 registado +1,7 M€ (+8,7%).

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da **margem financeira**, que atingiu 25,7 M€ no 1S21, 4,4 M€ acima (+20,4%) do 1S20, com o 2T21 a crescer 29,4% face ao 2T20.

Em abril de 2021 o Banco CTT iniciou a parceria com a “Sonae Financial Services”, passando o Banco CTT a ser o único credor em relação à carteira de crédito do **Cartão Universo**. Este negócio gerou rendimentos de 2,6 M€ no 2T21, com um volume de balanço líquido de 185,5 M€.

Os juros recebidos de **crédito ao consumo** cresceram 2,0 M€ (+12,4%) ascendendo, no **crédito automóvel e leasing**, a uma carteira líquida de imparidades de 602,3 M€ (+6,1% face a dezembro de 2020). O início do ano continuou a ser afetado pelo encerramento temporário dos pontos de venda por força das medidas de confinamento, afetando a angariação de novas propostas.

Os juros recebidos de **crédito à habitação** mantiveram-se em linha com o ano anterior, obtendo um crescimento de 0,02 M€ (+0,8%), com uma carteira de crédito habitação líquida de imparidades de 564,0 M€ (+7,5% face a dezembro de 2020). A produção de crédito à habitação ascendeu a 69,3 M€, um decréscimo de 15,7 M€ (-18,5%) face ao 1S20, refletindo os efeitos da retração económica causada pelo contexto pandémico.

As **comissões recebidas** desta área de negócio atingiram 18,1 M€, +3,0 M€ (+19,5%) face ao 1S20.

Referem-se as contribuições positivas das comissões recebidas de **contas e cartões** que ascenderam a 4,8 M€ +2,1 M€ (+79,5%), dos **produtos de poupança (off-balance)** que ascenderam a 1,6 M€ +0,5 M€ (+46,3%) que resultaram de um volume líquido *off-balance* de 549,5 M€, 28,1% acima de dezembro de 2020, dos **seguros** que ascenderam a 1,1 M€ +0,2 M€ (+22,1%) e dos **pagamentos** que ascenderam a 8,0 M€ +0,1 M€ (+0,7%).

A performance comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos **depósitos de clientes** para 1 906,7 M€ (+12,9% face a dezembro de 2020) e do **número de contas** para 543 mil contas (mais 26 mil que no final do ano de 2020).

O **rácio de transformação** no final do 1S21 ascendeu a 70,7%.

A 30 de junho de 2021 existiam 725 **moratórias** que correspondem a 40,1 M€ (30,8 M€ de crédito à habitação, 6,7 M€ de crédito automóvel e 2,6 M€ de outros créditos), representando 3,3% do total da carteira bruta de crédito a clientes. Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,9 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representam cerca de 11% do total de moratórias privadas terminadas em 30 de setembro de 2020.

3.4. Serviços Financeiros e Retalho

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros e Retalho atingiram 23,7 M€ no 1S21, mais 2,2 M€ (+10,3%) face ao 1S20. No 2T21 verificou-se um crescimento de 3,1 M€ (+36,1%) face ao período homólogo.

Os **serviços financeiros** (excluindo outros rendimentos) obtiveram rendimentos de 16,1 M€, um decréscimo de 0,4 M€ (-2,2%) face ao 1S20, contribuindo o 2T21 com +24,1% face ao 2T20, com os seguintes contributos:

- Os **títulos da dívida pública** (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento) com rendimentos de 12,1 M€, aumentando 0,1 M€ (+0,5%) face ao 1S20, tendo sido efetuadas 2 341 M€ de subscrições (+21,1% do que no 1S20), com uma média de 18,9 M€/dia face a 15,6 M€/dia no período homólogo.

O valor de subscrições do 2T21 registou um crescimento de 98,7% face ao período homólogo, resultante de uma maior dinamização comercial, com a recaptura dos montantes vencidos dos títulos.

- Os **seguros de capitalização** impactaram negativamente a evolução dos rendimentos em 0,3 M€ face ao 1S20 (-50,7%), pelo vencimento do portefólio de produtos.

No mês junho foi iniciado o processo de alargamento e diversificação da oferta de novas soluções de investimento/poupança/seguros, o que irá permitir consolidar o crescimento na venda de produtos financeiros.

- Os rendimentos dos **vales** de 2,8 M€, apresentaram uma performance de -6,3% (-0,2 M€) face ao 1S20, resultado do efeito estrutural das alterações nos meios de pagamento deste serviço.
- Os **serviços de pagamentos dos CTT** registaram rendimentos de 0,9 M€ no 1S21, +0,1 M€ (+11,9%) do que no 1S20, beneficiando do encaminhamento para as lojas CTT do pagamento de impostos, que reduziu o efeito estrutural da substituição eletrónica deste serviço.

Os **produtos e serviços de retalho** (excluindo outros rendimentos) atingiram 7,5 M€ de rendimentos no 1S21, um aumento de 2,5 M€ (+50,8%) face ao 1S20, principalmente assente na linha de negócio do jogo (+125,5% face ao 1S20), impulsionado pela introdução no 4T20 da venda de “raspadinhas” e ao progressivo alargamento da sua comercialização a toda a rede de lojas.

O alívio das medidas restritivas de confinamento no 2T21, conduziu a um crescimento dos rendimentos dos produtos e serviços de retalho no 2T21 superior ao verificado no 1T21 (+66,7% no 2T21, que compara com +37,1% no 1T21).

Os CTT têm vindo a reforçar o seu posicionamento, no sentido de alavancar a retoma do crescimento após o período de confinamento, criando uma oferta de produtos adequados aos espaços e ao contexto da rede de retalho, bem como incentivar a compra por impulso. Neste contexto, os CTT lançaram o Cartão de Leitura CTT, o qual oferece descontos na compra de livros na rede de retalho, e alargaram a parceria com a Forall Phones a todas as lojas CTT nas capitais de distrito.

3.5. Perspetivas futuras

É de esperar que o ano de 2021 continue a ser marcado pelo desenrolar da pandemia de COVID-19 e pelas iniciativas destinadas ao seu combate levadas a cabo pelos diversos governos e autoridades de saúde pública. Assim, será também de esperar que o enquadramento económico seja marcado por um contexto de elevada incerteza, que irá afetar a sociedade em geral e os negócios do Grupo, o que poderá impactar as atuais estimativas elaboradas. A Gestão irá continuar a monitorizar as suas implicações no negócio, tomando as decisões que se revelarem oportunas e adequadas, e facultar toda a informação necessária aos diversos *stakeholders*.

Em 2021, os CTT esperam continuar a apresentar uma dinâmica de crescimento, apoiados no dinamismo do Expresso e Encomendas decorrente do crescimento constante do comércio eletrónico, bem como no continuado bom desempenho do Banco CTT. Neste contexto, os CTT irão continuar a direcionar os seus investimentos para estas áreas, de modo a suportar o seu crescimento. Em particular, os CTT esperam que: (1) o segmento de Expresso e Encomendas e o Banco CTT continuarão a impulsionar o crescimento dos rendimentos, o que se traduzirá numa maior rentabilidade para a Empresa; (2) a continuada aceleração das iniciativas na área digital permitirá reforçar a posição competitiva dos CTT enquanto *enabler* do *e-commerce*.

Adicionalmente, num contexto em que se espera que as medidas de combate à pandemia de COVID-19 tenham um sucesso gradual, os CTT perspetivam agora alcançar um EBIT acima de 60 M€ no exercício de 2021.

Na sequência dos desenvolvimentos recentes do processo conducente ao novo contrato de concessão, reafirmamos a confiança de que o mesmo será formalizado dentro do prazo da prorrogação em vigor. Tal deverá melhorar a capacidade de os CTT cumprirem as obrigações do serviço universal num enquadramento mais sustentável.



04

Desempenho

a nossa entrega é total



4. DESEMPENHO

4.1. Capital financeiro

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais**⁵ totalizaram 412,8 M€, +63,6 M€ (+18,2%) face ao 1S20, destacando-se sobretudo a performance da área de negócio de Expresso e Encomendas (+40,7 M€; +47,8%), seguindo-se o Correio e Outros (+13,4 M€; +6,6%), o Banco CTT (+7,3 M€; +19,0%) e os Serviços Financeiros e Retalho (+2,2 M€; +10,3%).

Rendimentos operacionais

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
Rendimentos operacionais	349,2	412,8	63,6	18,2%	169,3	207,5	38,2	22,6%
Correio e Outros	204,2	217,6	13,4	6,6%	94,0	109,0	15,0	15,9%
Correio	202,8	216,1	13,3	6,6%	93,4	108,3	15,0	16,0%
Estrutura Central	1,3	1,5	0,1	8,1%	0,7	0,6	0,0	-1,8%
Expresso e Encomendas	85,1	125,8	40,7	47,8%	47,8	62,4	14,6	30,5%
Banco CTT	38,4	45,7	7,3	19,0%	18,9	24,5	5,6	29,5%
Serviços Financeiros e Retalho	21,5	23,7	2,2	10,3%	8,5	11,6	3,1	36,1%

Milhões €

Gastos operacionais

Os **gastos operacionais** totalizaram 381,8 M€ no 1S21, um crescimento de 37,5 M€ (+10,9%) face ao 1S20.

⁵ Excluindo itens específicos.

Gastos operacionais

Milhões €

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
Gastos com pessoal	170,1	177,3	7,1	4,2%	81,9	88,1	6,2	7,6%
FSE	116,3	154,6	38,3	33,0%	57,9	78,9	21,0	36,3%
Imparidades e provisões	11,1	5,8	-5,3	-47,7%	8,2	3,4	-4,8	-58,5%
Outros gastos	16,0	17,8	1,8	11,3%	9,3	8,8	-0,5	-5,7%
Gastos operacionais (EBITDA)⁶	313,5	355,5	42,0	13,4%	157,3	179,2	21,9	13,9%
Depreciações e amortizações	30,0	28,6	-1,4	-4,7%	15,6	14,6	-1,0	-6,2%
Itens específicos	0,8	-2,3	-3,1	-394,1%	0,8	-1,5	-2,2	-290,2%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	0,6	9,4	8,8	»	0,2	8,9	8,6	»
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	0,2	-11,7	-11,9	«	0,5	-10,3	-10,9	«
Gastos operacionais	344,3	381,8	37,5	10,9%	173,7	192,3	18,7	10,8%

Os **gastos com pessoal** aumentaram 7,1 M€ (+4,2%) face ao 1S20, maioritariamente nas áreas de negócio de Expresso e Encomendas (+2,9 M€) e do Banco CTT (+2,2 M€), onde se verificou um crescimento acentuado do negócio. As restantes áreas de negócio, Correio e Outros e Serviços Financeiros e Retalho, apresentam um crescimento de +2,1 M€, justificado pelo crescente aumento dos gastos com saúde (+1,5 M€) em virtude do desconfinamento da sociedade em relação à pandemia de COVID-19, e pelo aumento verificado nos abonos (+0,4 M€) e no trabalho extraordinário (+0,2 M€) nas áreas operacionais.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** aumentaram 38,3 M€ (+33,0%), destacando-se as seguintes rubricas: gastos diretos (+32,2 M€), trabalho temporário (+2,7 M€), recursos físicos e tecnológicos (+3,0 M€) e fardamentos (+0,4 M€), alavancados maioritariamente pelo crescimento verificado nas áreas de negócio de Expresso e Encomendas e Banco CTT.

As **imparidades e provisões** reduziram-se 5,3 M€ (-47,7%), em resultado da revisão das matrizes de risco de crédito e da melhoria da situação económica, tendo em conta que o período homólogo estava fortemente impactado pela pandemia e incerteza, sobretudo a nível do crédito auto.

Os **outros gastos** aumentaram 1,8 M€ (+11,3%), devido ao crescimento do negócio das raspadinhas (+2,3 M€), que foi parcialmente compensado por outros gastos diretos e comerciais (-0,5 M€).

As **depreciações e amortizações** apresentaram uma diminuição de 1,4 M€ (-4,7%) face ao 1S20, impactadas positiva-

mente pela revisão da vida útil de alguns ativos (-3,1 M€), parcialmente compensada pela realização de novos contratos de arrendamento de edifícios que impactaram, por via do normativo contabilístico IFRS 16, as amortizações (+1,8 M€).

Os **itens específicos** ascenderam a -2,3 M€ (-3,1 M€ face ao 1S20), devido sobretudo a: (i) gastos com reestruturações de 8,2 M€, dos quais 8,0 M€ correspondem a uma provisão constituída para a realização de 118 acordos de suspensão de contratos de trabalho, (ii) uma mais-valia de 14,4 M€ referente à venda de títulos de dívida pública para otimizar a posição financeira do Banco CTT no contexto do lançamento da parceria com a Sonae, e (iii) gastos de 3,9 M€ relacionados com o ajustamento inicial da IFRS 9 com a aquisição do portefólio de crédito do Cartão Universo, gastos relacionados com a pandemia de COVID-19 e outros projetos não recorrentes.

EBIT recorrente

O **EBIT recorrente** situou-se em 28,7 M€ no 1S21, +23,0 M€ (+407,4%) do que no 1S20, com uma margem de 7,0% (1,6% no 1S20). De notar que todas as áreas contribuíram favoravelmente para o crescimento do EBIT recorrente.

Para esta evolução contribuiu sobretudo o crescimento significativo do EBIT recorrente nas áreas de negócio de Correio e Outros +9,0 M€, Expresso e Encomendas +8,7 M€ (+268,7%) e Banco CTT +4,6 M€ (+206,9%). Os Serviços Financeiros e Retalho contribuíram com +0,7 M€ (+6,6%).

⁶ Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

EBIT recorrente por área de negócio

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
EBIT recorrente por AN	5,7	28,7	23,0	407,4%	-3,6	13,6	17,3	476,4%
Correio e Outros	0,6	9,6	9,0	»	-4,1	4,7	8,8	213,3%
Correio	30,1	35,8	5,7	18,9%	10,0	18,2	8,2	81,9%
Estrutura central	-29,6	-26,2	3,4	11,3%	-14,1	-13,5	0,6	4,3%
Expresso e Encomendas	-3,2	5,4	8,7	268,7%	0,5	2,9	2,3	430,3%
Banco CTT	-2,2	2,4	4,6	206,9%	-3,4	1,0	4,3	129,8%
Serviços Financeiros e Retalho	10,6	11,3	0,7	6,6%	3,3	5,1	1,8	53,5%

Milhões €

Resultados Financeiros e Resultado Líquido

Os **resultados financeiros consolidados** atingiram -5,4 M€, refletindo uma melhoria de 0,5 M€ (+9,3%) face ao 1S20.

Resultados Financeiros

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
Resultados financeiros	-5,9	-5,4	0,5	9,3%	-2,8	-2,7	0,1	3,9%
Rendimentos financeiros líquidos	-4,7	-4,2	0,5	10,4%	-2,2	-2,1	0,1	5,4%
Gastos e perdas financeiros	-4,7	-4,3	0,5	9,9%	-2,2	-2,1	0,1	4,6%
Rendimentos financeiros	0,0	0,0	0,0	323,2%	0,0	0,0	0,0	561,5%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-1,2	-1,1	0,1	4,9%	-0,6	-0,6	0,0	-1,5%

Milhões €

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 4,3 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 1,8 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 1,5 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 0,9 M€.

Os CTT obtiveram no 1S21 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do Grupo CTT de 17,2 M€, 19,2 M€ acima do obtido no 1S20, tendo sido influenciado positivamente pela evolução do EBIT (+26,1 M€) e dos resultados financeiros (+0,5 M€), e negativamente pelo imposto sobre o rendimento do período (+7,5 M€).

Investimento

O **investimento** situou-se em 11,7 M€ no 1S21, 7,6% acima (+0,8 M€) do realizado no 1S20.

Nas restantes áreas de negócio verificou-se um abrandamento do investimento (-1,2 M€).

A Empresa manteve o foco do investimento na área de negócio com maior crescimento, a área de Expresso e Encomendas (+2,0 M€), garantindo desta forma o suporte e otimização dos seus processos.

Cash flow

A Empresa gerou no 1S21 um **cash flow** operacional de 37,8 M€, +33,9 M€ face ao 1S20.

Cash flow

	1S20	1S21	Δ	Δ%	2T20	2T21	Δ	Δ%
	Milhões €							
EBITDA	35,7	57,3	21,6	60,6%	11,9	28,3	16,3	136,6%
Non-cash itens*	-2,3	-9,3	-7,0	-305,8%	1,2	-4,3	-5,5	-453,4%
Itens específicos**	-0,8	2,3	3,1	394,1%	-0,8	1,5	2,2	290,2%
Investimento	-10,9	-11,7	-0,8	-7,6%	-5,3	-5,9	-0,5	-10,3%
Δ Fundo de Maneio	-17,8	-0,7	17,1	95,8%	-15,0	5,4	20,4	136,1%
Cash Flow operacional	3,9	37,8	33,9	870,9%	-7,9	25,0	32,9	415,4%
Benefícios aos empregados	-5,1	-6,6	-1,5	-29,5%	-1,9	-3,4	-1,5	-80,1%
Impostos	0,6	0,0	-0,6	-94,7%	0,7	-0,2	-0,9	-129,7%
Cash Flow livre	-0,6	31,3	31,9	»	-9,2	21,4	30,5	332,8%
Dívida (capital + juros)	-0,7	-2,8	-2,1	-273,8%	-0,6	-2,6	-2,0	-351,1%
Dividendos	0,0	-12,8	-12,8	-	0,0	-12,8	-12,8	-
Aquisição de ações próprias	0,0	-6,4	-6,4	-	0,0	-6,4	-6,4	-
Investimentos em empresas	0,0	-0,8	-0,8	-	0,0	-0,8	-0,8	-
Variação de Caixa ajustada	-1,3	8,6	9,9	756,6%	-9,7	-1,1	8,6	88,5%
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ⁷	-34,9	128,0	162,9	467,1%	181,8	96,6	-85,2	-46,9%
Δ Outros saldos de Caixa ⁸	-10,2	-0,1	10,2	99,4%	-74,5	0,7	75,1	100,9%
Variação de Caixa	-46,4	136,6	183,0	394,3%	97,6	96,1	-1,5	-1,5%

*Imparidades, Provisões e IFRS16 com impacto no EBITDA.

**Itens específicos com impacto no EBITDA.

Esta evolução positiva do **cash flow** operacional no 1S21 resultou essencialmente do comportamento positivo do EBITDA, da manutenção de um nível de investimento equivalente ao do ano anterior e de uma evolução do fundo de maneio (-0,7 M€) fortemente influenciada pelo menor impacto que o fundo de maneio relacionado com o investimento teve neste semestre, em consequência do menor nível de investimento observado no 4T20 face ao período homólogo de 2019.

⁷ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros & Retalho e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

⁸ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Posição Financeira Consolidada

Posição financeira consolidada

	31.12.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Ativo não corrente	1 984,3	1 834,3	-150,0	-7,6%
Ativo corrente	910,6	1 262,3	351,7	38,6%
Total do Ativo	2 894,9	3 096,6	201,7	7,0%
Capital próprio	150,3	148,8	-1,5	-1,0%
Total do passivo	2 744,6	2 947,8	203,2	7,4%
Passivo não corrente	493,4	480,6	-12,8	-2,6%
Passivo corrente	2 251,2	2 467,2	216,0	9,6%
Total capital próprio e passivo consolidado	2 894,9	3 096,6	201,7	7,0%

Milhões €

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 30.06.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se que:

- O **ativo** cresceu 201,7 M€, maioritariamente devido ao elevado crescimento das rubricas de Crédito a clientes bancários (+253,7 M€) com destaque para o crédito à habitação e cartões de crédito, de Caixa e equivalentes de caixa (+136,6 M€), na sequência do aumento significativo de depósitos captados pelo Banco CTT, tendo sido parcialmente compensado pelo decréscimo observado na rubrica de Investimentos em Títulos (-206,4 M€) em resultado da alienação de carteiras de títulos.
- O **capital próprio** decresceu 1,5 M€ na sequência da distribuição de dividendos no valor de 12,8 M€ e aquisição de ações próprias no valor de 6,4 M€. Em sentido contrário reconhece-se o resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT no 1S21 no valor de 17,2 M€ e verificou-se o aumento das reservas em resultado da

constituição da reserva associada ao Plano de ações (0,4 M€).

- O **passivo** aumentou 203,2 M€, destacando-se o acréscimo dos Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+217,2 M€) e o aumento dos Outros passivos correntes (+16,0 M€) em resultado, maioritariamente, do aumento do acréscimo de gastos com o pessoal. Em sentido contrário, observou-se o decréscimo das rubricas de Outras Contas a pagar (-34,3 M€) em larga medida explicado pela redução dos montantes relativos a Certificados do Tesouro.

A posição financeira do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Ativo não corrente	638,8	657,2	18,4	2,9%
Ativo corrente	484,0	454,1	-29,9	-6,2%
Total do ativo	1 122,8	1 111,4	-11,5	-1,0%
Capital próprio	150,3	148,8	-1,5	-1,0%
Total do passivo	972,5	962,5	-10,0	-1,0%
Passivo não corrente	444,0	441,9	-2,1	-0,5%
Passivo corrente	528,5	520,6	-7,9	-1,5%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 122,8	1 111,4	-11,5	-1,0%

Milhões €

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) decresceram no 1S21 para 279,9 M€, -3,1 M€ do que em dezembro de 2020, discriminadas conforme o quadro seguinte:

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 77,9 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 202,0 M€.

Responsabilidades com benefícios aos empregados/as

	31.12.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Total das responsabilidades	283,0	279,9	-3,1	-1,1%
Cuidados de saúde	271,2	269,3	-1,8	-0,7%
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,4	1,5	0,1	4,4%
Acordos de suspensão	2,8	1,7	-1,1	-38,9%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	6,9	6,8	-0,2	-2,3%
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	0,0	3,7%
Plano de pensões	0,3	0,3	0,0	-3,3%
Outros benefícios	0,2	0,1	-0,1	-62,8%
Impostos diferidos ativos	-79,2	-77,9	1,3	1,7%
Valor atual das responsabilidades líquidas de impostos	203,8	202,0	-1,8	-0,9%

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Dívida líquida	71,4	61,7	-9,8	-13,7%
Dívida CP & LP	206,9	205,7	-1,2	-0,6%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	115,2	115,9	0,7	0,6%
Caixa ajustada (I+II)	135,4	144,0	8,6	6,3%
Caixa e equivalentes de caixa	518,2	654,7	136,6	26,4%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	498,8	635,4	136,6	27,4%
Outros saldos de caixa	19,4	19,3	-0,1	-0,3%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-363,4	-491,5	-128,0	-35,2%

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 30.06.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se:

- A caixa ajustada aumentou 8,6 M€, uma vez que o comportamento positivo do *cash flow* operacional (+37,8 M€) mais do que compensou os pagamentos de benefícios aos empregados/as (-6,6 M€), do serviço da dívida (-2,8 M€), o pagamento de dividendos (-12,8 M€), a aquisição de ações próprias (-6,4 M€) e as prestações acessórias no *marketplace* que detém a marca Dott (-0,8 M€).

- A dívida de curto e longo prazo diminuiu 1,2 M€ essencialmente devido à redução dos empréstimos bancários de curto prazo da sucursal da CTT Expresso em Espanha (-1,9 M€) compensada por um aumento das responsabilidades com contratos de locação no âmbito da IFRS 16 (+0,7 M€).

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Milhões C				
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	153,9	174,8	20,9	13,6%
Dívida CP & LP	204,7	203,8	-0,9	-0,4%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	113,0	114,0	1,0	0,9%
Caixa ajustada (I+II)	50,8	29,0	-21,8	-42,9%
Caixa e equivalentes de caixa	286,4	214,4	-72,0	-25,1%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	286,5	214,5	-72,0	-25,1%
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0	-34,7%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-235,7	-185,4	50,2	21,3%

4.2. Capital humano

A gestão de recursos humanos é pautada pelas seguintes prioridades: definição e implementação de políticas de desenvolvimento do capital humano que permitam promover as competências, premiar o desempenho e a agilidade da organização; manutenção de um bom ambiente social; investimento contínuo em formação e qualificação; otimização e adequação do quadro de trabalhadores, tendo presente a necessidade de responder à evolução e aos desafios de mercado.

4.2.1. Caracterização do capital humano

Em 30 de junho de 2021 o número de **trabalhadores/as** dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) era de 12 261, mais 246 (+2,0%) do que em junho de 2020.

N.º de Trabalhadores/as

	30.06.2020	30.06.2021	Δ	Δ%
Correio e Outros	10 382	10 412	30	0,3%
Expresso e Encomendas	1 175	1 361	186	15,8%
Banco CTT	420	453	33	7,9%
Serviços Financeiros e Retalho	38	35	-3	-7,9%
Total, do qual:	12 015	12 261	246	2,0%
Efetivos do quadro	10 806	10 867	61	0,6%
Contratados a termo	1 209	1 394	185	15,3%
Portugal	11 487	11 607	120	1,0%
Outras geografias	528	654	126	23,9%

Verificou-se um aumento de 61 efetivos e de 185 contratados a termo. Nesta evolução teve especial impacto o aumento do número de trabalhadores/as (efetivos do quadro e contratados a termo) nas áreas de negócio em expansão, Expresso e Encomendas (+186) e Banco CTT (+33).

No seu conjunto as áreas de operações e distribuição da rede base (5 835 trabalhadores/as, dos/as quais 4 247 carteiros/as distribuidores/as) e a rede de retalho (2 428 trabalhadores/as) representaram cerca de 76% do número de trabalhadores/as efetivos dos CTT.

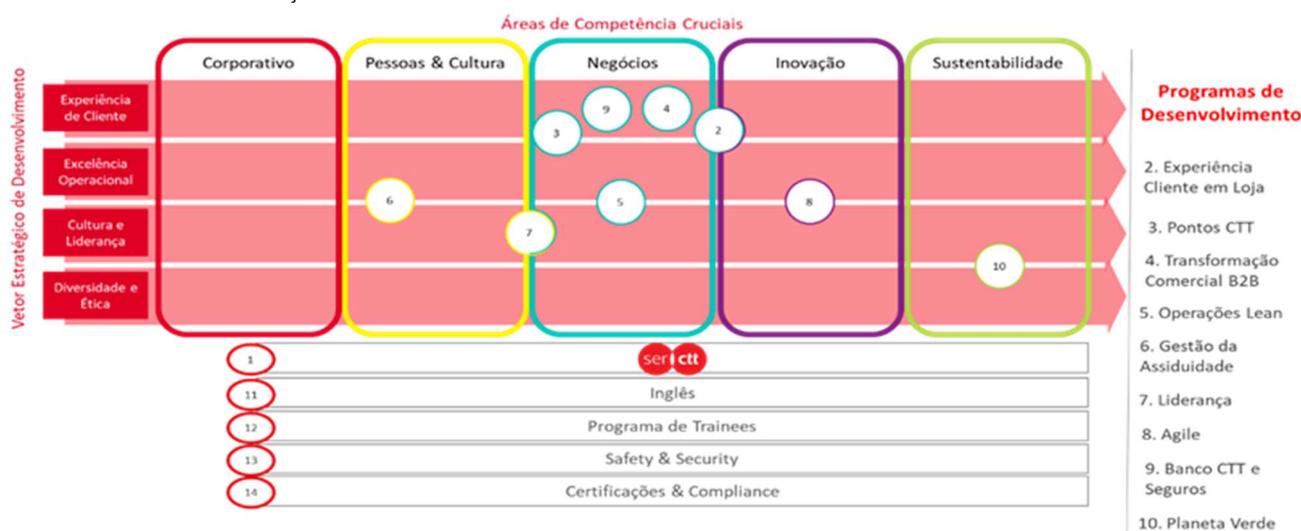
A taxa global de ausências diminuiu para 7,9% (-1,0 p.p.). Os motivos que mais contribuíram para as ausências foram: doença (4,5%), doença COVID-19 (1,3%), sinistralidade (0,7%), maternidade/paternidade (0,3%), outros motivos (0,7%) e atividade sindical (0,4%).

4.2.2. Formação

A Academia CTT prosseguiu a sua atividade de acordo com as apostas estratégicas no desenvolvimento de competências das trabalhadoras e dos trabalhadores dos CTT tendo por base a seguinte abordagem metodológica:



No âmbito da Academia CTT, foram desenvolvidos 14 programas que incorporam o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Formação.



Os principais destaques do primeiro semestre referem-se aos programas:

Ser CTT em que foi consolidada a utilização do Manual Digital e a comunicação com os novos trabalhadores/as, envolvendo 384 participantes e 3 727 horas.

Experiência de cliente em loja, com o reforço no projeto Buzz e no plano de comunicação e formação integrados na comercialização de produtos financeiros, na campanha 3 em linha, que envolveu 2 088 participantes e 3 948 horas e já incrementou os resultados de vendas destes produtos.

Operações Lean, e em todo o vetor de excelência operacional, destaca-se a formação realizada às chefias operacionais das operações expresso em metodologias *Lean*, o início do projeto *Kaizen* para as operações de produção e distribuição e o apoio à mudança de instalações da linha de gestão aduaneira para Famões. Envolveu 586 participações e 1 550 horas.

Gestão da Assiduidade que constituiu um projeto de transformação da cultura CTT potenciado pela nova versão da aplicação TELEPONTO, abrangendo integralmente todos os trabalhadores/as do universo CTT, utilizando a plataforma de formação a distância (*formare*), envolvendo 9 225 participações, num total de 8 906 horas.

Safety e Security, com mais de 4 600 horas e quase 1 200 participações para a população em geral e com o programa específico de **prevenção rodoviária** para as operações, que envolveu quase 9 500 participações e 6 600 horas, em 15 temáticas. Tem promovido a redução do absentismo com causa rodoviária que atingiu entre 2017 e 2020 menos 49% no número de dias perdidos por acidente e menos 35% do número de acidentes por km percorrido.

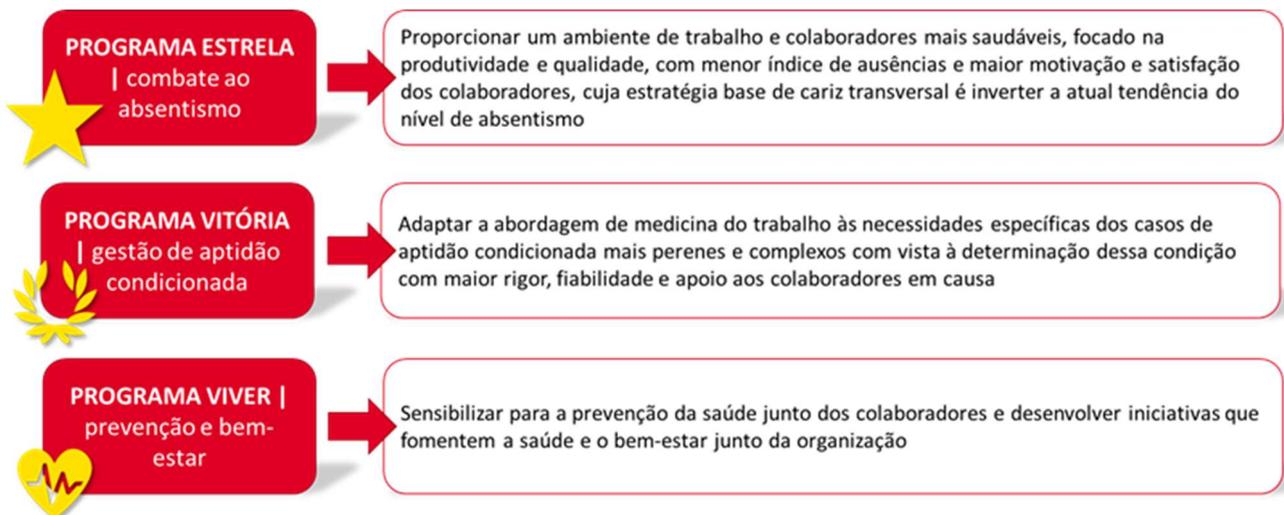
Certificações e Compliance, continuando a ser disseminadas temáticas como ética, segurança da informação, PBCFT (prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo), RGPD e que contribuiram, por exemplo, para o sucesso da auditoria no referencial SMETA, renovado pela CTT Expresso. Foram obtidas ou renovadas as certificações profissionais de 1 350 trabalhadores/as no âmbito de legislação ou regulamentação aplicável aos setores em que os CTT atuam.

A formação realizada abrangeu 90% da população (efetivos e contratados a termo), tendo sido realizadas mais de 104 mil horas de formação (79% acima face ao ano anterior) numa taxa de esforço de 1% (68% acima face ao ano anterior).

4.2.3. Saúde e segurança no trabalho

Iniciou-se o ano de 2021 com uma nova abordagem à Saúde em dois eixos distintos: **prevenção da saúde**, no sentido de agir antecipadamente, evitando a ocorrência de acidentes de trabalho e situações de doença e **promoção da saúde**, de modo a concentrar ações na melhoria do bem-estar e na qualidade de vida dos/as trabalhadores/as.

Neste contexto, foram implementados 3 programas:



Deu-se continuidade às ações de sensibilização, prevenção de acidentes e ergonomia, nos centros de distribuição postal e nas lojas, tendo sido realizadas 112 intervenções para avaliação das condições de trabalho e dos riscos em estabelecimentos dos CTT, incluindo nas subsidiárias.

Ocorreram 380 acidentes e incidentes laborais, menos 6,6% do que em igual período de 2020, podendo esta diminuição ser reflexo das medidas de contenção da pandemia, implementadas pela Empresa no âmbito do plano de contingência interno. As medidas que mais impacto terão tido sobre a diminuição do número de acidentes foram: a redução de horário das lojas CTT e o teletrabalho de trabalhadores/as

dos serviços centrais, bem como, a redução de horário de trabalhadores/as dos centros de tratamento, que se traduziu numa menor exposição ao risco profissional, pela ausência de trabalhadores/as no local de trabalho, durante um período de tempo importante.

Em termos globais, os motivos que mais contribuiram para a ocorrência de acidentes foram a sinistralidade rodoviária, em que se incluem acidentes de viação e atropelamentos, e os escorregamentos/tropeções.

Adicionalmente, no que respeita à medicina no trabalho realizaram-se 2 656 exames periódicos, ocasionais e de

admissão, muito embora esta atividade fosse afetada pelo contexto de pandemia.

4.2.4. Satisfação e experiência do trabalhador/a

A estratégia de gestão de Pessoas CTT tem como objetivo melhorar a experiência do trabalhador/a, o seu grau de satisfação, o seu envolvimento na organização, o sentido de pertença e de orgulho na Marca, de forma a incrementar o compromisso de todos, tornando cada trabalhador/a num embaixador da marca CTT, melhorando consequentemente a experiência dos clientes.

De forma a melhorar a experiência do trabalhador/a, este ano foram implementados diversos projetos, com destaque para a linha de apoio ao trabalhador/a e chefia, designada LINHA TOU CTT, que pretende apoiar não só ao nível das questões da COVID-19, mas em todas as outras questões, como assiduidade, avaliação de desempenho, plano de saúde, recrutamento e mobilidade, higiene e segurança no trabalho. Os trabalhadores/as responderam com entusiasmo ao desafio.

Foram também implementados novos portais do teleponto para trabalhadores/as e chefias, com o objetivo de tornar todos mais autónomos e responsáveis na gestão da sua assiduidade e registo dos tempos de trabalho. Estes portais podem ser acedidos em qualquer equipamento ou lugar, requerendo apenas uma ligação à internet.

Por forma a promover o envolvimento de todos e o conhecimento sobre a organização, deu-se continuidade à difusão da *newsletter* Comunicação Interna e às rubricas que pretendem dar a conhecer a Empresa e os seus trabalhadores/as, designadamente uma rubrica mensal *Zoom in*, que permite dar a conhecer uma área/direção, o que lá se faz e respetivas equipas e uma outra rubrica, também mensal, “À Conversa com”, cujo objetivo é dar a conhecer os trabalhadores/as e os seus interesses, além dos profissionais.

Foram estabelecidas mais parcerias e protocolos com empresas com benefícios para o trabalhador/a e lançado, internamente o desconto de 10% para trabalhadores/as dos CTT nos produtos adquiridos na rede de lojas.

Promoveram-se ações de saúde e bem-estar, a pensar em todos os que estão na linha da frente, mas também nos trabalhadores/as que se encontram em teletrabalho, dadas as condições impostas pela pandemia.

Criou-se o serviço “Deixa comigo!”, de utilização exclusiva pelos trabalhadores/as, que pretendam ajuda ou tenham recebido pedidos de ajuda ou esclarecimento sobre produtos e serviços dos CTT, provenientes do seu núcleo de amigos e conhecidos.

De forma a medir o grau de satisfação dos trabalhadores/as, como sendo os CTT a melhor Empresa para se trabalhar, bem como a qualidade da sua experiência e o impacto das políticas/ações, lançou-se um *NPS (Net Promoter Score)* que se aplicará quadrimestralmente. Neste momento, em fase de divulgação/resposta pelos trabalhadores/as.

4.2.5. Diversidade e igualdade de oportunidades

No âmbito da igualdade de oportunidades e em situação prolongada de pandemia, os CTT continuaram focados em garantir que todos os seus trabalhadores/as se sentissem seguros. Foi continuamente divulgada informação útil e promovidas medidas mitigantes dos principais riscos, preservando sempre a integridade dos trabalhadores/as da linha da frente e dos/as que conseguem assegurar a sua prestação de serviço em regime de teletrabalho.

Os trabalhadores/as e suas famílias foram incentivados a participar em passatempos internos com prémios para usufruto em família e foram convidados para iniciativas/aulas práticas *online* para proteção da saúde e bem-estar. Também o programa de parcerias *SOU CTT* com entidades diversas continuou a ser dinamizado, oferecendo tarifários preferenciais para trabalhadores/as em diversas áreas, com especial enfoque na saúde, desporto e família.

Ainda no âmbito do equilíbrio familiar e doméstico, os CTT assinaram em novembro de 2020 o Pacto Contra a Violência, uma iniciativa do Governo e da CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, para o combate contra a violência contra as mulheres, que aumentou em contexto de pandemia. Este ano lançou-se a campanha #EUSOBREVIVI. A direção de comunicação interna difundiu informação que atingiu 12 mil trabalhadores/as e publicou-se um *darkpost* na Esfera CTT que alcançou mais de 16 mil utilizadores/as, gerou 19 800 visualizações e 100 reações.

No âmbito das atividades com o Fórum iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, e do envolvimento com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, lançou-se o livro Pedagógico do Fórum, *O Longo Caminho para a Igualdade*, escrito *pro bono* pela dupla de escritoras, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada. Trata-se da primeira obra literária do iGen destinada a leitores e leitoras dos 10 aos 13 anos, com o pressuposto de sensibilizar as futuras gerações para a temática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. De destacar que esta obra acabou de ser incluída no Plano Nacional de Leitura.

Manteve-se o protocolo com a CERCILisboa – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, que proporciona experiências de integração laboral a jovens com deficiência, no âmbito do qual foram abrangidos 14 jovens adultos. Esta parceria CTT/CERCILisboa é um caso de sucesso já com 18 anos de experiência. Face ao atual contexto pandémico, a prestação de serviços está suspensa.

Em matéria de diversidade em cargos de gestão, o Conselho de Administração continua a cumprir o objetivo estabelecido no Plano para a Igualdade CTT e na Lei 62/2017, integrando 33,3% de mulheres nos órgãos do Conselho de Administração e de Fiscalização.

4.3. Capital intelectual

Destacam-se as seguintes iniciativas:

Dinamização da rede de lojas

- **Implementação** nas lojas CTT de solução que permite a compra de produtos de retalho através de um dispositivo, tablet ou LCD, focada na maior conveniência dos clientes através de espaços *self-service*, com período de entrega máximo de 48H na casa do cliente ou na loja.
- **Criação** de Modelo Analítico para apuramento de indicadores de vendas e rentabilidade de produtos de retalho, permitindo decisões sobre a quantidade de produto a adquirir, gerindo os riscos e maximizando os resultados.

Dinamização do comércio eletrónico

- **Instalação** do primeiro *locker* refrigerado e do primeiro *locker* em condomínio, aumentando o número de *lockers* disponíveis.
- **Alargamento** da rede de prestadores associada ao serviço **CTT Now** para aumento da capilaridade e cobertura da rede.
- **Lançamento** de *Plug-ins* para *Magento2*, *Prestashop*, *Shopify* e *Woocommerce* que permitem a integração automática com os sistemas de expedição CTT, a geração de códigos de objeto, o agendamento de recolhas, a atualização do estado da encomenda na loja e a entrega em pontos, como alternativa à entrega domiciliária.

Reforço de aspetos operacionais

- **Aquisição** de máquina divisora (*Tax Machine*) para tornar mais ágil e eficiente o novo processo de desalfandegamento, resultante das regras em vigor desde 1.7.2021, aplicáveis a objetos vindos do exterior da UE. Este prevê o preenchimento, pelo destinatário, de dados que não constem na mensagem ITMATT. A *Tax Machine* cumpre a lógica de negócio, centralizada num servidor de decisões. Se for necessário contactar o destinatário para solicitar pagamentos ou o preenchimento de dados em falta do fluxo digital, recorre-se a OCR (reconhecimento ótico de caracteres),

complementado, se necessário, com VCS (vídeo-codificação) para obter o contacto do destinatário, disponível nos formulários apensos ao objeto.

Na área financeira

- **Participação** do Banco CTT no Programa Fintech365, criado pela Microsoft para a inovação tecnológica no sistema financeiro em parceria com a Portugal Fintech, com o objetivo de identificar *startups* que efetuam provas de conceito com o intuito de resolver casos de uso de negócio deste sector.
- **Participação** da Payshop, empresa de pagamentos do Grupo CTT, na criação da ANIPE - Associação Nacional de Instituições de Pagamento e Moeda Eletrónica, cujo objetivo visa defender e representar os interesses das instituições de pagamento e moeda eletrónica.

Transformação corporativa e processos

- **Lançamento** da primeira prova de conceito, envolvendo *chatbots* para apoio ao cliente no canal Facebook estando também em desenvolvimento um *chatbot*, no portal de desalfandegamento. Programada igualmente a disponibilização de *chatbots* nos restantes canais de *social media* assim como para os portais CTT.

Iniciativas de alcance corporativo

- **INOV +** plataforma de gestão das ideias: realização do *PitchDay* para ideias selecionadas do 9º ciclo. Início e conclusão do 10º ciclo de desafios.
- **What's Next?** - partilha de tendências que possam trazer informação útil para projetos em curso ou futuros. Realização de sessões que abordaram os temas da "Cibersegurança" e da "Monetização dos dados manipulados pelos Operadores Postais".
- **1520 CTT StartuProgram** identifica e/ou sensibiliza *startups* alinhadas com os objetivos e estratégia dos CTT. Realização de várias iniciativas:
 - Análise de soluções de *startups* que manifestam o seu interesse em dar-se a conhecer aos CTT e a divulgação do programa + Inovação a várias incubadoras (ex: UPTEC, IPN).
 - Celebração e operacionalização de parcerias com organizações (ex: Portugal Ventures, Beta-i) e intercâmbio de experiências com outros operadores postais (ex. Swiss Post).

- **Fomento I&D:**
 - Preparação das candidaturas CTT, Banco CTT, CTT Expresso e CTT Contacto ao programa SIFIDE.
 - Início do projeto *Lockers Tuga* cuja candidatura mereceu aprovação, no início 2021, no âmbito do programa P2020 – Incentivos à Inovação Produtiva.
 - Identificação de projetos CTT a realizar que possam vir a beneficiar das várias oportunidades que se perspetivam no âmbito do PRR (Programa de Resiliência e Recuperação) e/ou de outros mecanismos de apoio financeiro em curso e/ou a anunciar.
- **Prosseccução** da produção da *Newsletter Postal 360* e da *Newsletter 1520*, orientadas para destinatários internos e externos aos CTT.
- **Lançamento** da 5ª edição do *PostEurop Innovation Award*, iniciativa do *Innovation Forum*, grupo de trabalho daquela associação cujo *chairmanship* é assegurado pelos CTT.

4.4. Capital social

A política de mecenato social e ambiental tem dado prioridade aos temas da pobreza e da exclusão social, cultura, língua, desporto para pessoas com deficiência, saúde, solidariedade, biodiversidade e inovação. Neste semestre o apoio focou-se principalmente em entidades de cultura e desenvolvimento com um investimento total de 273 mil euros.

No âmbito da **solidariedade**, a CTT Expresso Espanha doou 1.200 kg de roupa a três instituições.

No âmbito da preservação do **ambiente e da biodiversidade**, as plantações relativas ao projeto “Uma Árvore pela Floresta”, que tinham sido suspensas, devido às restrições provocadas pela pandemia, foram realizadas, embora sem a participação de voluntários/as.

No âmbito da **cultura**, os CTT assinalaram o Dia Mundial do Livro e lançaram o cartão de leitura CTT, em que os/as clientes passam a acumular descontos na compra de livros na rede CTT, chamando a atenção para a importância do livro como bem cultural, essencial para o desenvolvimento da literacia e da economia.

Apesar das restrições, continuou-se a dinamizar o projeto de **Voluntariado** de *Mentoring* e de Explicações em parceria com a EPIS-Empresários pela Inclusão Social. Apoiaram-se oito jovens em risco de insucesso escolar, na maioria das vezes por meios eletrónicos. Esta condição despoletou a criação de uma dinâmica mensal que requeria a resolução de desafios entre aluno/a e mentor/a, facilitando o surgimento de temas de conversa. Em junho, realizou-se a sessão de fecho por meio digital e congratulámos todos/as pelos resultados. Nesta edição, 75% dos alunos/as concluiu o 9º ano com sucesso.

A continuidade das ações de voluntariado que exigem presença física, continuaram suspensas. Do mesmo modo, não foi possível realizar a recolha habitual de sangue no edifício CTT com o IPST – Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

4.4.1. Satisfação dos clientes

A opinião dos clientes, expressa através de inquéritos de satisfação realizados em base diária, indica que 84,5% dos clientes que responderam percebem a qualidade global dos CTT como boa ou muito boa e consideram os CTT uma empresa de confiança.

Algumas subsidiárias auscultaram os seus clientes das quais se destacam: CTT Expresso Espanha com 78% dos clientes finais satisfeitos com a marca e o Banco CTT com 81% dos clientes muito satisfeitos.

O correio verde obteve um grau de satisfação de 83% das empresas clientes, devido à facilidade de envio, e também 83% das empresas estão muito satisfeitas com os materiais ecológicos dos suportes.

Os CTT continuaram atentos às consequências sociais e económicas que a pandemia de COVID-19 provocou na população portuguesa e no mundo e desencadearam diversas iniciativas de proximidade com implementação facilitada devido à sua capilaridade em todo o território nacional.

Nesse sentido, estabeleceram-se parcerias em diversas áreas, tais como com: a *Washstation* (instalação de cacifos 24 horas), com Câmaras Municipais e a *Dott* para Feiras gastronómicas e de artesanato *online*, permitindo a encomenda de produtos, e com a *Opus Opera* para apoiar PME a criar campanhas *online* de forma simples e rápida. Os CTT lançaram também um projeto piloto com a CUF para teleconsultas em seis lojas CTT, reforçando a proximidade dos cuidados de saúde junto da população com menos mobilidade e com menor literacia digital, e com a REDITUS passaram a fazer atendimento de COVID-19 da Linha Segurança Social.

São medidas de responsabilidade social que refletem o envolvimento dos CTT com a comunidade envolvente, a par da sua estratégia de sustentabilidade.

4.5. Capital natural

A estratégia de sustentabilidade dos CTT está alinhada com a ambição global de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030 e também com os interesses e prioridades das partes interessadas em matérias de responsabilidade social e ambiental, como a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e da floresta nacional, e o apoio ao desenvolvimento de populações carenciadas.

A gradual abertura da sociedade após as medidas de confinamento e de segurança dos trabalhadores/as adotadas para fazer frente à pandemia de COVID-19 em 2020, bem como a consolidação da tendência de crescimento do *e-commerce* impulsionaram um aumento no consumo energético dos CTT no primeiro semestre de 2021 face ao período homólogo, que se estima em cerca de 2,1%. Estima-se que o consumo de eletricidade tenha aumentado 1,8% no primeiro semestre de 2021 e os consumos de combustível da frota própria verificaram um aumento de 2,8%.

Os combustíveis continuam a ser a principal origem do consumo energético dos CTT (62%). A eficiência global da frota CTT, medida em litros/100 km, apresentou uma ligeira quebra de 2% face ao período homólogo, principalmente devido a um ligeiro aumento da idade média da frota e também ao aumento do peso médio em kg dos objetos postais distribuídos, resultante do contínuo aumento de tráfego de *e-commerce*.

De notar que a frota CTT tem vindo a registar uma variação no seu perfil de atividade, com aumento da utilização de veículos de maior volumetria como consequência do aumento do tráfego de correio expresso e encomendas.

Foram implementadas medidas de eficiência energética no parque de edifícios, sobretudo nas lojas e nos centros de distribuição postal, com a instalação de iluminação mais eficiente, a renovação de equipamentos de climatização e modernização de instalações, reforçando o compromisso com a otimização dos consumos energéticos. Foi também dado seguimento a obrigações legais aplicáveis ao parque imobiliário CTT, nas vertentes de certificação energética e de auditoria energética.

Adicionalmente, foi dada continuidade a um projeto de eficiência energética de instalações CTT para o triénio 2020-2022. Este projeto consiste na monitorização dos consumos energéticos de até 72 instalações relevantes, identificando os detalhes técnicos de cada uma dessas instalações e respetivas oportunidades de

melhoria de eficiência energética e propostas de ação, que apresenta um potencial de poupança de 13,7% do consumo energético destas instalações.

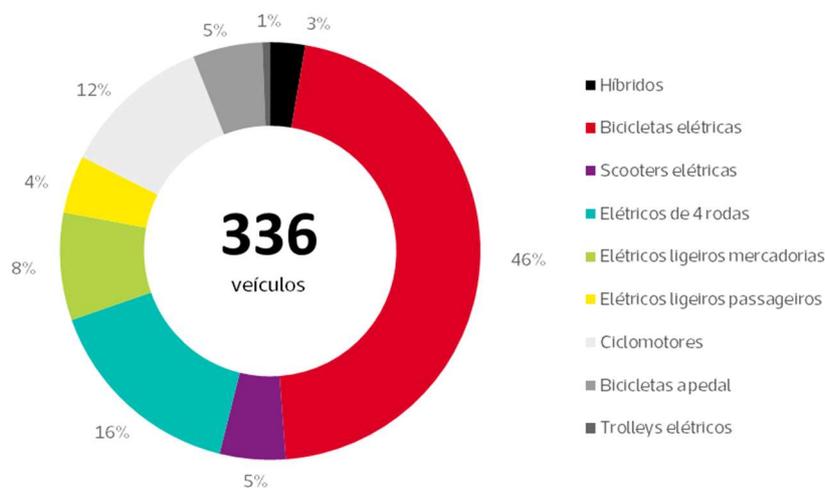
No primeiro semestre foi efetuada a aquisição de certificados de Garantia de Origem relativos ao consumo de eletricidade dos CTT no ano 2020. Este mecanismo, utilizado pelos CTT desde 2015, garante que a eletricidade consumida pelos CTT no ano de 2020 foi proveniente de fontes 100% renováveis.

Os CTT apostaram numa UPAC – Unidade de Produção para Auto-Consumo no armazém da CTT Expresso no MARL. A potência a instalada é de 410 kWp e irá permitir uma produção de 625 MWh no primeiro ano, o que representa 36% do consumo anual do local. A obra foi concluída durante o primeiro semestre, sendo expetável que até ao final de 2021 a DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia permita o início da operação. A energia a produzir será destinada ao consumo dos CTT e, caso exista excedente, a mesma será injetada na rede.

Os CTT têm também investido regularmente na renovação da frota térmica convencional, que apresenta 3,6 anos de idade média, uma das maiores e mais jovens em Portugal.

A atual frota ecológica CTT conta com 336 veículos alternativos, na sua maioria composta por veículos elétricos, e corresponde a 9% da frota global. No período do relato entraram em operação mais 7 ligeiros de passageiros, 9 ligeiros de mercadorias e 5 *scooters*, sendo que o balanço total resulta em 15 veículos elétricos adicionais. Os veículos elétricos não emitem partículas e NO_x durante a sua utilização e, como os CTT adquirem 100% da eletricidade de origem renovável, o impacto carbónico destas viaturas elétricas é nulo, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Destaca-se ainda, durante o período de relato, a instalação de infraestrutura de carregamento no centro de distribuição postal de Arroios, em Lisboa, que permitirá a sua dotação em larga escala com veículos elétricos operacionais.

Frota alternativa dos CTT



Os km percorridos pela frota de veículos alternativos dos CTT aumentaram 129% face a 2020, devido não só ao aumento na quantidade deste tipo de veículo, mas também por otimização e expansão da sua atividade.

Sendo uma Empresa pioneira na incorporação de viaturas elétricas na sua frota automóvel e na inovação permanente dos seus produtos e serviços, os CTT testaram diversos veículos elétricos, em contexto operacional: bicicletas elétricas com atrelado, bicicleta elétrica “trike”, motociclos, triciclos e “tuk-tuks”. Todos estes veículos, por serem elétricos, caracterizam-se pelo facto de não emitirem gases com efeito de estufa durante a sua utilização, de serem silenciosos e também mais fáceis de conduzir (sem caixa de velocidades). Contribuem para a redução da pegada ecológica dos CTT e mitigam o risco das restrições de circulação em zonas urbanas/históricas a veículos convencionais. Esta avaliação é essencial para as opções futuras de aumento da frota elétrica dos CTT.

Verificou-se um crescimento de 4,3% nas emissões totais de CO₂ (scopes 1 e 2), comparativamente com o período homólogo do ano anterior, resultante maioritariamente do aumento nos km percorridos e nos consumos de combustível devido a alguma recuperação da atividade económica e à continuação da tendência de crescimento no *e-commerce*, embora se tenha também verificado uma redução acentuada nos consumos energéticos dos edifícios para climatização e aquecimento, fortemente influenciada pelas medidas tomadas face à pandemia de COVID-19.

Nas emissões totais de CO₂ scope 3 verificou-se um aumento no transporte por via aérea a nível nacional maioritariamente devido a um aumento de voos e capacidades disponibilizadas, e uma diminuição no transporte por via aérea internacional devido a menor quantidade de produto EMS transportado por existir ainda défice de oferta neste tipo de transporte e existirem países que mantêm restrições na operação postal. Verificou-se ainda um aumento das emissões no âmbito das operações de transporte subcontratado rodoviário em Espanha.

Também de salientar que as deslocações casa-trabalho-casa dos trabalhadores/as mostram uma tendência crescente em comparação com o período homólogo em que as restrições de circulação decretadas pelo Governo eram mais fortes.

As emissões indiretas (scope 3) resultam dos consumos indiretos que ocorrem ao longo da cadeia de valor, nos quais se enquadram os transportes subcontratados rodoviário, aéreo e marítimo, a distribuição efetuada por veículos pertencentes aos carteiros e as viagens de serviço e as viagens casa-trabalho-casa (*commuting*).

Sendo a transição energética uma tendência incontornável nos dias de hoje, os CTT pretendem continuar o seu percurso promovendo a eficiência ao nível do consumo de combustíveis fósseis e do consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis e apoiando a transição para uma incorporação sustentada e cada vez maior de veículos elétricos e/ou movidos a combustíveis alternativos na frota.

Ainda em relação à frota elétrica dos CTT, foi concluído no final do semestre um projeto piloto de gestão de mobilidade elétrica, com uma lógica de gestão e monitorização e controlo de toda a

operação, com o objetivo de contribuir para uma redução efetiva de custos e uma maior eficiência operacional. O projeto consistiu na utilização de solução de gestão, quer dos veículos, quer de uma infraestrutura de carregamento *low power*. A partir das conclusões do piloto será possível obter dados concretos comparativos entre frota elétrica e frota com motorização de combustão interna, bem como estimar o impacto que uma incorporação sustentada de veículos elétricos terá na infraestrutura elétrica dos CTT.

Após o lançamento pelos CTT, em 2020, do serviço *Green Deliveries*, em resposta à procura por soluções menos poluentes e carbonicamente neutras por parte dos seus clientes empresariais, assistiu-se no primeiro semestre a um crescimento no número de veículos e clientes afetos ao projeto. O serviço *Green Deliveries* permite que os clientes finais recebam as suas encomendas com veículos elétricos CTT na cidade de Lisboa e Porto, para os locais contratados. A eletricidade dos CTT é proveniente de fontes 100% renováveis, o que torna esta entrega neutra em carbono. Além disso, o projeto inclui a recolha de cápsulas de café para fins de reciclagem, aproveitando as viagens realizadas para a entrega das encomendas.

A sensibilização para os comportamentos seguros da condução é já um tema de habitual foco e relevância para os CTT, dada a dimensão da frota e o elevado número de trabalhadores/as que diariamente percorre as estradas do país. O Programa de Prevenção Rodoviária dos CTT abrange todas as dimensões em que a intervenção humana pode exercer uma influência positiva, dando especial atenção à formação e sensibilização de todos os trabalhadores/as. Neste âmbito, foram promovidas ações de formação e sensibilização internas.

Numa iniciativa que visa contribuir para um transporte mais sustentável, os CTT e a Michelin assinaram um acordo de colaboração para a gestão da manutenção dos pneus da sua frota de pesados e ligeiros de mercadorias de frota própria. Este acordo visa a implementação de uma gestão profissional de serviços de gestão e manutenção dos pneus desta frota dos CTT, que garantirão uma maior duração dos mesmos e que resultarão num menor consumo, tanto de pneus, como de combustível, reforçando ainda a segurança das pessoas e das cargas.

Em 2021 foi dado seguimento às ações previstas realizar pelos CTT no âmbito do Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030 e do Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa.

O compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 visa assegurar a contribuição dos vários agentes económicos para o alcance dos objetivos e metas definidas no âmbito do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima e que promove uma nova visão da cidade de Lisboa com vista à neutralidade carbónica em 2050. Para o efeito, os CTT submeteram 14 medidas com vista à melhoria do desempenho ambiental da Empresa nas seguintes categorias: energia, mobilidade, água, economia circular e cidadania e participação.

O Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa é um acordo público, voluntário, livre de encargos e colaborativo, entre a Câmara Municipal de Lisboa e um conjunto de 55

empresas e instituições, com o objetivo de melhorar ativamente a mobilidade na cidade de Lisboa, através do desenvolvimento de ações de mobilidade mais ecológicas, seguras e eficientes. A adesão a este pacto reforça publicamente o compromisso dos CTT em matéria de mobilidade sustentável e de gestão carbónica, numa atitude contínua de envolvimento, transparência e compromisso.

De modo a ir ao encontro das expectativas dos seus clientes, os CTT continuam a desenvolver a sua rede de cacifos *parcel lockers*. Através destes cacifos os clientes de *e-commerce* CTT podem levantar as suas encomendas de forma mais cómoda e num horário mais alargado. No final do primeiro semestre de 2021 a rede de cacifos era constituída por 97 unidades a nível nacional, estando previsto o seu alargamento até ao final do ano. A nível operacional os cacifos permitem aos CTT uma otimização das operações de distribuição ao entregar mais encomendas por km percorrido, com os consequentes ganhos ambientais associados.

Foram publicados diversos artigos e conteúdos de cariz ambiental e social na Revista CTT, de difusão interna, com vista à sensibilização dos trabalhadores/as. Do mesmo modo, foram também transmitidos conteúdos ambientais no canal CTT TV de transmissão interna, no edifício sede. Destaca-se a celebração do Dia Mundial da Terra, do Dia Nacional de Energia, do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Internacional da Biodiversidade, que envolveu passatempos para os trabalhadores/as e seus familiares, e a divulgação de dicas e sugestões sobre pequenos hábitos diários com vista à proteção ambiental. São igualmente divulgadas *e-newsletters* de conteúdos de sustentabilidade direcionadas aos trabalhadores/as das áreas operacionais.

Os CTT transmitiram ainda informação neste âmbito através nas redes sociais e do canal de TV da rede de lojas a nível nacional, para o público digital e para os clientes.



05

Governo societário

a nossa entrega é total



5. GOVERNO SOCIETÁRIO

5.1. Órgãos sociais e de gestão⁹

Conselho de Administração¹⁰

<i>Presidente:</i>	Raul Catarino Galamba de Oliveira
<i>Presidente Executivo:</i>	João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)
<i>Vogais:</i>	António Pedro Ferreira Vaz da Silva Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO) João Carlos Ventura Sousa João Miguel Gaspar da Silva (COO) Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia Steven Duncan Wood Duarte Palma Leal Champalimaud Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz Jürgen Schröder Margarida Maria Correia de Barros Couto María del Carmen Gil Marín Susanne Ruoff

Mesa da Assembleia Geral¹⁰

<i>Presidente:</i>	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
<i>Vice-Presidente:</i>	Teresa Sapiro Anselmo Vaz Ferreira Soares

Comissão de Vencimentos¹⁰

<i>Presidente:</i>	Fernando Paulo de Abreu Neves de Almeida
<i>Vogais:</i>	Manuel Carlos de Melo Champalimaud Christopher James Torino

Comissão Executiva¹¹

<i>Presidente:</i>	João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)
<i>Vogais:</i>	António Pedro Ferreira Vaz da Silva Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO) João Carlos Ventura Sousa João Miguel Gaspar da Silva (COO)

Comissão de Auditoria¹⁰

<i>Presidente:</i>	Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia
<i>Vogais:</i>	Steven Duncan Wood María del Carmen Gil Marín

⁹ Por referência à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar do 1º Semestre de 2021.

¹⁰ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29.04.2020 para o mandato de 2020/2022. João Eduardo Moura da Silva Freixa apresentou renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de

Administração dos CTT, conforme comunicado ao mercado a 10.12.2020, a qual produziu efeitos nos termos legais a 31.01.2021.

¹¹ Designados por deliberação do Conselho de Administração de 29.04.2020 para o mandato de 2020/2022.

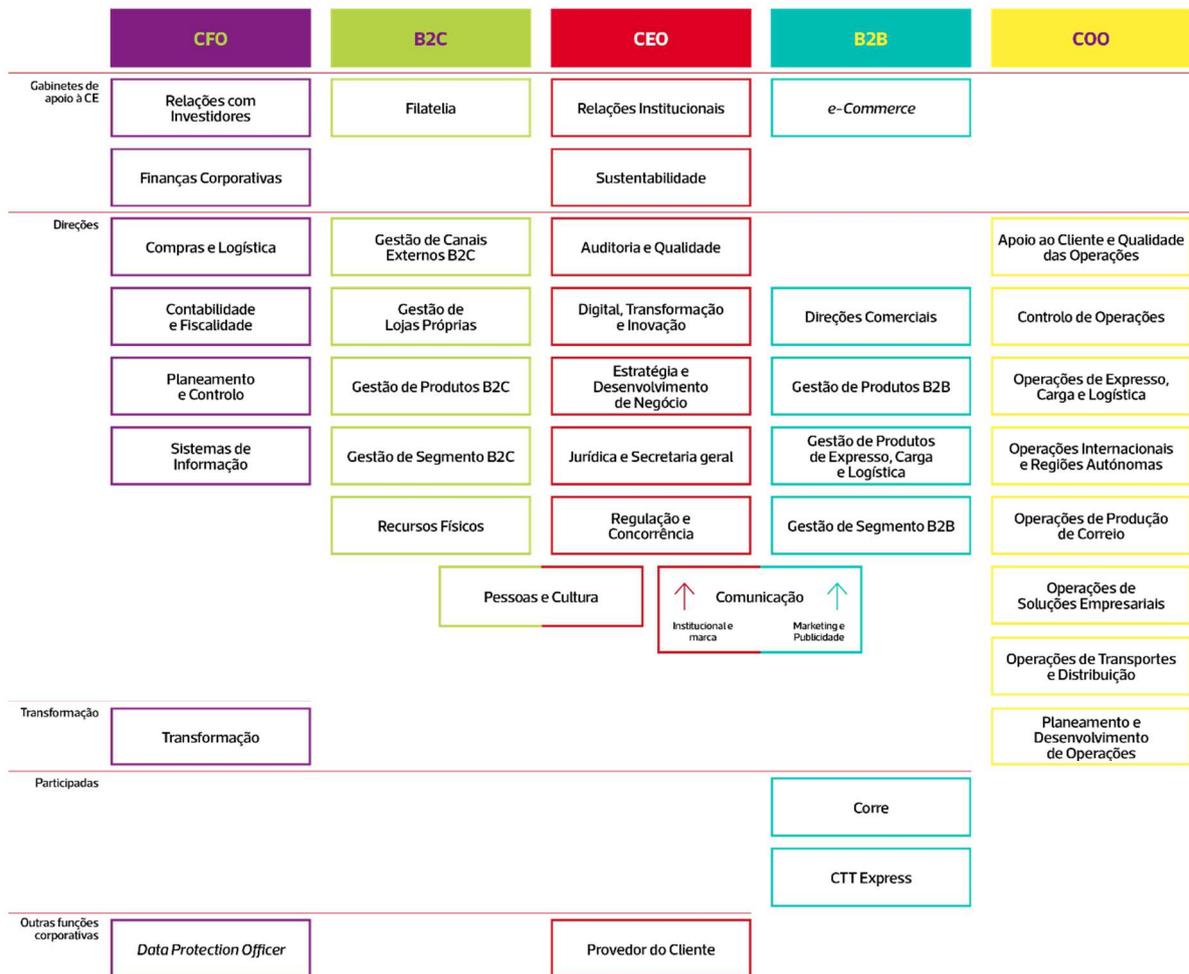
Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações ¹¹

Presidente: Raul Catarino Galamba de Oliveira
Vogais: Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
 Duarte Palma Leal Champalimaud

Revisor Oficial de Contas (ROC) ¹²

ROC Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada por Luís Pedro Magalhães Varella Mendes ou por Rui Abel Serra Martins
ROC Suplente: João Carlos Miguel Alves

Orgânica de gestão – estrutura organizacional



¹² Eleito em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29.04.2020, para o mandato de 2021/2023.

5.2. Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades

A Sociedade desenvolveu procedimentos de controlo interno que se encontram definidos no Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses ("Regulamento sobre Partes Relacionadas"), disponível em www.ctt.pt, com vista a reforçar os mecanismos de prevenção, identificação e resolução de situações de conflito de interesses e deste modo aumentar o grau de transparência e objetividade na gestão deste tipo de operações.

Nos termos do Regulamento sobre Partes Relacionadas, todas as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio da Comissão de Auditoria. Transações significativas são as de montante superior a um milhão de euros e/ou não pertencentes ao âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou fora das condições de mercado. São partes relacionadas, os Acionistas qualificados dos CTT, Dirigentes, Administradores/as de Sociedades Subsidiárias, ou

terceiros com qualquer destes relacionados através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos da IAS 24) e ainda Sociedades Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (*joint-ventures*) dos CTT. As demais transações com partes relacionadas são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior.

De acordo com os referidos procedimentos de controlo internos implementados e para efeitos do disposto na alínea e) do nº 5 do artigo 66º e do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, no primeiro semestre de 2021 não foram realizados negócios entre os CTT e os seus/suas Administradores/as diretamente ou por interposta pessoa.

Para efeitos de reporte quanto ao previsto no art.º 398º do CSC nenhum dos Administradores/as dos CTT exerceu, durante o primeiro semestre de 2021, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

A lista apresentada abaixo indica os cargos internos e externos à Sociedade desempenhados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar:

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Raul Catarino Galamba de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Comissão de Seleção e Vencimentos do Banco CTT, S.A. • Presidente da Comissão de Seleção da Payshop (Portugal), S.A. • Presidente da Comissão de Seleção da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. • Membro da Comissão de Ética dos CTT • Presidente (não executivo) do Conselho de Administração dos CTT • Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> • Administrador não executivo do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. • Administrador não executivo da José de Mello Capital, S.A. • Administrador não executivo da CUF, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Violante
João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. • Presidente do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. • Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dos CTT • Membro da Comissão de Seleção e Vencimentos do Banco CTT, S.A. • Membro da Comissão de Seleção da Payshop (Portugal), S.A. • Membro da Comissão de Seleção da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. • Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Correio Expresso de Moçambique, S.A. (CORRE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Membro do Conselho de Administração da International Post Corporation (IPC) • Sócio-Gerente da QPDM Consulting, Lda. • Membro do Conselho de Curadores da Fundação Alfredo de Sousa • Membro do Conselho Consultivo da APAC Portugal – Associação de Apoio ao Preso • Membro do Conselho Diretivo do ICF – Inclusive Community Forum – Nova SBE • Membro do Conselho Estratégico de Inovação da VdA – Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, RL • Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance, a título individual • Membro Permanente do Conselho Consultivo da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal • Vice-Presidente da Academia de Engenharia (Presidente em funções)

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A.• Membro do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A.• Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT• Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.• Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A.	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da Finerge, S.A.• Membro da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A.• Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A.• Membro do Conselho de Administração e <i>Chief Financial Officer</i> (CFO) dos CTT• Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da Finerge, S.A.• Membro da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
João Carlos Ventura Sousa	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A.• Presidente do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A.• Membro do Conselho de Administração da Correio Expresso de Moçambique, S.A. (CORRE)• Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT• Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.	
João Miguel Gaspar da Silva	<ul style="list-style-type: none">• Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A.• Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.• Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT• Membro do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A.	
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	<ul style="list-style-type: none">• Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT• Presidente da Comissão de Auditoria dos CTT	<ul style="list-style-type: none">• Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar Universitário de S. João, EPE• Membro não executivo do Conselho de Administração da SFS – Gestão de Fundos, SGOIC, S.A.• Presidente do Conselho Fiscal da Sogrape, SGPS, S.A.• Membro não executivo do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Impresa, SGPS, S.A.• Membro convidado da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística• Sócia-Gerente da Novais, Anacoreta & Associado, SROC• Membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa• Árbitro em matérias tributárias do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Steven Duncan Wood	<ul style="list-style-type: none"> Membro da Comissão de Auditoria dos CTT Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Professora auxiliar na Católica Porto <i>Business School</i> Fundador e Sócio-Administrador do Builders Institute, Inc. Sócio-Administrador da Greenwood Performance Investors, LLC Fundador e Sócio-Administrador da Greenwood Investors, LLC Membro do Conselho Consultivo da Cortland Associates, Inc.
Duarte Palma Leal Champalimaud	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Gerente da Sotaque – Assessoria de Comunicação e Traduções, Lda. Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Estratégia e Investimento do Grupo Manuel Champalimaud Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Capital Criativo HealthCare Investments II, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz – Coimbra S.A. Presidente do Conselho de Administração do H.M.E. – Gestão Hospitalar, S.A. Administradora do Hospital da Luz Funchal, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Hospital da Luz – Guimarães, S.A. Presidente do Conselho de Administração da GLSMED Learning Health, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Serviços, A.C.E. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz – Centro Clínico da Amadora, S.A. Presidente do Conselho de Administração da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A. Presidente do Conselho de Administração do CRB – Clube Residencial da Boavista, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz – Oeiras, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz, S.A. (LISBOA) Presidente do Conselho de Administração da Surgicare – Unidades de Saúde, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Vila Lusitano – Unidades de Saúde, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital Residencial do Mar, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Hospor – Hospitais Portugueses, S.A.

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Jürgen Schröder	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior de Carnaxide, S.A. Administradora da Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. Presidente do Conselho de Administração da RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz Arrábida, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A. Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Aveiro, S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde, S.A. Membro do International Advisory Board do The Lisbon MBA da Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa
Margarida Maria Correia de Barros Couto	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Comissão de Ética dos CTT Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Sócio Executivo da JS-Rat & Tat GmbH Membro do Conselho de Administração da ISR (<i>International School on the Rhine</i>) (Alemanha) Membro do Conselho de Administração do Marketing Club Düsseldorf (Alemanha) Presidente do GRACE – Empresas Responsáveis - Associação Membro do Conselho de Administração e Diretora Executiva (CEO) da Fundação Vasco Vieira de Almeida Secretária da Mesa da Assembleia Geral do Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar Secretária da Mesa da Assembleia Geral do BCSD Portugal – <i>Business Council for Sustainable Development</i> Presidente da Direção da Associação Vda Academia
María del Carmen Gil Marín	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT Membro da Comissão de Auditoria dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase, SGPS, S.A. Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase IMS2, S.A. Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. Membro do Conselho Geral da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Celfocus – Soluções Informáticas para Telecomunicações, S.A. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Novabase Enterprise Applications – Sistemas de Informação de Gestão Empresarial, S.A.

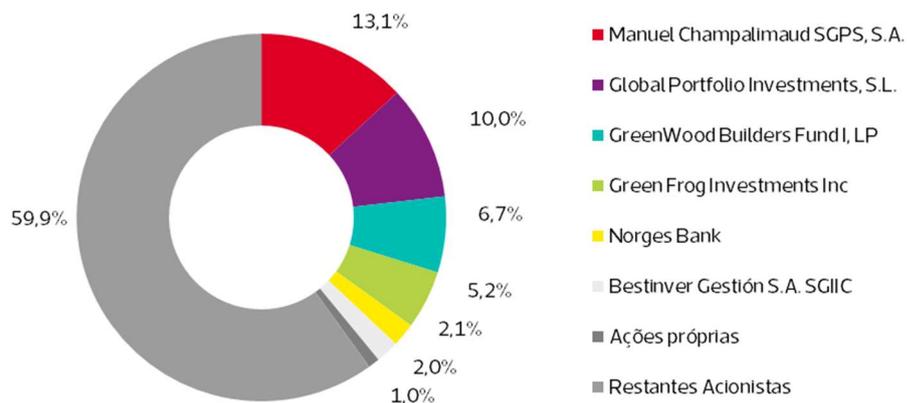
Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Susanne Ruoff	<ul style="list-style-type: none"> Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT 	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. Membro da Direção do Fórum de <i>Investor Relations</i> (FIR) - Associação Portuguesa de Responsáveis pelas Relações com Investidores Membro do Comité Consultivo do FCR ISTART I Membro da Direção e da Comissão de Organização e Vencimentos da Eldora AG (Suíça) <i>Chief Executive Officer</i> (CEO) da Ruoff Advisory GmbH (Suíça) Consultora do Conselho de Administração da Emirates Post, Dubai (EAU) Membro do Conselho Consultivo Estratégico da EPFL - École Polytechnique Fédérale de Lausanne (Suíça)

5.3. Estrutura de capital

No primeiro semestre de 2021 o capital social dos CTT era de 75.000.000 €, integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 150.000.000 de ações ordinárias (não existindo diferentes categorias), nominativas, escriturais, com

valor nominal de 0,50 € cada, admitidas à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

À data de 30 de junho de 2021, a composição acionista dos CTT, em termos de participações qualificadas, apresentava-se conforme segue:



5.4. Lista dos titulares de participações qualificadas

Estrutura acionista dos CTT à data de 30 de junho de 2021 tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade:

Acionistas	Nº Ações	% Capital	% Direitos de voto
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	12,887%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	0,235%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	13,122%	13,122%
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	10,039%
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	10,039%	10,039%
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	10.020.000	6,680%	6,680%
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	6,680%	6,680%
Green Frog Investments Inc	Total	5,153%	5,153%
Norges Bank	Total	2,070%	2,070%
Bestinver Gestión S.A. SGIC ⁽⁴⁾	Total	2,016%	2,016%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁵⁾	Total	1,000%	1,000%
Restantes acionistas	Total	59,919%	59,919%
TOTAL	150.000.000	100,000%	100,000%

⁽¹⁾ Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração à data do comunicado realizado pelo acionista qualificado em 23.03.2020. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

⁽²⁾ A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..

⁽³⁾ Greenwood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é *Managing Member*, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do Greenwood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a Greenwood Investors, LLC e a Greenwood Performance Investors, LLC.

⁽⁴⁾ A Bestinver Gestión S.A. SGIC é uma sociedade espanhola de gestão de fundos. Como tal, exerce os direitos de voto inerentes às ações que são propriedade das instituições de investimento que gere e representa. Além disso, foi outorgada à Bestinver Gestión, S.A. SGIC uma procuração para o exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos fundos de pensões geridos pela Bestinver Pensiones EGFP, S.A..

⁽⁵⁾ Ações detidas pelos CTT na sequência da conclusão, em 22.06.2021, da negociação no quadro do Programa de Recompra de ações próprias da Sociedade, cujos principais termos e condições constam do comunicado relativo ao início da negociação divulgado no dia 17.05.2021, (vide comunicados disponíveis no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=informacao&year=2021&search=>)

A informação atualizada à data de aprovação do presente relatório sobre as participações qualificadas na Sociedade pode também ser consultada em www.ctt.pt e no site da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), em www.cmvm.pt.

5.5. Ações próprias

Nos termos e de acordo com os limites da deliberação adotada no âmbito do Ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de acionistas dos CTT, realizada no dia 21 de abril de 2021, ao abrigo da qual foi autorizada a aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade e sociedades dependentes e da deliberação do Conselho de Administração dos CTT de 17 de maio de 2021, em conformidade com a qual foi aprovado um programa de recompra de ações próprias, no dia 20 de maio de 2021, os CTT deram início à negociação no quadro do referido programa de recompra.

Assim, a Sociedade procedeu, no período de 20 de maio a 22 de junho de 2021, à aquisição de ações próprias no mercado regulamentado Euronext Lisbon conforme se detalha no quadro infra:

Data da transação	Volume Agregado (ações)	Preço Médio Ponderado (€)	% Volume Total da Sessão	% Capital Social
20-05-2021	42.641	4,0070	11,28%	0,03%
21-05-2021	109.161	4,0277	26,14%	0,07%
24-05-2021	75.404	4,0093	18,88%	0,05%
25-05-2021	85.000	4,0191	29,06%	0,06%
26-05-2021	90.093	4,1853	9,48%	0,06%
27-05-2021	50.000	4,1660	7,19%	0,03%
28-05-2021	70.000	4,2129	14,57%	0,05%
31-05-2021	123.072	4,2698	29,43%	0,08%
01-06-2021	105.000	4,3138	13,68%	0,07%
02-06-2021	40.000	4,2913	12,02%	0,03%
03-06-2021	40.000	4,2438	12,77%	0,03%
04-06-2021	50.401	4,2730	12,80%	0,03%
07-06-2021	25.000	4,2900	16,57%	0,02%
08-06-2021	46.074	4,2639	17,34%	0,03%
09-06-2021	32.915	4,2807	9,09%	0,02%
10-06-2021	67.956	4,3811	12,44%	0,05%
11-06-2021	30.704	4,3338	11,70%	0,02%
14-06-2021	78.000	4,4160	12,20%	0,05%
15-06-2021	72.875	4,4499	11,80%	0,05%
16-06-2021	25.000	4,4080	7,98%	0,02%
17-06-2021	40.000	4,4150	13,92%	0,03%
18-06-2021	45.000	4,3611	8,51%	0,03%
21-06-2021	73.157	4,5391	8,11%	0,05%
22-06-2021	82.547	4,5521	11,37%	0,06%

À data de 30 de junho de 2021 e na presente data, os CTT são detentores de 1.500.001 ações próprias, com o valor nominal de 0,50€ correspondentes a 1,0% do capital social,

encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos por força do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC").



06

**Demonstrações
financeiras
consolidadas
intercalares
condensadas**

a nossa entrega é total



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2021

Euros

	NOTAS	31.12.2020	Não auditado 30.06.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	294.989.377	292.772.966
Propriedades de investimento	6	7.075.908	6.927.023
Ativos intangíveis	5	58.016.961	57.601.022
Goodwill		70.201.828	70.201.828
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		2.925.100	2.590.288
Outros investimentos		6.394	6.394
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	12.273.557	7.550.031
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	453.090.517	253.084.012
Outros ativos não correntes		1.063.789	632.144
Crédito a clientes bancários	10	985.355.687	1.046.405.477
Outros ativos financeiros bancários	9	11.422.884	8.265.987
Ativos por impostos diferidos	25	87.891.868	88.238.227
Total do ativo não corrente		1.984.314.351	1.834.275.879
Ativo corrente			
Inventários		6.601.999	6.399.349
Contas a receber		153.616.009	166.469.838
Crédito a clientes bancários	10	107.925.845	300.544.829
Diferimentos	11	6.498.759	9.735.233
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	7.281.273	6.875.183
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	45.160.057	43.914.886
Outros ativos correntes		33.728.584	60.616.816
Outros ativos financeiros bancários	9	29.456.513	11.132.627
Caixa e equivalentes de caixa	12	518.180.171	654.742.737
Ativos não correntes detidos para venda		908.449.210	1.260.431.498
		2.139.065	1.885.051
Total do ativo corrente		910.588.275	1.262.316.549
Total do ativo		2.894.902.626	3.096.592.428
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(8)	(6.404.963)
Reservas	15	65.919.935	66.306.219
Resultados transitados	15	39.962.419	43.894.076
Outras variações no capital próprio	15	(47.600.236)	(47.600.236)
Resultado líquido do período		16.669.309	17.186.714
Capital próprio atribuível a acionistas		149.951.419	148.381.810
Interesses não controlados		323.675	404.695
Total do capital próprio		150.275.094	148.786.505
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	164.034.127	156.770.231
Benefícios aos empregados		264.369.292	261.712.769
Provisões	19	17.416.354	25.406.496
Diferimentos	11	283.289	316.569
Outros passivos financeiros bancários	9	44.506.988	33.781.496
Passivos por impostos diferidos	25	2.793.698	2.632.716
Total do passivo não corrente		493.403.748	480.620.277
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	375.562.902	341.269.617
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	21	1.688.465.160	1.905.639.153
Benefícios aos empregados		18.630.568	18.162.555
Imposto a pagar	22	1.340.420	10.270.185
Financiamentos obtidos	18	42.832.626	48.900.111
Diferimentos	11	3.412.059	3.202.402
Outros passivos correntes		99.493.397	115.516.835
Outros passivos financeiros bancários	9	21.486.652	24.224.786
Total do passivo corrente		2.251.223.784	2.467.185.645
Total do passivo		2.744.627.532	2.947.805.923
Total do capital próprio e passivo		2.894.902.626	3.096.592.428

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ODIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2021

Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2021
Vendas e serviços prestados	3	316.456.988	372.191.809	153.063.959	185.909.613
Margem Financeira		21.382.995	25.741.101	10.957.420	14.182.696
Outros rendimentos e ganhos operacionais		11.327.549	14.850.803	5.236.706	7.364.452
		349.167.532	412.783.714	169.258.085	207.456.762
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(8.710.756)	(9.234.154)	(5.732.342)	(4.269.659)
Fornecimentos e serviços externos		(117.353.082)	(156.967.538)	(58.772.489)	(80.190.884)
Gastos com o pessoal	23	(170.271.336)	(185.492.787)	(81.952.417)	(96.155.579)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(3.761.294)	(813.720)	(2.559.130)	38.177
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(6.403.565)	(6.300.651)	(5.783.468)	(4.883.624)
Provisões (aumentos/reversões)	19	(889.640)	(28.708)	114.061	64.889
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(30.034.172)	(28.612.839)	(15.567.800)	(14.609.604)
Resultados de outros ativos e passivos financeiros bancários	3	-	14.382.705	-	12.171.894
Outros gastos e perdas operacionais		(7.462.797)	(8.720.484)	(3.412.243)	(4.505.242)
Ganhos/perdas com alienação de ativos	3	586.494	15.121	9.510	(1.316)
		(344.300.148)	(381.773.054)	(173.656.318)	(192.340.947)
		4.867.384	31.010.660	(4.398.233)	15.115.814
Gastos e perdas financeiros	24	(4.745.106)	(4.273.952)	(2.230.753)	(2.127.277)
Rendimentos financeiros	24	6.211	26.282	3.068	20.296
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(1.159.003)	(1.102.769)	(601.043)	(610.188)
		(5.897.899)	(5.350.439)	(2.828.729)	(2.717.169)
Resultado antes de impostos		(1.030.515)	25.660.221	(7.226.962)	12.398.645
Imposto sobre o rendimento do período	25	(897.715)	(8.404.833)	1.587.477	(3.876.808)
Resultado líquido do período		(1.928.230)	17.255.388	(5.639.485)	8.521.837
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		(1.984.332)	17.186.714	(5.665.874)	8.486.290
Interesses não controlados		56.102	68.674	26.390	35.547
Resultado por ação:	17	(0,01)	0,11	(0,04)	0,06

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2021

Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2021
Resultado líquido do período		(1.928.230)	17.255.388	(5.639.484)	8.521.837
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	(4.164)	12.347	(2.615)	13.897
Variações nas reservas de justo valor	15	355.891	(18.716)	390.392	15.785
Outras alterações no capital próprio		(50.211)	12.347	(2.416)	60.142
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		301.516	5.978	385.361	89.823
Rendimento integral do período		(1.626.714)	17.261.365	(5.254.123)	8.611.660
Atribuível a interesses não controlados		51.938	81.020	23.974	53.056
Atribuível aos acionistas dos CTT		(1.678.652)	17.180.346	(5.278.097)	8.558.604

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2021
 Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		75.000.000	(8)	65.852.595	(49.744.144)	10.867.301	29.196.933	242.255	131.414.932
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	29.196.933	(29.196.933)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	(86.009)	-	(15.806)	(101.815)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de impostos diferidos	15	-	-	-	-	-	-	-	2.143.908
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	67.340	2.143.908	-	-	-	67.340
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	(15.806)	-	-	(15.806)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	16.669.309	97.225	16.766.534
Rendimento integral do período		-	-	67.340	2.143.908	(101.815)	16.669.309	81.420	18.860.162
Saldo em 31 de dezembro de 2020		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.862.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Saldo em 1 de janeiro de 2021		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.862.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	16.669.309	(16.669.309)	-	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(12.750.000)	-	-	(12.750.000)
Aquisição de ações próprias	15	-	(6.404.955)	-	-	-	-	-	(6.404.955)
Plano de ações	15	-	(6.404.955)	405.000	-	-	-	-	405.000
Outros movimentos		-	-	405.000	-	3.919.309	(16.669.309)	-	(18.749.994)
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	(18.716)	-	-	-	12.347	(18.716)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	12.347	-	-	12.347
Resultado líquido do período	15	-	-	(18.716)	-	12.347	17.186.714	68.674	17.255.388
Rendimento integral do período		-	-	(18.716)	-	12.347	17.186.714	81.020	17.261.365
Saldo em 30 de junho de 2021 (não audiado)		75.000.000	(6.404.963)	66.306.219	(47.600.236)	43.894.076	17.186.714	404.695	148.786.505

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ODIRETOR DA CONTABILIDADE EFISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2021

Euros

	NOTAS	Não auditado 30.06.2020	Não auditado 30.06.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		310.935.758	361.228.416
Pagamentos a fornecedores		(149.815.466)	(184.032.120)
Pagamentos ao pessoal		(146.675.063)	(152.211.607)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		228.496.058	217.229.275
Crédito a clientes bancários		(105.376.978)	(284.670.550)
Caixa gerada pelas operações		137.564.308	(42.456.586)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		615.550	32.736
Outros recebimentos/pagamentos		(28.193.253)	(22.461.767)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		109.986.605	(64.885.616)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		870.185	188.750
Propriedades de investimento		55.000	-
Títulos de dívida	8	85.432.793	271.167.683
Depósitos no Banco de Portugal		11.731.434	-
Outros ativos financeiros bancários	9	13.565.000	86.590.000
Juros e rendimentos similares		16.220	16.774
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16.556.056)	(8.981.233)
Ativos intangíveis		(6.191.062)	(6.716.194)
Investimentos financeiros	7	-	(767.956)
Títulos de dívida	8	(152.334.478)	(221.420.854)
Depósitos no Banco de Portugal		-	(2.262.500)
Outros ativos financeiros bancários	9	(15.550.000)	(64.800.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(78.960.963)	53.014.470
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	11.259.039	33.840.063
Empréstimos		-	27.276.701
Depósitos de outras instituições de crédito		250.000	-
Outros passivos financeiros bancários	9	-	169.070.854
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11.307.511)	(35.881.158)
Depósitos de outras instituições de crédito		(38.131.082)	-
Outros passivos financeiros bancários	9	(15.168.848)	(10.721.757)
Juros e gastos similares		(717.067)	(776.459)
Passivos de locação	18	(13.399.816)	(15.159.693)
Aquisição de ações próprias		-	(6.404.954)
Dividendos	16	-	(12.750.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(67.215.286)	148.493.595
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(36.189.644)	136.622.449
Caixa e seus equivalentes no início do período		414.865.569	498.826.781
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	378.675.925	635.449.230
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		14.192.600	18.058.100
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		3.747.910	1.258.786
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(26.931)	(23.378)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		396.589.504	654.742.737

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	66
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	66
2.1 NOVAS NORMAS OU ALTERAÇÕES ADOTADAS PELO GRUPO	67
2.2 BASES DE APRESENTAÇÃO	68
3. RELATO POR SEGMENTOS	68
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	74
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	76
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	78
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	80
8. TÍTULOS DE DÍVIDA	82
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	84
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	87
11. DIFERIMENTOS	94
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	96
14. CAPITAL	97
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS	97
16. DIVIDENDOS	99
17. RESULTADOS POR AÇÃO	99
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	100
19. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	102
20. CONTAS A PAGAR	105
21. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	106
22. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR	106
23. GASTOS COM O PESSOAL	106
24. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	109
25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	109
26. PARTES RELACIONADAS	113
27. OUTRAS INFORMAÇÕES	114
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	116

1. Introdução

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Párpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Párpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do **Grupo**.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de agosto de 2021.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2020, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2021.

No presente exercício, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais que altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “*stock options*”, pelo que o **Grupo** aplicou o disposto na IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

Pagamento baseado em ações

Os benefícios concedidos aos membros executivos do Conselho de administração e aos quadros dirigentes dos CTT ao abrigo de Planos de remuneração de longo prazo são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio), são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o **Grupo** aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **COVID-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16** – Em maio de 2020, o IASB emitiu “COVID-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o COVID-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração é aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020. O **Grupo** não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.
- **Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro 2- Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)** – Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

O **Grupo** não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.

- **Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações à IFRS 4)** – O IASB emitiu "Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4)" em 25 de junho de 2020. O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 em dois anos (ou seja, de 2021 para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17 Contratos de Seguro.

Estas alterações, afetam apenas entidades do sector segurador, pelo que não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do **Grupo**.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2021, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

No que respeita ao Banco CTT, no presente exercício, no contexto do *Capital Requirements Regulation* (CRR-Regulation (EU)No575/2013), particularmente do artigo 178º que define o conceito de *Default*, foram emitidas novas orientações por parte da EBA, relativamente à implementação da definição de *Default* (EBA/GL/2016/07 e EBA/RTS/2016/06) com aplicação nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021.

A aplicação do novo conceito de *default* introduziu um conjunto de alterações que visam estabilizar e uniformizar a marcação dos créditos problemáticos, nomeadamente a forma de contagem dos dias vencidos e limiares de materialidade. Esta alteração de estimativa foi reconhecida nas demonstrações financeiras do **Grupo** de forma prospetiva.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o **Grupo** apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 2021, no relato por segmentos, simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações (abrangidas pela IFRS 16) a ser apresentado nos termos desta norma. Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- **Correio** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado com a cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens – Banco.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso, a CORRE e o Fundo de Inovação Techtree;
- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- **Banco** – Banco CTT, S.A., Payshop, 321 Crédito e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada ao “*chief operating decision maker*”.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades standard valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio e constituída pela rede de lojas e postos de correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da rede de retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento dos primeiros seis meses de 2020 e de 2021 são as seguintes:

Milhares de Euros	30.06.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	204.182	85.120	21.465	38.400	349.168
Vendas e prestação de serviços	202.398	84.841	21.229	7.989	316.457
Vendas	6.926	394	3.454	-	10.774
Prestação de serviços	195.472	84.447	17.774	7.989	305.683
Margem Financeira	0	-	-	21.383	21.383
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.784	279	237	9.028	11.328
Gastos operacionais - EBITDA	181.448	83.754	10.732	37.545	313.478
Gastos com pessoal	145.105	12.817	1.062	11.165	170.149
Fornecimentos e serviços externos	31.609	69.272	1.401	14.000	116.282
Outros gastos	8.190	942	3.032	3.829	15.993
Imparidades e Provisões	1.958	1.722	-	7.374	11.054
Prestações internas de serviços	(5.414)	(999)	5.237	1.176	-
EBITDA	22.734	1.366	10.733	855	35.689
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	22.172	4.586	176	3.100	30.034
EBIT Recorrente	562	(3.220)	10.558	(2.245)	5.655
Itens específicos	540	238	0	9	788
Reestruturações empresariais	12	71	-	-	82
Gastos com estudos e projetos estratégicos	479	54	-	-	533
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	50	113	0	9	172
EBIT	21	(3.457)	10.557	(2.254)	4.867
Resultados financeiros					(5.898)
Rendimentos financeiros líquidos					(4.739)
Gastos e perdas financeiros					(4.745)
Rendimentos financeiros					6
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.159)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					(1.031)
Imposto sobre o rendimento					898
Resultado antes de interesses não controlados					(1.928)
Interesses não controlados					56
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					(1.984)

Milhares de Euros	30.06.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	217.591	125.847	23.666	45.680	412.784
Vendas e prestação de serviços	215.452	125.536	23.464	7.740	372.192
Vendas	4.413	139	6.031	-	10.583
Prestação de serviços	211.039	125.397	17.434	7.740	361.609
Margem Financeira	0	-	-	25.741	25.741
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.139	311	201	12.199	14.851
Gastos operacionais - EBITDA	188.654	114.991	12.357	39.473	355.476
Gastos com pessoal	147.813	15.675	601	13.200	177.288
Fornecimentos e serviços externos	37.855	99.310	1.313	16.128	154.607
Outros gastos	7.230	792	5.453	4.328	17.802
Imparidades e Provisões	536	269	-	4.975	5.779
Prestações internas de serviços	(4.779)	(1.054)	4.991	842	-
EBITDA	28.937	10.855	11.308	6.207	57.307
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	19.326	5.425	54	3.807	28.613
EBIT Recorrente	9.611	5.430	11.254	2.399	28.694
Itens específicos	9.278	424	1	(12.019)	(2.316)
Reestruturações empresariais	8.015	174	-	-	8.189
Gastos com estudos e projetos estratégicos	843	-	-	380	1.223
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	420	250	1	(12.399)	(11.729)
EBIT	333	5.006	11.253	14.419	31.011
Resultados financeiros					(5.350)
Rendimentos financeiros líquidos					(4.248)
Gastos e perdas financeiros					(4.274)
Rendimentos financeiros					26
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.103)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					25.660
Imposto sobre o rendimento					8.405
Resultado antes de interesses não controlados					17.255
Interesses não controlados					69
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					17.186

Nos primeiros seis meses do período findo a 30 de junho de 2021, os itens específicos ascenderam a -2,3 M€ (-3,1 M€ face ao 1S20), discriminados da seguinte forma: (i) reestruturações empresariais de 8,2 M€, que refletem a provisão de 8,0 M€ constituída para a realização de cerca de 118 acordos de suspensão de contratos de trabalho, (ii) projetos estratégicos de 1,2 M€ e (iii) outros rendimentos e gastos de -11,7 M€, dos quais se destacam a mais valia de 14,4 M€ gerada pela venda de títulos de dívida pública para otimizar a posição financeira do Banco CTT no contexto do lançamento da parceria com a Sonae relativa ao cartão Universo e (iv) gastos relacionados com a pandemia de COVID-19, nomeadamente 0,6 M€ em equipamentos de proteção individual, nebulizações, medição de temperatura e reforço das limpezas.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros		
	30.06.2020	30.06.2021
Correio	204.182	217.591
Correio Transacional	173.092	185.430
Correio Editorial	6.435	6.617
Encomendas (SU)	2.652	3.876
Correio publicitário	8.606	9.116
Filatelia	2.422	2.440
Soluções empresariais	8.309	7.124
Outros	2.666	2.988
Expresso & encomendas	85.120	125.847
Portugal	51.807	67.121
CEP	41.491	58.555
Carga	5.380	4.649
Banca	3.360	2.301
Logística	1.185	1.215
Outros negócios	391	400
Espanha	31.880	57.223
Moçambique	1.434	1.503
Serviços Financeiros & Retalho	21.465	23.666
Poupança e seguros	12.616	12.390
Vales postais	3.007	2.818
Pagamentos	780	872
Produtos e Serviços de Retalho	4.952	7.469
Outros	111	116
Banco	38.400	45.680
Margem Financeira	21.383	25.741
Juros e rendimentos (+)	22.123	26.197
Juros e encargos (-)	(740)	(456)
Comissões Recebidas	15.479	18.600
Créditos	1.853	1.910
Poupança e Seguros	2.046	2.768
Contas e Cartões	3.286	5.392
Pagamentos	8.295	8.512
Outras comissões recebidas	(2)	17
Outros	1.539	1.339
	349.168	412.784

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestação de serviços e margem financeira, para o período findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

Natureza	30.06.2020				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Serviços postais	186.295.551	-	-	-	186.295.551
Serviços expresso	-	84.840.910	-	-	84.840.910
Venda produtos Merchandising	-	-	1.028.294	-	1.028.294
Apartados	-	-	695.075	-	695.075
Serviços postais internacionais (*)	16.102.554	-	-	-	16.102.554
Comissões Serviços Financeiros	-	-	19.505.165	29.372.433	48.877.599
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	202.398.105	84.840.910	21.228.535	29.372.433	337.839.983

(*) Correio Inbound

Natureza	30.06.2021				Total
	Correio e outros	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco & Pagamentos	
Serviços postais	196.520.639	-	-	-	196.520.639
Serviços expresso	-	125.535.616	-	-	125.535.616
Venda produtos Merchandising	-	-	1.128.937	-	1.128.937
Apartados	-	-	817.933	-	817.933
Serviços postais internacionais (*)	18.931.329	-	-	-	18.931.329
Comissões Serviços Financeiros	-	-	21.517.394	33.481.063	54.998.457
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	215.451.968	125.535.616	23.464.264	33.481.063	397.932.910

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	31.12.2020					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	19.192.607	5.634.469	166.504	28.879.018	4.144.364	58.016.961
Ativos fixos tangíveis	239.053.222	48.425.431	74.351	3.151.484	4.284.888	294.989.376
Propriedades de investimento	-	-	-	-	7.075.908	7.075.908
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	87.891.868	87.891.868
Contas a receber	-	-	-	-	153.616.009	153.616.009
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.093.281.532	-	1.093.281.532
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	19.554.830	-	19.554.830
Investimento em títulos ao custo amortizado	-	-	-	498.250.574	-	498.250.574
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	40.879.397	-	40.879.397
Outros ativos	6.137.166	7.559.469	17.349.976	4.973.905	14.804.590	50.825.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.543.023	-	231.741.308	273.895.841	518.180.172
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.139.065	-	2.139.065
	270.544.321	77.118.145	17.590.831	1.983.935.861	545.713.468	2.894.902.626

Ativos (Euros)	30.06.2021					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	20.623.037	5.992.828	162.763	27.343.493	3.478.901	57.601.022
Ativos fixos tangíveis	237.702.515	49.733.255	77.846	2.940.046	2.319.305	292.772.966
Propriedades de investimento	-	-	-	-	6.927.023	6.927.023
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	88.238.227	88.238.227
Contas a receber	-	-	-	-	166.469.838	166.469.838
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.346.950.306	-	1.346.950.306
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	14.425.214	-	14.425.214
Investimento em títulos ao custo amortizado	-	-	-	296.998.898	-	296.998.898
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	19.398.614	-	19.398.614
Outros ativos	6.675.230	11.325.233	29.878.105	6.219.550	25.882.586	79.980.705
Caixa e equivalentes de caixa	-	17.663.386	-	431.155.111	205.924.240	654.742.737
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	1.885.051	-	1.885.051
	271.162.108	87.670.455	30.118.714	2.208.401.032	499.240.120	3.096.592.428

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

	31.12.2020					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	5.530.649	2.385.548	25.062	6.028.632	-	13.969.891
Ativos fixos tangíveis	27.883.190	18.892.388	26.759	829.679	488.906	48.120.922
	33.413.839	21.277.937	51.821	6.858.311	488.906	62.090.814

	30.06.2021					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	2.966.221	1.729.422	9.028	1.245.939	-	5.950.610
Ativos fixos tangíveis	14.115.838	5.504.642	-	350.164	152.026	20.122.671
	17.082.059	7.234.064	9.028	1.596.104	152.026	26.073.280

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (3.478.901 Euros): O valor não alocado corresponde aos ativos intangíveis em curso, os quais têm sido alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- “Ativos fixos tangíveis” (2.319.305 euros): Este valor corresponde aos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que serão alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;
- “Propriedades de investimento” (6.927.023 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (88.238.227 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 25 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (166.469.838 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;

- “Outros ativos” (25.882.586 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, aos investimentos em associadas e aos investimentos em entidades conjuntamente controladas que não se encontram afetos à atividade operacional, razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento, bem como a algumas rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetas a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (205.924.240 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio, Serviços Financeiros & Retalho e Banco (negócio de pagamentos), não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	31.12.2020				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Financiamentos não correntes	135.280.954	27.330.780	45.727	1.376.666	164.034.127
Financiamentos bancários	74.799.925	-	-	-	74.799.925
Passivos de locação	60.481.029	27.330.780	45.727	1.376.666	89.234.203
Financiamentos correntes	27.225.711	14.773.659	25.114	808.142	42.832.626
Financiamentos bancários	7.125.000	9.731.747	-	-	16.856.747
Passivos de locação	20.100.711	5.041.912	25.114	808.142	25.975.879
	162.506.664	42.104.439	70.841	2.184.808	206.866.753

Outra informação (Euros)	30.06.2021				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Financiamentos não correntes	130.008.025	25.534.685	43.449	1.184.071	156.770.231
Financiamentos bancários	67.924.373	-	-	-	67.924.373
Passivos de locação	62.083.653	25.534.685	43.449	1.184.071	88.845.858
Financiamentos correntes	34.979.668	13.190.838	28.955	700.650	48.900.111
Financiamentos bancários	14.125.000	7.721.901	-	-	21.846.901
Passivos de locação	20.854.668	5.468.937	28.955	700.650	27.053.210
	164.987.693	38.725.524	72.404	1.884.720	205.670.342

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.06.2020	30.06.2021
Rendimentos - Portugal	260.292	281.254
Rendimentos - outros países	56.165	90.938
	316.457	372.192

As demonstrações financeiras estão sujeitas a sazonalidade, no entanto esta não afeta a comparabilidade entre períodos idênticos num determinado ano.

Contudo, existem fatores atípicos/não recorrentes que podem afetar a comparabilidade entre iguais períodos dos diversos anos como por exemplo o número de dias úteis (feriados móveis ou ao fim de semana) do período, eventos especiais (eleições, campanhas promocionais de clientes) que podem impactar na receita no sentido de aumentar/diminuir de um período para outro.

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 54.502 milhares de Euros.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, relativo ao **Grupo** foi o seguinte:

	31.12.2020								Total	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos		Direitos de Uso
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.580.031	338.964.540	156.184.436	3.603.651	69.355.884	29.646.684	3.491.573	2.414.000	179.623.789	818.864.586
Aquisições	-	504.793	5.889.978	18.383	1.360.619	1.017.256	9.231.168	1.445.666	-	19.467.863
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	28.653.059	28.653.059
Alienações	(8.099)	(149.792)	(698.530)	(11.218)	(11.852)	-	-	-	-	(879.492)
Transferências e abates	(92.105)	(198.094)	7.218.821	(4.359)	(30.807)	(5.366.247)	(6.703.094)	(2.621.849)	(35.817)	(7.833.550)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Remunerações	-	-	-	-	-	-	-	-	8.401.849	8.401.849
Regularizações	-	(5.565)	(142.681)	(3.553)	(32.734)	795.215	-	-	-	610.682
Remunerações prazos locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.301.526
Saldo final	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.737.406	219.979.639	132.705.076	3.356.342	62.408.163	24.278.473	-	-	108.932.275	555.397.374
Depreciações do período	-	9.351.195	6.428.855	58.602	2.588.994	1.316.488	-	-	24.474.381	44.218.515
Alienações	(460)	(95.058)	(680.459)	(11.218)	(11.275)	-	-	-	-	(798.470)
Transferências e abates	(13.188)	(1.687.893)	(50.136)	(4.359)	405	(5.357.759)	-	-	(26.863)	(7.139.794)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Regularizações	-	(1.504)	(79.048)	(4.276)	(8.975)	(6.138)	-	-	-	(99.940)
Saldo final	3.723.758	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Outras variações	-	-	-	-	-	(4.712)	-	-	-	(4.712)
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.756.069	111.569.503	30.127.737	207.812	5.663.798	5.842.383	6.019.646	1.237.817	102.564.612	294.989.377

	30.06.2021								Total	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos		Direitos de Uso
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Aquisições	-	460.579	1.993.655	13.168	412.439	405.563	2.020.063	478.336	-	5.788.802
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	14.338.869	14.338.869
Alienações	-	-	(649.914)	(9.311)	-	-	-	-	(90.317)	(741.162)
Transferências e abates	9.352	2.923.216	18.564	-	(126.306)	(288.016)	(2.887.101)	-	(221.960)	(274.487)
Regularizações	-	3.746	1.22.120	7.082	7.649	4.612	-	-	(90)	145.119
Outros movimentos	-	-	-	-	-	23.750	-	-	(133.048)	(109.298)
Saldo final	35.489.179	342.503.421	169.934.450	3.622.222	70.934.891	26.238.817	5.152.608	1.716.154	245.271.724	900.863.467
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.737.406	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Depreciações do período	-	4.448.453	3.259.858	30.395	801.186	646.401	-	-	33.123.139	22.309.433
Alienações	-	-	(617.072)	(3.88)	-	-	-	-	-	(617.460)
Transferências e abates	602	2.920	7.064	-	(126.306)	(285.824)	-	-	(82.462)	(484.007)
Regularizações	-	1.275	58.254	3.385	6.276	4.294	-	-	-	73.484
Saldo final	3.724.360	231.999.026	141.032.392	3.428.484	65.658.468	20.595.936	-	-	141.632.375	608.071.041
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.764.819	110.504.395	28.902.058	193.738	5.276.423	5.623.422	5.152.608	1.716.154	103.639.349	292.772.966

As depreciações contabilizadas no **Grupo** no montante de 22.309.433 Euros (21.244.402 Euros em 30 de junho de 2020), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No **Grupo**, em 30 junho de 2021, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções”, incluem 506.585 Euros (552.634 Euros em 31 dezembro de 2020) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31 de dezembro de 2013, no termo da concessão reverterem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

No primeiro semestre de 2021, o **Grupo** procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos fixos tangíveis, destacando-se o equipamento informático da classe de equipamento administrativo, estendendo as mesmas, essencialmente, de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da depreciação no período de seis meses findo a 30 de junho de 2021 de 452 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 880 milhares de euros.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e CTT Expresso.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de máquinas de tratamento de correio num valor aproximado de 1.187 mil Euros, na CTT Expresso.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de diverso equipamento microinformático num valor aproximado de 144 mil Euros, nos CTT e a aquisição de diversos equipamentos microinformáticos no valor aproximado de 96 mil Euros na CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 175 mil Euros nos CTT.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os ativos fixos tangíveis em curso do **Grupo** em 30 de junho de 2021 são constituídos, essencialmente, por beneficiações de instalações operacionais, nomeadamente, de lojas, centros de distribuição postal e centros de produção e logística.

Direitos de Uso

Na sequência da adoção da IFRS 16 o **Grupo** reconheceu direitos de uso que se detalham como segue, por tipologia de bem subjacente:

	31.12.2020			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	157.442.425	20.652.319	1.529.045	179.623.789
Novos Contratos	15.254.946	13.349.576	48.537	28.653.059
Transferências e abates	(35.817)	-	-	(35.817)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Remensurações	8.401.849	-	-	8.401.849
Remensurações prazos locação	19.301.526	-	-	19.301.526
Saldo final	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	101.657.089	6.678.395	596.791	108.932.275
Depreciações do período	18.004.732	6.150.313	319.337	24.474.381
Transferências e abates	(26.863)	-	-	(26.863)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Saldo final	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Ativos fixos tangíveis líquidos	80.729.971	21.173.188	661.454	102.564.612

	30.06.2021			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Novos Contratos	13.724.832	614.036	-	14.338.869
Transferências e abates	(70.556)	(19.761)	-	(90.317)
Contratos findos	(22.196)	-	-	(22.196)
Regularizações	(90)	-	-	(90)
Outros movimentos	(133.048)	-	-	(133.048)
Saldo final	211.519.109	32.277.588	1.475.027	245.271.724
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Depreciações do período	9.582.679	3.424.024	116.436	13.123.139
Transferências e abates	(70.569)	(11.894)	-	(82.462)
Contratos findos	(22.196)	-	-	(22.196)
Saldo final	126.780.110	13.922.255	930.009	141.632.375
Ativos fixos tangíveis líquidos	84.738.999	18.355.333	545.018	103.639.349

A 31 de dezembro de 2020, a rubrica remensurações prazos de locação decorre da aplicação da nova interpretação emitida pelo *IFRIC Committee* que veio alterar o entendimento sobre o conceito de prazo de locação.

As depreciações contabilizadas, no **Grupo**, no montante de 13.123.139 Euros (11.350.910 Euros em 30 de junho de 2020), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

Informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 24), respetivamente.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

Os CTT têm em curso uma análise para a possível constituição de um fundo de investimento imobiliário para rentabilização dos seus ativos fixos imobiliários. As avaliações finais e atualizadas para as atuais condições de mercado correspondentes a estes ativos só serão concretizadas após decisão de implementação desta iniciativa, as quais irão determinar a seleção dos ativos a integrar o fundo.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Tangíveis do **Grupo** totalizam, a 30 de junho de 2021, 1.755.425 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes ao **Grupo**, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2020						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	113.876.654	16.848.440	444.739	16.088.740	151.639.125
Aquisições	-	1.918.046	580.006	-	11.471.839	13.969.891
Transferências e abates	-	17.921.450	(50.300)	-	(18.271.063)	(399.913)
Regularizações	-	-	(102.410)	-	(80.876)	(183.287)
Saldo final	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.376.994	74.396.033	10.408.714	444.739	-	89.626.480
Amortizações do período	1.273	16.684.697	1.201.314	-	-	17.887.283
Transferências e abates	-	(404.012)	(50.300)	-	-	(454.312)
Regularizações	-	-	(50.597)	-	-	(50.597)
Saldo final	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Ativos intangíveis líquidos	2.285	43.039.433	5.766.604	-	9.208.639	58.016.961

30.06.2021						
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Aquisições	-	1.163.408	521.389	-	4.265.813	5.950.610
Alienações	-	(255.750)	-	-	-	(255.750)
Transferências e abates	-	4.861.660	(102.919)	-	(4.861.660)	(102.919)
Regularizações	-	-	68.584	-	-	68.584
Saldo final	4.380.552	139.485.469	17.762.790	444.739	8.612.791	170.686.341
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Amortizações do período	637	5.495.449	646.729	-	-	6.142.816
Transferências e abates	-	-	(102.919)	-	-	(102.919)
Regularizações	-	-	36.567	-	-	36.567
Saldo final	4.378.904	96.172.167	12.089.509	444.739	-	113.085.319
Ativos intangíveis líquidos	1.648	43.313.302	5.673.281	-	8.612.791	57.601.022

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2021 respeitantes ao **Grupo**, no montante de 6.142.816 Euros (8.587.673 Euros em 30 de junho de 2020) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No primeiro semestre de 2021, o Grupo procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos intangíveis, destacando-se o software aplicacional, pertencente à classe de programas de computador, respetivamente, estendendo as mesmas de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da amortização no período de seis meses findo a 30 de junho de 2021 de 3.054 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 5.586 milhares de euros.

Na rubrica “Propriedade Industrial” referente ao **Grupo**, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do período.

Foram capitalizados em “programas de computador” ou “ativos intangíveis em curso”, os valores de 481.562 Euros e 450.503 Euros, respetivamente, em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, que dizem respeito à participação de recursos internos do **Grupo** no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte da CTT Expresso do *software* “Microserv” no valor aproximando de 276 mil Euros, do *software* “SalesForce” no valor aproximando de 67 mil Euros e do *software* “Integração e Processos” no valor aproximando de 83 mil Euros.

Propriedade Industrial:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT, de licenças “Citrix” no valor de 321 mil Euros e licenças “Security & performance analytics” no valor de 169 mil Euros.

Os ativos intangíveis em curso do **Grupo** em 30 de junho de 2021 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	Grupo
Nova plataforma pagamentos	2.395.217
Solução OneBiller	825.171
Demimimis - software	481.954
CRM - Software	427.642
Correio Empresarial - Rev. Assurance - software	370.467
Informação de Gestão - Software	210.180
	4.710.631

A plataforma de pagamentos corresponde a uma nova solução de pagamentos para a Payhshop que se perspectiva que entre em produção de forma faseada no terceiro trimestre de 2021. Este ativo foi adquirido em 2020 e necessitou de um trabalho aprofundado de levantamento, modelo de infraestrutura, segurança e interfaces com os sistemas existentes.

O **Grupo** não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2021.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os Ativos intangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

O valor das despesas de pesquisa e desenvolvimento incorridas pelo Grupo no ano de 2020, no montante de 5.304.741 Euros foi divulgado na Nota 25.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis do Grupo totalizam no período de seis meses findo a 30 de junho de 2021, 2.722.491 Euros.

6. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o **Grupo** tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

31.12.2020			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.312.358	15.009.771	18.322.129
Alienações	(15.801)	(66.406)	(82.207)
Transferências e abates	(104.524)	(1.660.814)	(1.765.338)
Saldo final	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	213.853	9.706.133	9.919.985
Depreciações do período	-	235.404	235.404
Alienações	(85)	(21.759)	(21.844)
Transferências e abates	(11.259)	(1.173.919)	(1.185.178)
Saldo final	202.509	8.745.858	8.948.368
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	749.144	749.144
Perdas por imparidade do período	-	(298.836)	(298.836)
Saldo final	-	450.308	450.308
Propriedades de investimento líquidas	2.989.524	4.086.384	7.075.908
30.06.2021			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Transferências e abates	(9.352)	(80.058)	(89.409)
Saldo final	3.182.682	13.202.493	16.385.175
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	202.509	8.745.858	8.948.368
Depreciações do período	-	113.939	113.939
Transferências e abates	(602)	(37.363)	-
Saldo final	201.908	8.822.435	9.024.343
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	450.308	450.308
Perdas por imparidade do período	-	(16.499)	(16.499)
Saldo final	-	433.809	433.809
Propriedades de investimento líquidas	2.980.774	3.946.249	6.927.023

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do **Grupo**, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos fixos dos CTT classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2020 efetuadas por entidades independentes, ascende a 11.956.192 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Transferências e Abates no montante de 1.765.338 Euros, respeita à transferência para ativos fixos tangíveis, assim como das respetivas depreciações acumuladas no montante de 1.185.178 Euros, de um conjunto de imóveis que passaram a estar afetos à atividade operacional do Grupo.

As depreciações o período de seis meses findo a 30 de junho de 2021, no montante de 113.939 Euros (128.293 Euros em 30 de junho de 2020) foram registadas na rubrica "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No período de seis meses findo a 30 de junho de 2021, o montante de rendas cobradas pelo **Grupo** pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 11.045 Euros (30 de junho de 2020: 10.439 Euros).

Em 31 de dezembro de 2020, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (298.836) Euros, foram registadas na rubrica "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)", sendo explicadas pelo aumento do valor de mercado de alguns edifícios, bem como pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis mencionados anteriormente.

Em 30 de junho de 2021, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (16.499) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelo pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.06.2021		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
Empresa-mãe								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Paysshop Portugal, S.A. ("Paysshop")	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	-	100	100	-	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II n.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Fundo Inovação TechTree ("TechTree")	Portugal	Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa	25	75	100	25	75	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7º B 1050-083 Lisboa	-	100	100	-	100	100

Relativamente à empresa “CORRE”, em virtude de o **Grupo** ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 9 de outubro de 2020, o **Grupo** criou a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., que atua na área da prestação de serviços de consultoria para os negócios e apoio à gestão e administração de empresas, integrando o perímetro de consolidação em 2020.

Em dezembro de 2020, os CTT e um conjunto de suas subsidiárias, subscreveram unidades de participação (UPs) do fundo de investimento e inovação, TechTree. As entidades subscritoras deste fundo têm a possibilidade de beneficiar do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), destinado a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento. O fundo TechTree integrou o perímetro de consolidação em 2020.

Em 25 de janeiro de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A. subscreveram um aumento de capital social na subsidiária Banco CTT, S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 10.000.000 euros dando origem à emissão de 10.000.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social do Banco CTT, S.A. no valor de 286.400.000 euros passou para 296.400.000 euros.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o **Grupo** detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.06.2021		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Armadora	51	-	51	51	-	51
MKTPlace - Comércio Eletrónico, S.A. ("MKTP")	Portugal	Rua Eng.º Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	-	50	50	-	50

A entidade MKTplace – Comércio Eletrónico, S.A., uma parceria realizada com a Sonae – SGPS, S.A. é uma plataforma de comércio eletrónico que presta serviços integrados de intermediação de relações comerciais entre comerciantes e consumidores. Cada um dos acionistas, CTT e Sonae, detêm 50% do capital da referida entidade.

Em 31 de março de 2021, a entidade MKTPlace – Comércio Eletrónico, S.A. foi alvo de um aumento de capital sob a forma de prestação acessória, sendo aprovado o montante de 2.305.562 euros. Foi realizado a 12 de abril de 2021, o montante de 767.956 euros e o remanescente irá ocorrer em julho e outubro de 2021 no montante de 621.069 euros e 916.537 euros, respetivamente.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o **Grupo** detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.06.2021		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
Mafelosa, SL ^(*)	Espanha	Castellon - Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ^(*)	Espanha	Málaga - Espanha	-	30	30	-	30	30

^(*) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajera, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do **Grupo** inclui as seguintes entidades estruturadas:

	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1 ^(*)	2017	Portugal	23,9%	Integral
Chaves Funding No.8 ^(*)	2019	Portugal	100%	Integral
Next Funding No.1 ^(*)	2021	Portugal	100%	Integral

() Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos.*

Nas demonstrações financeiras consolidadas a 30 de junho de 2021, foi incluída pela primeira vez a entidade estruturada Next Funding No.1. Esta entidade resulta da parceria entre o Banco CTT e a Sonae Financial Services para o financiamento do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. Os ativos subjacentes da operação Next Funding No.1 foram consolidados e reconhecidos nas contas consolidadas do Banco CTT por se considerar que o Banco CTT i) é responsável por todas as atividades relevantes inerentes à gestão dos ativos subjacentes, ii) tem exposição aos rendimentos variáveis e iii) tem a capacidade de afetar os seus retornos variáveis através do poder de gerir as atividades relevantes.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do **Grupo**:

	31.12.2020	30.06.2021
Caixa e equivalentes de caixa	9.896.409	19.632.335
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos)	44.517.924	33.790.413

Alterações no perímetro de consolidação

Em 2020, o perímetro de consolidação passou a integrar a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., constituída em 9 de outubro de 2020, e o fundo de investimento e inovação, TechTree, constituído em dezembro de 2020.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a entidade estruturada Next Funding No.1. passou a integrar o perímetro de consolidação.

8. Títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, no **Grupo** a rubrica “Títulos de dívida” detalha-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	860.281	542.068
Obrigações de outros emissores	11.413.276	7.007.963
	12.273.557	7.550.031
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	450.600.878	253.184.048
Obrigações de outros emissores	2.665.125	-
Imparidade	(175.486)	(100.036)
	453.090.517	253.084.012
	465.364.074	260.634.043
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	6.760.199	5.527.871
Obrigações de outros emissores	521.074	1.347.312
	7.281.273	6.875.183
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	39.973.188	33.391.934
Obrigações de outros emissores	5.193.374	10.528.612
Imparidade	(6.505)	(5.660)
	45.160.057	43.914.886
	52.441.330	50.790.069
	517.805.404	311.424.112

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros e de 5.684 Euros, respetivamente.

O decréscimo verificado nos títulos de dívida pública ao custo amortizado é justificado pela venda de títulos para financiamento da parceria com a Sonae no cartão Universo.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, apresenta-se como segue:

	31.12.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	45.271	6.714.928	6.760.199	860.281	-	860.281	7.620.481
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	521.074	-	521.074	11.413.276	-	11.413.276	11.934.350
	566.345	6.714.928	7.281.273	12.273.557	-	12.273.557	19.554.830
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	4.492.510	13.931.350	18.423.860	60.600.346	209.854.020	270.454.366	288.878.226
Estrangeiros	993.484	20.555.844	21.549.328	24.543.252	155.603.260	180.146.511	201.695.839
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	5.193.374	-	5.193.374	2.665.125	-	2.665.125	7.858.500
	10.679.369	34.487.193	45.166.562	87.808.724	365.457.279	453.266.003	498.432.565

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2020 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros.

	30.06.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral⁽¹⁾							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	2.488.473	3.039.397	5.527.871	542.068	-	542.068	6.069.939
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	4.637	1.342.675	1.347.312	7.007.963	-	7.007.963	8.355.275
	2.493.110	4.382.073	6.875.183	7.550.031	-	7.550.031	14.425.214

⁽¹⁾ Com referência a 30 de junho de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 5.684 Euros.

	30.06.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	5.579.589	1.114.426	6.694.015	69.325.041	101.654.958	170.979.999	177.674.014
Estrangeiros	13.700.670	12.997.250	26.697.919	8.114.470	74.089.579	82.204.049	108.901.969
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	9.000.683	1.527.929	10.528.612	-	-	-	10.528.612
	28.280.941	15.639.605	43.920.546	77.439.511	175.744.537	253.184.048	297.104.594

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	5.878	(101)	-	(84)	5.918
Ativos financeiros ao custo amortizado	169.217	23.878	(15.549)	-	(2.060)	175.486
	169.442	29.756	(15.650)	-	(2.144)	181.404
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	-	3.487	(60)	-	84	3.511
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.136	885	(576)	-	2.060	6.505
	4.136	4.372	(636)	-	2.144	10.016
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	9.365	(161)	-	-	9.429
Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	24.763	(16.125)	-	-	181.991
	173.578	34.128	(16.286)	-	-	191.420

	30.06.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	5.918	-	(1.960)	-	(983)	2.975
Ativos financeiros ao custo amortizado	175.486	2.772	(74.982)	-	(3.240)	100.036
	181.404	2.772	(76.942)	-	(4.223)	103.011
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.511	-	(1.785)	-	983	2.709
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.505	157	(4.242)	-	3.240	5.660
	10.016	157	(6.027)	-	4.223	8.369
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	-	(3.745)	-	-	5.684
Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	2.929	(79.224)	-	-	105.696
	191.420	2.929	(82.969)	-	-	111.380

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	9.365	-
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161)	(3.354)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	-	(391)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	5.684

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.06.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	9.204	(3.745)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	5.684

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.06.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	11.139	2.929
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	1.636	(64.399)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(4.136)	(14.825)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	105.696

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.06.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	8.639	(76.296)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	105.696

De acordo com a política contabilística em vigor, o Banco CTT avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento definidos nas políticas contabilísticas.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, no **Grupo** as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2020	30.06.2021
Ativo não corrente		
Empréstimos a instituições de crédito	11.424.488	8.264.106
Imparidade	(3.712)	(2.685)
Outros	2.107	4.566
	11.422.884	8.265.987
Ativo corrente		
Aplicações em instituições de crédito	20.000.635	2.350.000
Empréstimos a instituições de crédito	7.504.875	6.519.234
Imparidade	(23.980)	(2.874)
Outros	5.213.955	5.488.747
Imparidade	(3.238.971)	(3.222.481)
	29.456.513	11.132.627
	40.879.397	19.398.614
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	44.506.988	33.781.496
	44.506.988	33.781.496
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	10.936	8.918
Outros	21.475.716	24.215.869
	21.486.652	24.224.786
	65.993.640	58.006.282

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Até 3 meses	12.872.862	2.097.109
De 3 a 12 meses	14.632.648	6.772.126
De 1 a 3 anos	10.462.768	8.264.106
Mais de 3 anos	961.721	-
	38.929.998	17.133.340

As aplicações em instituições de crédito apresentaram no período de seis meses uma taxa média anual de 1,012% (31 de dezembro de 2020: 1,179%).

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	47.303	19.840	(180.787)	-	137.625	23.980
Outros	4.182.457	32.889	(976.375)	-	-	3.238.971
	4.229.760	52.729	(1.157.162)	-	137.625	3.262.951
	4.396.009	55.800	(1.185.146)	-	-	3.266.663

	30.06.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.712	649	(11.340)	-	9.664	2.685
	3.712	649	(11.340)	-	9.664	2.685
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	23.980	695	(12.137)	-	(9.664)	2.874
Outros	3.238.971	-	(16.490)	-	-	3.222.481
	3.262.951	695	(28.627)	-	(9.664)	3.225.355
	3.266.663	1.344	(39.967)	-	-	3.228.040

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	22.911	1.344
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161.468)	(2.035)
Ativos financeiros desconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(47.303)	(21.443)
Imparidade	27.692	5.559

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020	30.06.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(185.860)	(22.133)
Imparidade	27.692	5.559

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Securitizações	44.517.924	33.790.413
	44.517.924	33.790.413

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2020					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	30.401.824	30.429.037
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	6.992.378
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.096.509
				44.501.824	44.517.924
30.06.2021					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	19.680.067	19.690.029
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	6.998.296
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.102.088
				33.780.067	33.790.413

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2020					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924
	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924

30.06.2021					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	44.517.924	-	(10.721.757)	(5.753)	33.790.413
	44.517.924	-	(10.721.757)	(5.753)	33.790.413

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	31.12.2020						
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924
	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924

	30.06.2021						
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	8.918	-	8.918	-	33.781.496	33.781.496	33.790.413
	8.918	-	8.918	-	33.781.496	33.781.496	33.790.413

A rubrica Outros passivos correntes regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, no **Grupo** a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.06.2021
Crédito vivo	1.101.441.373	1.361.435.846
Crédito habitação	525.082.831	564.613.935
Crédito automóvel	568.273.557	601.580.635
Cartões de crédito	-	188.314.873
Locação financeira	6.936.643	5.809.304
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	1.117.099
Crédito vencido	8.505.242	9.222.045
Crédito vencido - menos de 90 dias	1.008.648	973.593
Crédito vencido - mais de 90 dias	7.496.594	8.248.452
	1.109.946.614	1.370.657.890
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(23.707.584)
	1.093.281.532	1.346.950.306

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, apresenta-se como segue:

		31.12.2020							
		Corrente				Não corrente			Total
		À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Crédito habitação	-	3.678.902	10.649.699	12	14.328.613	29.885.595	480.868.635	510.754.230	525.082.842
Crédito automóvel	-	24.671.168	62.937.327	6.623.827	94.232.322	163.219.651	317.445.413	480.665.063	574.897.386
Locação financeira	-	364.790	1.390.217	209.623	1.964.630	3.068.253	2.113.383	5.181.635	7.146.265
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	-	-	1.044.947	2.193.289	-	-	-	2.193.289
Outros créditos	-	-	-	626.832	626.832	-	-	-	626.832
		1.148.342	28.714.860	74.977.243	8.505.242	113.345.686	196.173.498	800.427.430	996.600.928
									1.109.946.614

		30.06.2021							
		Corrente				Não corrente			Total
		À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Crédito habitação	-	4.027.625	12.142.239	-	16.169.864	32.808.674	515.635.397	548.444.071	564.613.935
Crédito automóvel	-	25.190.068	68.130.758	7.010.430	100.331.256	173.371.932	334.887.877	508.259.809	608.591.065
Cartões de crédito	-	188.314.873	-	228.953	188.543.826	-	-	-	188.543.826
Locação financeira	-	339.780	1.350.745	205.220	1.895.745	2.434.386	1.684.394	4.118.780	6.014.525
Descobertos em depósitos à ordem	1.117.099	-	-	1.156.309	2.273.408	-	-	-	2.273.408
Outros créditos	-	-	-	621.133	621.133	-	-	-	621.133
		1.117.099	217.872.345	81.623.742	9.222.045	309.835.231	208.614.992	852.207.668	1.060.822.659
									1.370.657.890

A 30 de junho de 2021 é apresentado um montante de 188.543.826 euros de crédito bruto de cartões de crédito. Este saldo resulta da parceria com a Sonae Financial Services que teve início no segundo trimestre de 2021.

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Taxa fixa	528.330.964	751.054.264
Taxa variável	581.615.650	619.603.627
	1.109.946.614	1.370.657.890
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(23.707.584)
	1.093.281.532	1.346.950.306

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2020 e a 30 de junho de 2021, por tipo de colateral é apresentada como segue:

		31.12.2020				
		Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais		531.954.585	924.100	532.878.686	(1.513.304)	531.365.381
Crédito com outras garantias		562.616.191	3.766.660	566.382.851	(10.183.295)	556.199.556
Crédito sem garantias		6.870.596	3.814.481	10.685.078	(4.968.483)	5.716.595
		1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532

		30.06.2021				
		Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais		570.458.872	955.170	571.414.042	(1.769.317)	569.644.725
Crédito com outras garantias		586.699.399	3.387.884	590.087.283	(12.854.510)	577.232.772
Crédito sem garantias		204.277.575	4.878.991	209.156.566	(9.083.757)	200.072.809
		1.361.435.846	9.222.045	1.370.657.890	(23.707.584)	1.346.950.306

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e em 30 de junho de 2021, é analisada como segue:

		31.12.2020				
		Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação		525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Crédito automóvel		568.273.557	6.623.827	574.897.385	(14.657.207)	560.240.178
Locação financeira		6.936.643	209.623	7.146.266	(282.076)	6.864.190
Descobertos em depósitos à ordem		1.148.342	1.044.947	2.193.289	(1.105.137)	1.088.152
Outros créditos		-	626.832	626.832	(121.900)	504.932
		1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532

	30.06.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	564.613.935	-	564.613.935	(565.433)	564.048.502
Crédito automóvel	601.580.635	7.010.430	608.591.065	(18.868.664)	589.722.402
Cartões de crédito	188.314.873	228.953	188.543.826	(2.818.193)	185.725.632
Locação financeira	5.809.304	205.220	6.014.524	(283.678)	5.730.846
Descobertos em depósitos à ordem	1.117.099	1.156.309	2.273.408	(1.008.691)	1.264.717
Outros créditos	-	621.133	621.133	(162.926)	458.208
	1.361.435.846	9.222.045	1.370.657.890	(23.707.584)	1.346.950.306

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2020 e a 30 de junho de 2021, apresenta-se como segue:

	31.12.2020				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.570.642	20.473	1.591.115	(46.820)	1.544.295
Indústrias extrativas	257.127	421	257.548	(4.545)	253.003
Indústrias transformadora	3.048.245	94.055	3.142.300	(105.257)	3.037.043
Água	143.772	5.712	149.484	(5.802)	143.682
Construção	6.186.340	325.240	6.511.580	(291.722)	6.219.858
Comércio por grosso e a retalho	4.781.134	470.539	5.251.673	(253.496)	4.998.177
Transportes e armazenamento	1.325.020	55.757	1.380.776	(79.724)	1.301.053
Restaurantes e hotéis	1.639.376	23.246	1.662.622	(67.124)	1.595.498
Informação e comunicação	252.085	1.971	254.056	(3.273)	250.783
Setor financeiro e segurador	171.080	1.577	172.657	(2.918)	169.739
Atividades imobiliárias	1.353.647	11.437	1.365.084	(16.980)	1.348.104
Atividades profissionais, científicas e técnicas	884.963	5.135	890.098	(31.703)	858.395
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.407.730	293.970	1.701.700	(95.120)	1.606.580
Educação	572.582	845	573.427	(8.711)	564.717
Serviços de saúde e assistência social	805.858	14.818	820.676	(33.691)	786.984
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	411.482	31.057	442.539	(36.638)	405.901
Outros serviços	23.392.740	120.422	23.513.162	(455.112)	23.058.050
Particulares					
Habitação	525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Consumo	528.154.720	7.028.553	535.183.273	(14.627.684)	520.555.589
	1.101.441.373	8.505.241	1.109.946.613	(16.665.082)	1.093.281.532

	30.06.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	3.225.716	28.031	3.253.747	(83.768)	3.169.979
Indústrias extrativas	481.372	245	481.617	(3.657)	477.960
Indústrias transformadora	5.574.189	100.577	5.674.766	(147.903)	5.526.864
Água	152.171	5.712	157.883	(6.008)	151.875
Construção	9.440.044	338.592	9.778.636	(389.692)	9.388.944
Comércio por grosso e a retalho	9.847.024	537.658	10.384.681	(372.510)	10.012.171
Transportes e armazenamento	3.658.432	81.047	3.739.479	(127.455)	3.612.024
Restaurantes e hotéis	3.749.974	34.366	3.784.340	(147.719)	3.636.621
Informação e comunicação	555.380	1.459	556.838	(5.768)	551.071
Setor financeiro e segurador	306.038	2.368	308.407	(3.995)	304.412
Atividades imobiliárias	1.567.420	9.704	1.577.124	(30.717)	1.546.407
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.607.830	9.312	1.617.142	(41.290)	1.575.852
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.452.206	312.350	3.764.556	(159.409)	3.605.147
Educação	721.282	973	722.255	(10.596)	711.660
Serviços de saúde e assistência social	1.473.207	15.311	1.488.517	(36.476)	1.452.041
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	841.113	23.752	864.865	(47.587)	817.278
Outros serviços	4.536.819	50.754	4.587.573	(144.913)	4.442.660
Particulares					
Habitação	564.719.761	-	564.719.761	(569.166)	564.150.595
Consumo	745.525.867	7.669.836	753.195.703	(21.378.957)	731.816.746
	1.361.435.846	9.222.045	1.370.657.890	(23.707.584)	1.346.950.306

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Stage 1	1.026.604.019	1.249.544.427
Valor Bruto	1.030.765.765	1.255.224.489
Imparidade	(4.161.745)	(5.680.063)
Stage 2	49.989.172	67.668.911
Valor Bruto	52.213.747	70.318.612
Imparidade	(2.224.575)	(2.649.702)
Stage 3	16.688.341	29.736.969
Valor Bruto	26.967.103	45.114.789
Imparidade	(10.278.762)	(15.377.820)
	1.093.281.532	1.346.950.306

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de *Special Purpose Entities* (SPE) e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Moratórias

O Decreto-Lei 10-J/2020 de 26 de março veio estabelecer medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia provocada pelo COVID-19.

No decurso de 2020, o referido regulamento foi sendo alterado pela Lei n.º 8/2020 de 10 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 26/2020 de 16 de junho, pela Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro.

Com as várias alterações legislativas, o término do período das moratórias, inicialmente previsto para setembro de 2020, foi dilatado até setembro de 2021. As alterações legislativas foram, também, permitindo a extensão da data-limite para os clientes formalizarem os pedidos de moratória. As condições de acesso e os tipos de créditos abrangidos também foram sendo alteradas. As medidas previstas na legislação anteriormente descrita - Moratórias Públicas -, materializam-se na concessão de um período de carência de capital ou juros aos devedores de contratos de crédito.

Adicionalmente à Moratória Pública, a ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado - criou a Moratória Privada ASFAC, que estabeleceu medidas excecionais de apoio e proteção às famílias resultantes dos impactos financeiros decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19, similares às previstas na Moratória Pública e aplicável à carteira de crédito automóvel da 321 Crédito.

De acordo com as Orientações EBA relativas ao relato e divulgação de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19 (EBA/GL/2020/07), apresentam-se de seguida - a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 - as exposições brutas e imparidade dos contratos com moratórias em vigor:

31.12.2020	Montante escriturado bruto							
	Montante escriturado bruto	Produtivos			Não produtivos			
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há > 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	40.389.848	40.040.953	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: famílias	31.118.478	31.118.478	-	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	31.112.216	31.112.216	-	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	9.271.370	8.922.475	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: pequenas e médias empresas	8.115.476	7.808.860	-	701.065	306.615	-	272.227	276.320
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	2.793.523	2.705.329	-	-	88.194	-	88.194	88.194

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

30.06.2021	Montante escriturado bruto							
	Montante escriturado bruto	Produtivos			Não produtivos			
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	40.132.268	39.552.367	-	4.788.923	579.902	-	485.462	334.083
dos quais: famílias	30.878.649	30.844.315	-	3.951.548	34.333	-	-	34.333
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	30.872.304	30.837.970	-	3.951.548	34.333	-	-	34.333
dos quais: sociedades não financeiras	9.253.620	8.708.051	-	837.375	545.568	-	485.462	299.750
dos quais: pequenas e médias empresas	7.999.451	7.499.549	-	651.852	499.902	-	450.622	299.750
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	2.583.485	2.295.056	-	-	288.429	-	288.429	88.277

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

31.12.2020	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
	Imparidade acumulada	Produtivos			Não produtivos		
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(394.328)	(246.066)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)
dos quais: famílias	(67.896)	(67.896)	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(67.849)	(67.849)	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	(326.431)	(178.170)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)
dos quais: pequenas e médias empresas	(195.967)	(75.642)	-	(27.386)	(120.325)	-	(106.384)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(130.679)	(105.339)	-	-	(25.339)	-	(25.339)

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

30.06.2021	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
	Imparidade acumulada	Produtivos			Não produtivos		
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(387.035)	(171.386)	-	(64.483)	(215.650)	-	(179.667)
dos quais: famílias	(87.464)	(77.291)	-	(48.522)	(10.173)	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(87.424)	(77.251)	-	(48.522)	(10.173)	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	(299.571)	(94.094)	-	(15.960)	(205.477)	-	(179.667)
dos quais: pequenas e médias empresas	(242.912)	(60.610)	-	(12.397)	(182.302)	-	(161.141)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(134.583)	(38.129)	-	-	(96.454)	-	(96.454)

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

De seguida apresentam-se os números totais de pedidos de moratórias, de moratórias concedidas (excluindo desistências) e as moratórias em vigor a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021:

31.12.2020	Números de devedores	Montante escriturado bruto						
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	Prazo residual das moratórias			
					≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 9 meses	> 9 meses ≤ 12 meses
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.018	103.469.519	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.364	82.150.696	54.212.773	41.760.849	9.423.344	388.779	30.577.724	-
dos quais: famílias		71.837.335	44.355.505	40.718.857	151.975	388.779	30.577.724	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		44.335.088	44.335.088	13.222.871	145.713	388.779	30.577.724	-
dos quais: sociedades não financeiras		10.313.362	9.857.268	1.041.992	9.271.370	-	-	-
dos quais: pequenas e médias empresas		9.130.510	8.674.417	1.015.034	8.115.476	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.958.321	2.958.321	164.798	2.793.523	-	-	-

30.06.2021	Números de devedores	Montante escriturado bruto						
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	Prazo residual das moratórias			
					≤ 3 meses	> 3 meses	> 6 meses	> 9 meses
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.066	88.166.818	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.400	70.698.460	45.668.302	30.566.191	36.478.971	3.653.298	-	-
dos quais: famílias		60.443.194	35.825.086	29.564.546	27.723.847	3.154.801	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		35.805.365	35.805.365	4.933.061	27.717.502	3.154.801	-	-
dos quais: sociedades não financeiras		10.255.265	9.843.215	1.001.645	8.755.124	498.496	-	-
dos quais: pequenas e médias empresas		8.923.324	8.531.188	923.873	7.640.310	359.141	-	-
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.791.000	2.791.000	207.515	2.583.485	-	-	-

Para identificar/avaliar os riscos latentes aos contratos abrangidos por moratórias, incluindo a identificação de indícios de alteração do *stage* da IFRS 9 e/ou de *unlikeliness to pay*, para além da identificação de indícios previstos na carta-circular 62/2018, que continuam a correr para toda a carteira e são agnósticos à existência ou não de moratórias, o Banco CTT desenvolveu uma metodologia de acompanhamentos dos créditos alvo de moratória que tem por base um conjunto de fatores que identifica contratos mais suscetíveis de estarem perante dificuldades estruturais e não circunstanciais, agrupando a carteira consoante o nível de risco baixo, médio, alto e muito alto.

Os contratos que obtiveram a classificação de risco alto ou muito alto são considerados *stage 2*.

Em 30 de junho de 2021, impacto decorrente deste agravamento de *stage*, resultou em 42.942 euros de imparidade.

A carteira de crédito com moratória por *stage*, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, é detalhada como segue:

	31.12.2020			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Montante escriturado bruto	39.220.267	820.687	348.894	40.389.848
Imparidade	(215.685)	(30.381)	(148.261)	(394.328)
Montante líquido	39.004.582	790.305	200.633	39.995.520

	30.06.2021			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Montante escriturado bruto	35.385.589	4.917.150	579.902	40.882.640
Imparidade	(107.333)	(66.270)	(215.650)	(389.253)
Montante líquido	35.278.256	4.850.879	364.252	40.493.388

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2020	30.06.2021
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	6.250.217
Juros ainda não devidos	(521.389)	(440.913)
Valor presente	6.936.643	5.809.304

O valor dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira, por prazos de maturidade é analisado como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Até 1 ano	1.763.456	1.747.125
1 ano até 5 anos	4.601.281	3.584.579
Mais de 5 anos	1.093.295	918.513
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	6.250.217

A análise dos contratos de locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Particulares	773.163	744.915
Habitação	96.094	100.892
Outros	677.069	644.023
Empresas	6.163.480	5.064.389
Mobiliário	314.966	214.912
Imobiliário	5.848.514	4.849.478
	6.936.643	5.809.304

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido no **Grupo** em "Imparidade para riscos de crédito" (Nota 13) foi como segue:

31.12.2020							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	3.978.200	13.328.302	(3.299.828)	(751.968)	-	3.410.377	16.665.083

30.06.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	11.245.242	7.756.703	(3.852.956)	(18.412)	(1.214.056)	500.661	14.417.182
	11.245.242	7.756.703	(3.852.956)	(18.412)	(1.214.056)	500.661	14.417.182
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	5.419.841	4.998.403	(2.482.837)	(11.865)	1.044.234	322.625	9.290.402
	5.419.841	4.998.403	(2.482.837)	(11.865)	1.044.234	322.625	9.290.402
	16.665.083	12.755.106	(6.335.792)	(30.277)	(169.822)	823.287	23.707.584

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 30 de junho de 2021, no montante de 6.419.314 Euros (7.494.139 Euros em 30 de junho de 2020) foram registadas na rubrica de "Imparidade de outros ativos financeiros bancários".

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.555.460	654.163	724.897	2.934.520
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	558.236	(308.282)	7.606.556	7.856.509
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(225.784)	(50.462)	(486.310)	(762.556)
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	449.964	(177.013)	(272.951)	-
Stage 2	(252.522)	934.051	(681.529)	-
Stage 3	(233.377)	(116.151)	349.528	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Dos quais: POCI	-	-	922.255	922.255

	30.06.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	2.788.778	1.237.073	270.692	4.296.544
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(920.817)	(655.562)	4.811.169	3.234.790
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(618.926)	(95.036)	(398.060)	(1.112.022)
Write-offs	-	-	(30.277)	(30.277)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	621.402	(279.743)	(341.659)	-
Stage 2	(157.050)	1.618.239	(1.461.189)	-
Stage 3	(131.235)	(1.524.938)	1.656.174	-
Variações cambiais e outros movimentos	(63.834)	125.094	592.206	653.466
Imparidade	5.680.063	2.649.702	15.377.820	23.707.584
Dos quais: POCI	-	-	1.167.288	1.167.288

As variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco verificadas no primeiro semestre de 2021 devem-se fundamentalmente à entrada em vigor da nova definição de Default da EBA.

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.887.912	295.419	7.845.143	10.028.473
Transferências de Stage (líquidas)	(35.935)	640.887	(604.952)	-
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083

	30.06.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.249.037	486.475	4.683.801	6.419.314
Transferências de Stage (líquidas)	333.116	(186.442)	(146.674)	-
Write-offs	-	-	(30.277)	(30.277)
Recuperações de <i>write-off</i>	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	(63.836)	125.094	592.206	653.464
Imparidade	5.680.063	2.649.702	15.377.820	23.707.584

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente do **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.06.2021
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.500.004	1.792.899
Subsídios de Refeição	1.441.931	1.419.518
Outros	3.556.825	6.522.816
	6.498.759	9.735.233
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	283.289	277.688
Outros	-	38.881
	283.289	316.569
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.310.217	1.749.603
Outros	2.090.641	1.441.598
	3.412.059	3.202.402
	3.695.348	3.518.971

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por não se encontrarem ainda satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” reconhecidos pelo **Grupo** respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 948.815 euros (696.738 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo rédito é

expectável ser reconhecido no mês de julho de 2021 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2021, e a objetos faturados e não entregues a 30 de junho de 2021 do segmento expresso, no valor 800.788 euros (613.479 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo réditto é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O réditto reconhecido pelo **Grupo** no período, incluído no saldo dos passivos resultantes de contratos no início do período ascendeu a 1.310.217 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Réditto de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Numerário	77.580.872	74.760.600
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189.516.082	115.437.391
Disponibilidades em Bancos Centrais	167.502.343	297.394.544
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27.737.696	110.174.044
Depósitos a prazo	55.843.177	56.976.158
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	518.180.171	654.742.737
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(15.795.600)	(18.058.100)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(3.575.300)	(1.258.786)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	17.510	23.378
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	498.826.782	635.449.230

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% dos depósitos e outras responsabilidades.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de junho de 2021, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 297.394.544 Euros (31 dezembro de 2020: 167.502.343 Euros), dos quais 18.058.100 Euros (31 dezembro de 2020: 15.795.600 Euros) se encontravam afetos ao cumprimento das supramencionadas disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Portugal.

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13) referente ao **Grupo**, foi como segue:

	31.12.2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	19.924	551	(2.965)	-	17.510
	19.924	551	(2.965)	-	17.510
	30.06.2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	7.693	(1.825)	-	23.378
	17.510	7.693	(1.825)	-	23.378

Os montantes classificados em “Outros movimentos”, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, respeitam a movimentos decorrentes dos ajustamentos aos créditos POCI (*Purchase or Originated Credit Impaired*) no âmbito da aquisição da 321 Crédito em 1 de maio de 2019, de acordo com a IFRS 3 – *Business Combinations*.

14. Capital

Em 30 de junho de 2021 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

A informação relativa aos acionistas com participações iguais ou superiores a 2% pode ser consultada no capítulo 5.4 do Relatório Integrado.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias” do Grupo:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	8	8,488
Aquisições	1.500.000	6.404.954	4,270
Saldo em 30 junho de 2021	1.500.001	6.404.962	4,270

Em 30 de junho de 2021, os CTT são detentores de 1.500.001 ações próprias, com o valor nominal de 0,50€, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 17 de maio de 2021, foi deliberado por unanimidade a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias dos CTT (“Programa de Recompra”), incluindo os respetivos termos e condições.

A implementação do Programa de Recompra veio na sequência da aprovação da proposta da Comissão de Vencimentos da Sociedade da política de remuneração e do plano de atribuição aos Administradores executivos dos CTT de opções sobre ações representativas do capital social da Sociedade (“Plano Administração”), por parte da Assembleia Geral de Acionistas dos CTT realizada no passado dia 21 de abril de 2021, bem como da intenção do Conselho de Administração de pôr em prática também um programa de atribuição de opções sobre ações representativas do capital social da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT (“Plano Quadros Dirigentes”).

O objetivo único do Programa de Recompra é a aquisição de ações próprias com vista ao cumprimento da obrigação de entrega de ações representativas do capital social dos CTT aos participantes nos Planos, com base no número estimado de ações necessárias para fazer face à liquidação das opções atualmente atribuídas ao abrigo do Plano Administração, bem como das opções cuja atribuição ao abrigo do Plano Quadro Dirigentes está prevista pelo Conselho de Administração.

O Programa de Recompra decorreu até à data de 22 de junho de 2021. A esta data, a Sociedade detinha, como resultado das operações de aquisição, um total acumulado de 1.500.001 ações próprias, representativas de 1% do capital social.

De acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o objetivo do referido programa encontra-se cumprido, tendo-se dado como concluído.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica de "Reservas" do **Grupo** apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	15.990	50.836.597	65.852.595
Justo valor de ativos	-	-	67.340	-	67.340
Saldo final	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935

	30.06.2021				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935
Aquisição de ações próprias	-	6.404.954	-	(6.404.954)	-
Justo valor de ativos	-	-	(18.716)	-	(18.716)
Plano de ações	-	-	-	405.000	405.000
Saldo final	15.000.000	6.404.962	64.614	44.836.643	66.306.219

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 30 de junho de 2021, esta rubrica inclui o montante de 6.404.962 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

No período de seis meses findo a 30 de junho de 2021, foi constituída uma reserva no montante de 405.000 Euros relacionada com o programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade aos membros dos órgãos sociais e quadros dirigentes e que se encontra detalhadamente explicado na nota 23 – Gastos com o pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados” do **Grupo**:

	31.12.2020	30.06.2021
Saldo inicial	10.867.301	39.962.419
Aplicação do resultado líquido do período anterior	29.196.933	16.669.309
Distribuição de dividendos (Nota 16)	-	(12.750.000)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(15.806)	12.347
Outros movimentos	(86.009)	-
Saldo final	39.962.419	43.894.076

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 os movimentos ocorridos nesta rubrica do **Grupo** foram os seguintes:

	31.12.2020	30.06.2021
Saldo inicial	(49.744.144)	(47.600.236)
Ganhos/perdas atuariais	2.917.315	-
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 25)	(773.407)	-
Saldo final	(47.600.236)	(47.600.236)

16. Dividendos

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 29 de abril de 2020, foi proposto e aprovado, a não distribuição de dividendos, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019. O valor do resultado líquido no montante de 29.196.933 Euros foi transferido para resultados transitados.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2020, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2021, a distribuição de dividendos no montante de 12.750.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,085 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,085 Euros.

17. Resultados por ação

Nos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Resultado líquido do período	(1.984.332)	17.186.714
Nº médio de ações ordinárias	149.999.999	149.800.684
Resultado líquido por ação:		
Básico	(0,01)	0,11
Diluído	(0,01)	0,11

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	1	199.316
N.º médio de ações durante o período	149.999.999	149.800.684

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo **Grupo**.

Em 30 de junho de 2021 o número de ações próprias em carteira é de 1.500.001, sendo o seu número médio no período findo em 30 de junho de 2021 de 199.316, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período, conforme mencionado na nota 15.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica de "Financiamentos obtidos" do **Grupo** apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020	30.06.2021
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	74.799.925	67.924.373
Passivos de locação	89.234.203	88.845.858
	164.034.127	156.770.231
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	16.856.747	21.846.901
Passivos de locação	25.975.879	27.053.210
	42.832.626	48.900.111
	206.866.753	205.670.342

A 30 de junho de 2021, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,25% e 1,875% (31 de dezembro de 2020: 1,25% e 1,875%).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o detalhe dos empréstimos bancários do **Grupo** era o seguinte:

	31.12.2020			30.06.2021		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	11.250.000	9.731.747	-	11.250.000	7.721.901	-
BBVA / Bankinter	75.000.000	7.125.000	40.075.774	47.500.000	7.125.000	40.160.561
Novo Banco	35.000.000	-	34.724.151	35.000.000	7.000.000	27.763.812
Banco Montepio	25.000.000	-	-	25.000.000	-	-
BIM - (Moçambique)	40.928	-	-	40.166	-	-
	146.290.928	16.856.747	74.799.925	118.790.166	21.846.901	67.924.373

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos

fundos. Com referência a 31 de dezembro de 2018, foi utilizado o montante de 25 milhões de Euros, apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 24.276.250 Euros. Em 30 de junho de 2021 aquele montante correspondia a 47.285.561 Euros, o restante valor disponibilizado não foi, por decisão da empresa, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 30 de junho de 2021, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 34.763.812 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Particular de Papel Comercial no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 30 de junho de 2021, não foi utilizado qualquer montante.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal*. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo **Grupo**, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2020, o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Passivos de Locação

O **Grupo** apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Até 1 ano	31.651.641	28.816.565
Entre 1 ano e 5 anos	83.337.641	71.792.005
A mais de 5 anos	18.964.112	24.962.495
Total de passivos de locação não descontados	133.953.395	125.571.066
Corrente	25.975.879	27.053.210
Não corrente	89.274.939	88.845.858
Passivos de locação incluídos na posição financeira	115.250.818	115.899.068

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Juros dos passivos de locação (nota 24)	1.641.275	1.545.247
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	1.631.095	1.024.331

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Total de pagamentos de locações	(13.399.816)	(15.159.693)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, no Grupo, detalha-se como se segue:

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 667.905 Euros em 31 de dezembro de 2020 e 458.991 Euros em 30 de junho de 2021, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2020 ou 2021, respetivamente, se revelou favorável ao **Grupo**, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Reestruturações

Em junho de 2021, os CTT aprovaram um novo programa de otimização de RH tendo em conta a necessidade de otimização das equipas. Este programa pressupõe o lançamento de um Programa de Saídas Voluntárias com base em celebração de Acordos de Suspensão ou de Pré-Reformas, estando prevista a celebração de cerca de 118 acordos. A provisão constituída para o efeito ascende, em 30 de junho de 2021, a 8.000.000 Euros no Grupo tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza.

A provisão constituída em 2018 no âmbito do Plano de Transformação Operacional, na vertente da rede de distribuição e das operações de tratamento do correio apresenta, após revisão/atualização dos critérios que lhe são subjacentes, no período findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de 1.083.347 Euros no **Grupo** tendo sido reconhecida na rubrica “Provisões (aumentos)/ reversões” na demonstração dos resultados por natureza. Em 30 de junho de 2021, a provisão ascende a 1.015.632 Euros, sendo a variação explicada pelo montante utilizado no período corrente.

Outras provisões

No período findo em 30 de junho de 2021 o montante provisionado no **Grupo** para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas e prémios de assiduidade que possam ser exigidas pelos trabalhadores, ascende nesta data a 6.437.629 Euros (6.627.110 Euros em 31 de dezembro de 2020). O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do **Grupo** para o exfluxo, não sendo possível estimar o momento esperado para o exfluxo na medida em que o mesmo depende do momento de instauração de processos pelos colaboradores do **Grupo**.

Em 30 de junho de 2021 encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*. O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascende ao montante de 3.148.845 Euros e foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a Tourline (atualmente designada CTT Expresso, sucursal em Espanha) apresentou um pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado pela Tourline. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o **Grupo** a aguardar o desfecho do processo e não sendo possível antecipar um prazo para resolução.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 1.221.521 Euros a 30 de junho de 2021 (1.615.802 Euros em 31 de dezembro de 2020) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 30 de junho de 2021, para além das situações acima referidas, no **Grupo** esta provisão inclui ainda:

- o montante de 183.959 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 550.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 1.982.657 Euros para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais.

Garantias a clientes

A provisão para garantias a clientes destina-se a fazer face ao risco associado a exposições extrapatrimoniais, no segmento Banco. O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do **Grupo**, que ascende, em 30 de junho de 2021, a 339.064 Euros.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o **Grupo** tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	Grupo	
	31.12.2020	30.06.2021
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e CNMC - Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia - Espanha	3.148.845	3.148.845
Autoridade Tributária e Aduaneira	2.282.510	2.261.290
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886
AMBIMOBILIÁRIA- INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS, S.A.	480.000	480.000
EUROGOLD	694.464	406.080
Tribunais	260.610	281.830
TRANSPORTES BERNARDO MARQUES, S.A.	223.380	223.380
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150.000	150.000
Autarquias	118.658	118.658
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	85.056
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
EMEL, S.A.	19.384	19.384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
Refer	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	11.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
ACT Autoridade Condições Trabalho	9.160	9.160
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.719	3.719
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	3.100
O Feliz - Imobiliária	381.553	-
CIVILRIA	224.305	-
Solred	80.000	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA	55.000	-
ADAM - Águas do Alto Minho	466	-
	12.355.172	11.325.464

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, no **Grupo**, o montante de 3.826.468 Euros.

A CTT Expresso, sucursal em Espanha prestou uma garantia bancária à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, o **Grupo** subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 75,3 mil Euros e 40,2 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** assumiu ainda compromissos financeiros (cartas de conforto) no montante de 1.170.769 Euros relativamente à sucursal em Espanha da CTT Expresso, os quais se encontram ativos em 30 de junho de 2021.

O **Grupo** contratou seguros de caução no montante global de 2.617.645 Euros (31 de dezembro de 2020: 1.033.163 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o **Grupo** assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do **Grupo** encontram-se detalhados, respetivamente nas Notas 4 e 5.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.06.2021
Corrente		
Adiantamento de clientes	3.054.584	3.093.667
Vales CNP	88.916.523	97.531.545
Fornecedores c/c	87.287.994	90.209.166
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	7.955.395	12.495.790
Fornecedores de investimentos	5.808.358	2.944.331
Faturas em receção e conferência (investimentos)	5.688.925	2.742.365
Valores cobrados por conta de Terceiros	6.546.335	6.901.590
Serviços financeiros postais	154.324.605	110.534.249
Cauções	567.215	602.225
Cobranças	1.859.349	2.293.497
Indemnizações	581.798	713.693
Operadores postais - valores a liquidar	1.722.118	2.813.779
Valores a regularizar a terceiros	4.282.230	1.107.407
Valores a regularizar das lojas	495.476	635.315
Outras contas a pagar	6.471.998	6.650.996
	375.562.902	341.269.617

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O aumento verificado em 30 de junho de 2021 prende-se com o pagamento do subsídio de férias que ocorre neste período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, à redução observada nos montantes de relativos a certificados do tesouro.

21. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” no **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.06.2021
Depósitos à ordem	1.207.038.127	1.341.309.551
Depósitos a prazo	178.175.790	204.374.887
Depósitos de poupança	303.251.244	359.954.714
	1.688.465.160	1.905.639.153

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 detalha-se como segue:

	31.12.2020					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.510.289.371	-	-	-	-	1.510.289.371
Depósitos a prazo	-	81.534.153	96.641.636	-	-	178.175.790
	1.510.289.371	81.534.153	96.641.636	-	-	1.688.465.160

	30.06.2021					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.701.264.265	-	-	-	-	1.701.264.265
Depósitos a prazo	-	92.006.921	112.367.966	-	-	204.374.887
	1.701.264.265	92.006.921	112.367.966	-	-	1.905.639.153

22. Imposto a receber/pagar

Em 30 de junho de 2021 esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto sobre o rendimento referente ao período de 2020 e ainda não pago, bem como a estimativa de imposto sobre o rendimento relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

23. Gastos com o pessoal

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica de “Gastos com o pessoal” relativa ao **Grupo** tinha a seguinte composição:

ou *strike price* diferente;

- O número de ações a receber depende da diferença entre o *strike price* e o preço da ação, ou seja, a média de preços, ponderada pelo volume de negociação, das transações sobre ações da Sociedade realizadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon, nas sessões realizadas nos 45 dias anteriores à data de exercício (1 de janeiro de 2023);
- A RVLP atribuída ao abrigo do plano está sujeita à evolução positiva da cotação e ao desempenho positivo da Sociedade e a condições de elegibilidade relacionadas com a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento nem de incumprimentos materiais dos termos do plano;
- O plano prevê ainda mecanismos de diferimento e retenção que resultam da combinação de dois aspetos: (i) diferimento da data do exercício de todas as opções (1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022); e (ii) estabelecimento de um período de retenção pela Sociedade de parte das ações atribuídas (ao longo do período entre a data do exercício e o quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes a 2024 em assembleia geral anual a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025, consoante o que ocorrer posteriormente).
- Prevê, em regra, a liquidação financeira de 25% (*net cash settlement*) e a liquidação física de 75% (*net share settlement*) das opções, sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, o Plano prever que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível.

A determinação do justo valor das opções atribuídas foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício.

O montante total relativo ao plano de ações reconhecido a 30 de junho de 2021, ascende a 480.000 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados” de longo prazo, no montante de 75.000 Euros e a componente de liquidação em instrumentos reconhecia na rubrica “outras reservas”, no montante de 405.000 Euros (nota 15).

No ano findo a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras aplicáveis ao abrigo do Regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais dos CTT revogado a 21 de abril de 2021, não houve lugar ao pagamento de remuneração variável anual (RVA) aos membros dos órgãos sociais.

Indemnizações

No período findo em 30 de junho de 2021 a rubrica “Indemnizações” inclui o montante de 8.000.000 Euros relativo a um programa de Acordos de Suspensão a realizar no âmbito do processo de reestruturação explicado em maior detalhe na nota 19 – Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes.

Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo **Grupo** e com os trabalhadores que se encontram no ativo e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho. O aumento dos gastos de ação social deve-se a uma regularização da utilização dos serviços de saúde em 2021 devido ao impacto da COVID-19 que o sistema de saúde teve no ano de 2020.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” do **Grupo**, os montantes de 260.596 Euros e 250.197 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 30 de junho de 2021, o nº médio de pessoal ao serviço do **Grupo** era de 12.113 (12.031 colaboradores no período findo em 30 de junho de 2020).

24. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” do **Grupo** tinha o seguinte detalhe:

	30.06.2020	30.06.2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	827.127	886.913
Passivos de locação	1.641.275	1.545.247
Outros juros	2	-
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	2.230.292	1.785.486
Outros gastos de financiamento	46.411	56.307
	4.745.106	4.273.952

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, a rubrica “Rendimentos financeiros” do **Grupo** encontrava-se detalhada como se segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	6.211	7.841
Outros rendimentos similares	-	18.442
	6.211	26.282

25. Impostos sobre o rendimento

As empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros, 5% do excedente entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de “Impuesto sobre Sociedades” (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A., em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente. As entidades 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A. integraram o RETGS no presente exercício económico.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto do **Grupo**, foi efetuada como segue:

	30.06.2020	30.06.2021
Resultado antes de impostos (a)	(1.030.515)	25.660.221
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	(216.408)	5.388.646
Benefícios fiscais	(194.979)	(138.593)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(125.794)	(8.073)
Mais/(menos)-valias fiscais	71.591	4.033
Equivalência patrimonial	243.391	231.581
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	374.604	25.843
Perdas e reversões por imparidade	315.749	65.192
Indemnizações por eventos seguráveis	21.613	73.751
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	20.876	12.973
Créditos incobráveis	7.258	13.152
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	23.227	8.964
Outras situações, líquidas	(469.697)	409.755
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	280.463	424.114
Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída	898.639	-
Crédito fiscal SIFIDE	-	(216.176)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(821.163)	825.000
Subtotal (b)	429.370	7.120.162
(b)/(a)	-41,67%	27,75%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	141.302	404.490
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	327.043	880.181
Imposto sobre o rendimento do período	897.715	8.404.833
Taxa efectiva de imposto	-87,11%	32,75%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	1.521.731	8.268.159
Imposto diferido	197.147	(472.149)
Crédito fiscal SIFIDE	-	(216.176)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(821.163)	825.000
	897.715	8.404.833

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao reembolso de SIFIDE respeitante ao ano de 2018.

No exercício de 2020, o **Grupo** reconheceu um crédito fiscal no montante de 3.300.000 Euros, em resultado da realização de contribuições para o Fundo TechTree. Este crédito foi reconhecido em linha com as disposições da IFRIC 23, considerando as suas especificidades e estimativa sobre a probabilidade quanto à sua efetiva atribuição. No presente exercício, ao abrigo do mesmo normativo, o **Grupo** procedeu à reavaliação da estimativa e concluiu que o montante de 825.000 Euros não seria recuperável, pelo que procedeu ao seu desreconhecimento. Este montante encontra-se registado na rubrica “Insuficiência/ (Excesso) de estimativa e restituição de impostos”.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021, os saldos do **Grupo** referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2020	30.06.2021
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	75.968.984	75.456.664
Benefícios aos empregados - plano pensões	73.758	66.069
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	3.186.436	2.366.452
Perdas por imparidade e provisões	4.936.452	7.037.058
Prejuízos fiscais reportáveis	786.994	510.247
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	408.756	444.313
Remuneração variável de longo prazo	53.978	134.400
Terrenos e edifícios	355.770	355.770
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.603.577	1.443.219
Outros	517.163	424.036
	87.891.868	88.238.227
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	1.955.171	1.864.114
Mais-valias suspensas	703.836	682.934
Ativos não correntes detidos para venda	83.010	42.718
Outros	51.682	42.951
	2.793.698	2.632.716

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 30 de junho de 2021 o montante ascende a 1.443.219 Euros.

A 30 de junho de 2021 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no ano corrente sejam de 3,4 milhões de Euros e 0,2 milhões de Euros, respetivamente.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos do **Grupo** foi o seguinte:

	31.12.2020	30.06.2021
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	89.329.806	87.891.868
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(104.541)	(512.320)
Benefícios aos empregados - plano pensões	-	(7.689)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	317.812	(819.984)
Perdas por imparidade e provisões	(90.940)	2.100.606
Prejuízos fiscais reportáveis	(502.991)	(276.747)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	22.946	35.557
Remuneração variável de longo prazo (CE)	53.978	-
Plano de ações	-	80.422
Terrenos e edifícios	(1.039)	-
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	(160.358)
Outros	52.981	(115.607)
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(766.465)	-
Benefícios aos empregados - plano pensões	(10.910)	-
Outros	(88.054)	22.479
Saldo final	87.891.868	88.238.227
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	2.958.115	2.793.698
Excedentes de revalorização antes IFRS	(182.111)	(16.922)
Mais-valias suspensas	(33.845)	(91.057)
Outros	-	(40.291)
Efeito em capitais próprios		
Reserva de justo valor	19.645	(3.980)
Outros	31.895	(8.732)
Saldo final	2.793.698	2.632.716

Os prejuízos fiscais estão, essencialmente, relacionados com as perdas apuradas pelas subsidiárias Tourline e Transporta, que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A., e detalham-se como segue:

Grupo	31.12.2020		30.06.2021	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	72.471.042	-	72.471.042	-
CTT Expresso/Transporta	6.142.786	783.366	6.142.786	506.619
Total	78.613.828	783.366	78.613.828	506.619

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline) referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos 15 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2023, 2024 e 2026, respetivamente), aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2030, 2031 e 2032, respetivamente) e aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, sem limite temporal para o seu reporte. Não foram reconhecidos quaisquer ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais da CTT Expresso, sucursal em Espanha dado o seu histórico de perdas. O **Grupo** irá continuar a monitorizar em 2021 o cumprimento do novo plano de negócios aprovado, o qual prevê um aumento das receitas e da rentabilidade da operação expresso em Espanha, reavaliando se o grau de cumprimento dos objetivos definidos permite assegurar a recuperabilidade daqueles montantes e a possibilidade de reconhecimento de impostos diferidos ativos.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas dos anos de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 7 anos (anteriormente 5 anos, mas alargados para 7 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia COVID-19). O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa a 5 anos (i.e., até 2025).

De referir que, na sequência da aquisição da Transporta, foi apresentado um pedido de manutenção dos prejuízos fiscais que haviam sido apurados com referência aos períodos de 2014 e 2015 (nos montantes de 4.536.810 Euros e 3.068.088 Euros, disponíveis para reporte até 2028 e 2029, respetivamente), sobre os quais se aguarda ainda resposta da Autoridade Tributária e Aduaneira. Mediante resposta favorável ao pedido apresentado, poderá vir a ser reconhecido no futuro um ativo por impostos diferidos sobre aqueles prejuízos fiscais.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,5 milhões de Euros, no **Grupo**.

SIFIDE

Tendo em consideração o histórico associado a esta realidade, o Grupo tende a adotar como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2019, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 1.422.552 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") estimada em 753.235 Euros. Refira-se que ainda se aguarda a decisão da Comissão Certificadora acerca das despesas elegíveis incorridas com I&D e correspondente crédito fiscal para 2019.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** no exercício económico de 2020, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 5.304.741 Euros, tendo o **Grupo** a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.850.195 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2017 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2021.

26. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando a pessoa em causa tiver, direta ou indiretamente, o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021 com referência ao **Grupo**, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	30.06.2020				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	2.489	-	5.507	47.677	-
Conjuntamente controladas	614.767	-	621.040	-	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	9.287	-	1.144.681	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	80.596	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	22.010	-
Assembleia Geral	-	-	-	14.000	-
	617.256	9.287	626.547	1.308.964	-
	30.06.2021				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	12.750.000
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	-	-	-	-	-
Conjuntamente controladas	234.888	45.178	563.196	62.904	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	-	-	1.435.998	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	79.286	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	9.900	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
	234.888	45.178	563.196	1.588.088	12.750.000

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias para além das cartas conforto em favor da CTT Expresso, sucursal em Espanha, mencionada na Nota 19.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 23 – Gastos com Pessoal.

27. Outras informações

O contrato de concessão do serviço postal universal, cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro. Em fevereiro de 2021, os CTT desencadearam um procedimento formal destinado à resolução das questões relacionadas com a sustentabilidade do atual contrato de concessão relativo aos anos de 2020 e 2021, em particular. Neste contexto, e seguindo o entendimento do Estado de que o mecanismo adequado para a resolução das referidas questões seria a via arbitral, em 11.06.2021, os CTT iniciaram um processo de arbitragem contra o Estado Português, na qualidade de Concedente. Tal processo visa tutelar os direitos dos CTT, em concreto: (a) os impactos e efeitos contratuais, designadamente compensatórios (que os CTT computam em cerca de 23 M€), da pandemia associada à COVID-19, bem como das medidas públicas adotadas nesse contexto, à luz, em especial, das cláusulas do Contrato de Concessão que regulam a alteração das circunstâncias; e (b) a compatibilidade legal, impactos e efeitos contratuais, designadamente compensatórios (que os CTT computam em cerca de 44 M€), da decisão de prorrogação do Contrato contida na alínea a) do artigo 35.º-W do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro. Os valores supramencionados correspondem aos montantes a que os CTT, com os dados disponíveis, consideram ter direito, estando sujeitos a atualização, apreciação e decisão no processo que agora se inicia.

Mantendo-se a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, Portugal permaneceu em estado de emergência até 30.04.2021, ao que se sucedeu a declaração de situação de calamidade, ainda em vigor. Tal como no ano anterior, e ao abrigo da cláusula de força maior do contrato de concessão, os CTT continuam a implementar as normas de saúde pública emanadas das autoridades competentes, bem como a adotar as medidas complementares necessárias e adequadas para proteger trabalhadores e utilizadores, e a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais. Os CTT continuam a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço postal universal.

A proposta de preços do serviço postal universal apresentada pelos CTT em 17.02.2021 foi aprovada pela ANACOM, por deliberação de 25.03.2021. Os preços subjacentes à referida proposta, que cumpria os princípios e critérios de formação de preços definidos, entraram em vigor em 01.04.2021. Esta atualização correspondeu a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 1,35%, não incluindo a oferta do serviço postal universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais.

Os preços especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço postal universal aplicáveis a remetentes de envios em quantidade foram também atualizados em 01.04.2021, na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 25.03.2021. As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 1,72% para o ano de 2021, refletindo também o efeito da atualização dos preços dos serviços reservados (serviços de citações e notificações postais) e dos preços especiais do correio em quantidade.

Em 23.07.2021, os CTT foram notificados da deliberação da ANACOM que indeferiu o requerimento dos CTT de 12.04.2021 para redefinição dos critérios de formação de preços do serviço postal universal estabelecidos na Deliberação de Preços para o triénio findo em 2020.

A 29.04.2021, a ANACOM aprovou um conjunto de decisões relativas à prestação do Serviço Postal Universal (SPU) após o termo da atual concessão. As decisões referem-se aos seguintes assuntos: (i) critérios de formação dos preços, (ii) parâmetros de

qualidade de serviço e objetivos de desempenho, (iii) conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do SPU, (iv) à metodologia de cálculo dos custos líquidos do SPU, (v) informação a prestar pelo(s) prestadores) de serviço postal universal aos utilizadores, e (vi) admissibilidade da distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio.

Em 17.06.2021, a ANACOM aprovou para audiência prévia o sentido provável de decisão de conformidade emitir pela ANACOM, para efeitos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, decorrente da auditoria aos resultados do sistema de contabilidade analítica (SCA) dos CTT, referente ao exercício de 2018, bem como a as determinações de melhoria do sistema, resultantes da referida auditoria e a consolidação de todas as determinações e recomendações num mesmo documento. As determinações manter-se-ão em vigor após 2021, até à aprovação de uma nova decisão sobre esta matéria, caso os CTT se mantenham como empresa prestadora do serviço postal universal após 31.12.2021

A 24.06.2021 a ANACOM determinou a taxa de custo de capital a ter em conta nos resultados do sistema de contabilidade analítica (SCA) dos CTT em 2021, a qual foi fixada em 7,4712%, nos termos da metodologia aprovada por aquela autoridade em 2019.

Os processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do serviço postal universal, de julho de 2018, correm os seus termos. Na ação arbitral intentada contra o Estado Português, na qualidade de concedente, foi produzida a prova e apresentadas as alegações finais, aguarda decisão. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. O processo relativo à proposta de aplicação de onze multas contratuais, iniciado em 2018, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, com fundamento em alegados incumprimentos de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, aguarda ainda decisão. Em 30.07.2021, A ANACOM iniciou um novo processo de contraordenação contra os CCT por quatro contraordenações relacionadas com a medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativas a factos ocorridos em 2016 e 2017, parcialmente contestados na ação administrativa intentada contra a ANACOM, em março de 2019, relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos IQS. Encontra-se em curso o prazo de resposta dos CTT.

Impacto da COVID-19

A deterioração da situação sanitária no início de 2021, levou a um agravamento das medidas de contenção e à introdução de um novo confinamento geral em Portugal, que conduziu a uma quebra generalizada da atividade económica no primeiro trimestre de 2021. O impacto negativo concentrou-se, sobretudo, no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular no setor do turismo.

No entanto, esta quebra, revelou-se mais moderada do que no primeiro confinamento geral, em virtude de uma maior resiliência da atividade económica, fruto da adaptação por parte de famílias e empresas às medidas restritivas.

No segundo trimestre, a situação económica tem demonstrado uma evolução positiva com o levantamento gradual das medidas de contenção, apesar de continuarem a existir algumas restrições impostas à população e às atividades económicas, cujo processo de reposição à normalidade tem sido muito influenciado pelo surgimento de novas estirpes do vírus COVID-19.

A informação atualmente disponível aponta para uma recuperação da atividade face ao trimestre anterior. O início do processo de desconfinamento, com a conseqüente reabertura ao público dos restaurantes, comércio não essencial e eventos culturais, bem como o regresso ao ensino presencial – refletiu-se num aumento dos indicadores de mobilidade. Face ao trimestre anterior, os setores mais afetados pelo confinamento, em particular os relacionados com o turismo e o comércio não essencial deverão registar crescimentos significativos, mantendo ainda assim uma atividade bastante inferior à observada em 2019.

No terceiro trimestre do ano de 2021, perspetiva-se uma continuação da recuperação da atividade económica com a disseminação da vacinação.

A pandemia COVID-19 continuou a afetar consumidores e empresas, no entanto, o **Grupo** manteve a sua atividade em funcionamento, procurando simultaneamente preservar o valor dos serviços tradicionais e continuando a apostar nos negócios ligados às plataformas digitais e *e-commerce*. No primeiro semestre de 2021 assistiu-se a um crescimento dos rendimentos operacionais e EBIT, impulsionados sobretudo pelo desempenho do negócio Expresso e Encomendas, seguido do Correio e Outros, do Banco CTT e dos Serviços Financeiros e Retalho.

No contexto de pandemia o **Grupo** continuou a efetuar as seguintes análises adicionais:

- No âmbito das moratórias públicas (Decreto-Lei 10-J/2020 e Decreto-Lei 26/2020): a 30 de junho de 2021 existiam 725 moratórias que correspondem a 40,1 M€ (30,8 M€ de crédito à habitação, 6,7 M€ de crédito automóvel e 2,6 M€ de outros créditos), representando 3,3% do total da carteira bruta de crédito a clientes. Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,9 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representam cerca de 11% do total de moratórias privadas terminadas em 30 de setembro de 2020.
- Análise da existência de indícios adicionais de imparidade decorrentes dos impactos da COVID-19 nos resultados dos vários negócios do **Grupo**, de acordo com as atuais previsões, que poderiam indiciar a existência de imparidade do *goodwill* e de outros ativos não correntes, nomeadamente ativos tangíveis e ativos intangíveis, não tendo sido identificadas imparidades adicionais a reconhecer;
- Revisão da existência de contratos onerosos devido à situação atual, não tendo sido identificados contratos que devessem ser considerados como contratos onerosos;
- Monitorização da evolução do cumprimento dos *covenants* dos financiamentos, não tendo identificado situações de incumprimento.

Apesar de se manter a incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus efeitos sobre a economia e os negócios do **Grupo**, é entendimento do Conselho de Administração que face à sua situação financeira e liquidez, o **Grupo** ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio. A gestão irá continuar a monitorizar a evolução desta ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus *stakeholders*.

28. Eventos subsequentes

No dia 16 de junho de 2021, os CTT através da sua subsidiária CTT Soluções Empresariais, S.A., celebrou um contrato de compra da totalidade do capital social da NewSpring Services, S.A. e da sua *holding* HCCM – Outsourcing Investment, S.A., sociedades que atuam no mercado de *Business Process Outsourcing* (BPO) e *Contact Center*, pelo preço de 7 milhões de euros (*Enterprise Value*) devido no fecho da transação, tendo sido acordados *earnouts* dependendo da atividade da sociedade ao longo dos 2 anos seguintes ao referido fecho, em função do cumprimento de objetivos pré-definidos para a New Spring Services, incluindo *targets* de EBITDA.

Esta transação enquadra-se na estratégia de diversificação do portefólio dos CTT e na aceleração do crescimento nas suas áreas de negócios, em particular, na consolidação da plataforma de Soluções Empresariais.

A aquisição está sujeita à verificação de um conjunto de condições suspensivas, entre as quais a não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC), facto que veio a ocorrer em 23 de julho de 2021. Nessa data, o Conselho de Administração da AdC adotou uma decisão de não oposição à presente operação de concentração, uma vez que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva nos mercados relevantes identificados.

Com exceção do acima mencionado, após 30 de junho de 2021 e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



07

Declaração de conformidade

a nossa entrega é total

Declaração de Conformidade

Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”), abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas relativas ao primeiro semestre de 2021 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2021 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como os principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 05 de agosto de 2021

O Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo) do Conselho de Administração

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Presidente Executivo (CEO)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

António Pedro Ferreira Vaz da Silva

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CFO)

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

João Carlos Ventura Sousa

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (COO)

João Miguel Gaspar da Silva

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

Steven Duncan Wood

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Duarte Palma Leal Champalimaud

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Jürgen Schröder

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

María del Carmen Gil Marín

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Susanne Ruoff



08

Relatório de Auditoria

a nossa entrega é total

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 3.096.592.428 Euros e um total de capital próprio de 148.786.505 Euros, incluindo um resultado líquido de 17.186.714 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A., em 30 de junho de 2021 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Lisboa, 5 de agosto de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes- ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024



09

Apoio ao investidor

a nossa entrega é total

9. APOIO AO INVESTIDOR

O apoio aos investidores dos CTT é assegurado pela área de **Relações com Investidores** cuja equipa é composta por 5 pessoas, tendo sido dirigida até ao final do semestre por Peter Tsvetkov e a partir de 1 de julho de 2021 por Nuno Vieira.

9.1. Contactos

E-mail: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087
Fax: +351 210 471 996

9.2. Comunicados e divulgação de informação financeira

No 1º semestre de 2021, no âmbito da divulgação ao mercado de informação relevante sobre a empresa, os CTT publicaram:

- O Relatório Integrado de 2020, bem como *press releases* e apresentações de resultados consolidados referentes ao exercício de 2020 e ao 1º trimestre de 2021; e
- 19 comunicados de informação privilegiada (incluindo 7 referentes às operações realizadas no quadro do programa de recompra de ações próprias e os comunicados e apresentações de resultados anuais e trimestrais), 11 comunicados de participações qualificadas nos CTT, 3 referentes a transações de dirigentes e 1 sobre o pagamento de dividendos. No total, foram feitas 34 comunicações ao mercado.

9.3. Eventos

Durante o semestre, os CTT participaram em vários eventos, todos realizados *online* devido à pandemia de COVID-19, conforme segue:

- 7 conferências – organizadas pelas corretoras ODDO BHF em janeiro e pela Caixa Banco de Investimento (CaixaBI) em março e maio, pelo Banco Santander em fevereiro e pelo Banco Renta4 em abril, e em junho, as conferências promovidas pela Goldman Sachs e pelo Bank of America;
- 2 *roadshows* – realizados pela JB Capital Markets e pelo CaixaBank BPI, em março e maio, respetivamente, os quais contaram com a participação de investidores institucionais de Espanha, Portugal e Reino Unido;
- 16 reuniões virtuais – com investidores institucionais individuais de vários países, incluindo EUA, Alemanha, África do Sul, Israel, Luxemburgo, Estónia e Reino Unido, para além de Espanha e Portugal.

Os eventos referidos permitiram aos CTT contactar com cerca de 85 agentes do mercado de capitais ao longo do semestre.

9.4. Calendário Financeiro

O calendário financeiro dos CTT previsto para o 2º semestre de 2021 inclui os seguintes eventos societários:

Calendário Financeiro 2º semestre de 2021

Evento	Data
Resultados e do Relatório Integrado Intercalar do 1º semestre de 2021	5 de agosto de 2021*
Resultados do 3º trimestre de 2020	4 de novembro de 2021*

*Após o fecho do mercado.

10. CONTACTOS

SEDE

Avenida D. João II, n.º 13
1999-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 471 836
Fax: +351 210 471 994

Clientes

Linha CTT +351 210 471 616
Dias úteis das 8h30 às 19h30
www.ctt.pt/ajuda/contacto

Representante para as Relações com o Mercado
Guy Pacheco

Relações com Investidores

Nuno Vieira
Email: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087
Fax: +351 210 471 996

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação
Assessoria de Imprensa
Cátia Cruz Simões
Email: gabinete.imprensa@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 800

Endereço do website

www.ctt.pt



a nossa entrega é total